



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

FUNPEN

Relatório de Gestão 2008





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**



**RELATÓRIO DE GESTÃO 2008
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
TARSO GENRO

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional
AIRTON ALOISIO MICHELS

Diretor-Executivo
LUÍS HENRIQUE GARCIA ESTEVES

Diretor do Sistema Penitenciário Federal
WILSON SALLES DAMÁZIO

Diretor de Políticas Penitenciárias
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º andar
CEP 70.064-901 Brasília/DF
Fone: (61) 3429-3656
e-mail: depen@mj.gov.br
Internet: <http://www.mj.gov.br/depen>

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	6
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	7
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	7
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	9
2.3. PROGRAMAS.....	16
2.3.1. PROGRAMA 0661 – APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL.....	16
2.3.1.1. Principais Ações do Programa.....	18
2.3.1.1.1. Ação 10D3 – Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal.....	18
2.3.1.1.2. Ação 10M1 – Construção da Quinta Penitenciária Federal.....	20
2.3.1.1.3. Ação 1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional	22
2.3.1.1.4. Ação 116Q – Construção da Quarta Penitenciária Federal	24
2.3.1.1.5. Ação 116S – Adequação Física de Penitenciárias Federais.....	26
2.3.1.1.6. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	27
2.3.1.1.7. Ação 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso.....	29
2.3.1.1.8. Ação 2316 – Serviço Penitenciário Federal	36
2.3.1.1.9. Ação 2526 – Capacitação em Serviços Penais	47
2.3.1.1.10. Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	51
2.3.1.1.11. Ação 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas.....	52
2.3.1.1.12. Ação 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional	57
2.3.1.1.13. Ação 8130 – Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal.....	65
2.3.1.1.14. Ação 8912 - Apoio à Implantação e ao Reparcelamento de Escolas Penitenciárias	66
2.3.1.1.15. Ação 8913 – Apoio à Implantação e Reparcelamento de Ouvidorias.....	68
2.3.1.1.16. Ação 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais.....	73
2.3.1.1.17. Ação 8915 – Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais	81
2.3.1.1.18. Ação 8916 – Aparelhamento e Reparcelamento de Estabelecimentos Penais	83
2.3.1.2. Descentralizações realizadas pelo FUNPEN para execução em outros programas	88
2.3.1.2.1. Programa 0156 – Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres.....	88
2.3.1.2.1.1. Ação 2C52 – Ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.....	88
2.3.1.2.2. Programa 0681 – Gestão de Participação em Organismos Internacionais.....	88
2.3.1.2.2.1. Ação 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes -ILANUD.....	88
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	89
2.4.1. INDICADORES DE DESEMPENHO	89
2.4.1.1. Razão entre a População do Sistema e a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário.....	89
2.4.1.2. Percentual de Mulheres em Presídios Femininos	90
2.4.1.3. Percentual de Presos que Trabalham	91
2.4.1.4. Outros indicadores – Acórdão nº 1.742/2006 TCU – Plenário	92
2.4.2. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	94
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS.....	95
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	96
5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	97
5.1 CONTRATOS DE REPASSES CELEBRADOS EM 2008 - RECURSOS DESCENTRALIZADOS À CEF EM 2008	113
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	118
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	118
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	118
9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	118
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	118
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	119
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	121
13. DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES DO TCU	122
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	123

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE, E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	124
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	125
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	126
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	126

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 01 - Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada		
Nome completo da unidade e sigla	Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	
CNPJ	00.394.494/0072-20 e 00.394.494/0008-02	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça - 30000	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Anexo II do Ministério da Justiça, 6º andar, sala 633, Brasília/DF, CEP 70064-900	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.mj.gov.br/depen	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994. ➤ Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. 	
Código da UJ titular do relatório	200333	
Códigos das UJ abrangidas	200321 ¹ , 200323, 200324, 200332 e 200333	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Tipo de atividade	Tem por finalidade proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	CEF – Departamento Penitenciário Nacional – CEF/DEPEN	200321
	Diretoria do Sistema Penitenciária Federal – DISPF/DEPEN	200323
	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN	200324
	DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional	200332
	DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional	200333

¹ A UG 200321 foi criada para a operacionalização do Contrato nº 003/2004. A Tomada de Contas Anual – TCA desta UG, realizada pela Caixa Econômica Federal, encontra-se agregada a este relatório.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Departamento Penitenciário Nacional é o gestor do **Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN**, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

Origem e finalidade

O Fundo Penitenciário Nacional foi criado pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. O FUNPEN encontra regulamentação no Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

Essencialmente, o Fundo é constituído com recursos que possuem origem nas custas judiciais recolhidas em favor da União, arrecadação dos concursos de prognósticos, recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Federal, multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado, fianças quebradas ou perdidas, e rendimentos decorrentes da aplicação de seu patrimônio.

Os recursos consignados ao Fundo são aplicados em construção, reforma, ampliação de estabelecimentos penais; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço penitenciário; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais; formação educacional e cultural do preso e do internado; programas de assistência jurídica aos presos e internados carentes; e demais ações que visam o aprimoramento do sistema penitenciário em âmbito nacional. Outra destinação legal dos recursos do Fundo é custear seu próprio funcionamento.

Em razão dos altos custos de manutenção do sistema penitenciário, as Unidades da Federação não possuem disponibilidades para arcar integralmente com a manutenção e aprimoramento de seus sistemas prisionais, sendo, portanto, compelidas a fazer uso dos recursos do Fundo quando o assunto é financiamento de vagas, equipamentos de segurança e assistência ao preso e ao egresso, principalmente.

O quantitativo de vagas gerado em todo o país, a partir de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – contando com as obras em andamento – representa cerca de 37% do total das vagas existentes no Sistema Penitenciário Brasileiro. A elevada representatividade das vagas geradas com recursos federais comprova o grau de dependência que muitas Unidades Federativas possuem em relação ao FUNPEN e o quanto este Fundo é importante para o Brasil. Desde a sua criação já foram mais de 78 mil vagas produzidas e ainda há diversas obras em andamento que possibilitarão a geração de mais 22.570 novas vagas quando forem concluídas.

O FUNPEN disponibiliza os recursos necessários à execução do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, previsto no Plano Plurianual 2007/2011. Este Programa é composto por ações que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa 0661, em 2008, foi composto por 18 (dezoito) ações orçamentárias, são elas:

- 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública;
- 116S – Adequação Física de Penitenciárias Federais;
- 8916 – Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais;
- 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 8912 – Apoio a Implantação e ao Reparelhamento de Escolas Penitenciárias;
- 8913 – Apoio à Implantação e ao Reparelhamento de Ouvidorias;
- 8915 – Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- 2526 - Capacitação em Serviços Penais;
- 1A18 - Construção da Escola Penitenciária Nacional;
- 116Q – Construção da Quarta Penitenciária Federal;
- 10M1 – Construção da Quinta Penitenciária Federal;
- 2272 – Gestão e Administração do Programa;
- 10D3 – Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal;
- 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional;
- 8130 – Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal;
- 2314 - Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso;
- 2316 – Serviço Penitenciário Federal.

O Departamento Penitenciário Nacional possui ainda a ação 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes –ILANUD, pertencente ao Programa 0681 (Gestão de Participação em Organismos Internacionais) e 2C52 – Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, pertencente ao Programa 0156 (Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres).

As ações 8914 (Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais) e 8915 (Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais) são viabilizadas por intermédio do Contrato nº 003/2004, firmado com a Caixa Econômica Federal, que assina contratos de repasse, como mandatária do DEPEN, com as unidades federativas.

Assim, a Caixa Econômica Federal formaliza, acompanha e apresenta a prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Além disso, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa, é utilizado para balizar o custo das edificações. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os custos da construção civil como parâmetro.

Os projetos de obras precisam, ainda, estar compatíveis com a Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Em relação ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, os projetos só podem ser aprovados se obedecerem ao regramento estabelecido na Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003, que define as diretrizes a fim de prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O FUNPEN é um fundo de natureza contábil que integra o orçamento fiscal da União e a sua descentralização se processa por meio de transferências voluntárias através de Convênios e, no caso de obras, Contratos de Repasse. O critério principal, quando da criação do fundo, era a proporcionalidade da população carcerária de cada unidade federativa e sua representatividade no contexto nacional.

Contudo, o FUNPEN não foi criado para ser a única fonte de recursos para os sistemas prisionais estaduais. Em verdade, como o próprio texto normativo do art. 1º menciona, a sua finalidade é “apoiar as atividades e programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.” Dessa forma, além dos recursos federais, cabe a cada Unidade Federativa investir também em seu sistema prisional com recursos de seu próprio orçamento.

Ocorre que em muitas Unidades Federativas o FUNPEN representa a maior parcela de investimentos realizados no sistema prisional local. Há casos, como por exemplo, o Estado de Rondônia, em que cerca de 90% da capacidade prisional existente no Estado foi produzida com recursos federais. Os investimentos locais na geração de vagas foram mínimos em um espaço de pouco mais de 10 anos.

Em contrapartida, há casos em que os investimentos estaduais superam em muito os recursos federais, como por exemplo, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

O quantitativo de vagas gerado em todo o país, a partir de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – contando com as obras em andamento – representa cerca de 37% do total das vagas existentes no Sistema Penitenciário Brasileiro. A elevada representatividade das vagas geradas com recursos federais comprova o grau de dependência que muitos Estados possuem em relação ao FUNPEN e o quanto este Fundo é importante para o Brasil. Desde a sua criação já foram mais de 78 mil vagas produzidas e ainda há diversas obras em andamento que possibilitarão a geração de mais 22.570 novas vagas quando forem concluídas.

Quanto as receitas do FUNPEN, o artigo 2º da Lei Complementar n.º 79/94 estabelece as receitas que compõem o Fundo Penitenciário Nacional.

As receitas do FUNPEN podem ser classificadas nos seguintes grupos:

- Custas Judiciais;
- Loterias Federais;
- Recursos Próprios Não Financeiros;
- Recursos Próprios Financeiros.

O Programa perdeu uma importante fonte de receita, as Custas Judiciais, devido à aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004. Em 2005, esta receita foi substituída por Recursos Ordinários do Tesouro (fonte 100). Todavia, em 2007, esta fonte não mais integrou os recursos para financiamento do Programa.

Desde sua criação, o Fundo Penitenciário Nacional financiou cerca de 1.100 (um mil e cem) convênios e/ou contratos de repasse, cujos objetos vão desde a reintegração social do apenado até a construção de estabelecimentos penais.

Milhares de pessoas foram beneficiadas em projetos voltados para a reintegração social do apenado, assistência ao egresso do sistema penitenciário, assistência jurídica aos apenados carentes, formação educacional e profissional do preso. Além disso, diversos

convênios foram celebrados com o intuito de fomentar o serviço de acompanhamento da aplicação de penas e medidas alternativas.

Foram financiados com recursos do FUNPEN diversos cursos de capacitação, visando melhorar a qualidade do tratamento penitenciário dispensado ao preso. Somente na implantação de novas Escolas de Gestão Penitenciária, o Brasil saltou de apenas 5 (cinco) existentes em 2005, para 26 ao final de 2008. Todas as novas escolas foram implantadas com recursos do fundo. Em 2009, o último Estado a implantar a sua escola – Maranhão – já tem recursos assegurados para essa tarefa.

Entretanto, a maior parte dos recursos do FUNPEN foi destinada para a geração de vagas e modernização dos estabelecimentos penais já existentes. A manutenção do sistema penitenciário possui custo muito elevado, fato esse que impede que as Unidades da Federação disponham de recursos para investimentos no sistema. Sendo assim, os Estados necessitam de auxílio do Governo Federal para a geração de vagas e demais despesas de investimento. É aí que entra o Fundo Penitenciário Nacional.

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de vagas que foi gerado em cada Unidade da Federação, desde a criação do FUNPEN.

UF	Valor	UF	Valor	UF	Valor
AC	754	MA	664	RJ	2.640
AL	1.727	MG	5.747	RN	1.461
AM	1.502	MS	1.324	RO	1.432
AP	393	MT	1.955	RR	203
BA	3.344	PA	1.263	RS	2.398
CE	1.481	PB	2.534	SC	2.906
DF	3.550	PE	2.973	SE	521
ES	33.44	PI	1.645	SP	27.223
GO	1.926	PR	1.463	TO	1.511

Vagas geradas: 78.184

A implementação das ações do Programa ocorre de duas maneiras: a execução direta e a descentralizada. Em 2008, apenas 19,74% da execução orçamentária foi de aplicações diretas (modalidades 90 e 91). Todo o restante foi objeto de descentralização de recursos.

Tabela 02: Execução orçamentária e financeira por modalidade de Aplicação e UF.

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido		Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	180.956.108,40	79,83%	180.956.108,40	5.724.878,34
40 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS	140.130,00	0,06%	140.130,00	140.130,00
50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS ²	807.696,85	0,36%	807.696,85	620.000,00
80 - TRANSFERÊNCIA AO EXTERIOR	30.000,00	0,01%	30.000,00	30.000,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	44.748.726,60	19,74%	44.748.726,60	13.186.982,89
TOTAL GERAL	226.682.661,85		226.682.661,85	19.701.991,33

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF + Transferências a Municípios)	Empenho Emitido		Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	13.669.994,58	7,55%	13.669.994,58	488.100,70
AMAPÁ	3.085.171,06	1,70%	3.085.171,06	0,00
AMAZONAS	17.891.366,46	9,89%	17.891.366,46	211.340,00
PARÁ	6.295.350,97	3,48%	6.295.350,97	0,00
RONDÔNIA	18.218.092,29	10,07%	18.218.092,29	498.386,92
RORAIMA	0,00	0,00%	0,00	0,00
TOCANTINS	15.359.922,83	8,49%	15.359.922,83	186.744,00
REGIÃO NORTE	74.519.898,19	41,18%	74.519.898,19	1.384.571,62
ALAGOAS	1.020.048,01	0,56%	1.020.048,01	0,00
BAHIA	6.173.098,96	3,41%	6.173.098,96	193.440,00
CEARÁ	812.474,15	0,45%	812.474,15	48.600,00
MARANHÃO	80.288,44	0,04%	80.288,44	0,00
PARAÍBA	2.766.294,55	1,53%	2.766.294,55	43.740,00
PERNAMBUCO	11.519.949,89	6,37%	11.519.949,89	81.000,00
PIAUI	4.784.971,55	2,64%	4.784.971,55	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	5.255.476,14	2,90%	5.255.476,14	0,00
SERGIPE	6.430.359,10	3,55%	6.430.359,10	0,00
REGIÃO NORDESTE	38.842.960,79	21,47%	38.842.960,79	366.780,00
PARANÁ	25.920,00	0,01%	25.920,00	25.920,00
RIO GRANDE DO SUL	130.070,81	0,07%	130.070,81	0,00
SANTA CATARINA	352.979,84	0,20%	352.979,84	0,00
REGIÃO SUL	508.970,65	0,28%	508.970,65	25.920,00
ESPÍRITO SANTO	5.308.170,66	2,93%	5.308.170,66	48.600,00
MINAS GERAIS	678.300,00	0,37%	678.300,00	348.300,00
RIO DE JANEIRO	14.706.161,16	8,13%	14.706.161,16	502.200,00
SÃO PAULO	7.335.604,06	4,05%	7.335.604,06	1.575.358,00
REGIÃO SUDESTE	28.028.235,88	15,49%	28.028.235,88	2.474.458,00
DISTRITO FEDERAL	2.237.739,36	1,24%	2.237.739,36	1.046.657,97
GOIÁS	22.773.751,39	12,59%	22.773.751,39	323.620,75
MATO GROSSO	5.835.586,41	3,22%	5.835.586,41	98.820,00
MATO GROSSO DO SUL	8.210.585,73	4,54%	8.210.585,73	5.670,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	39.056.042,89	21,58%	39.056.042,89	1.473.148,72
TOTAL	181.096.238,40		181.096.238,40	5.865.008,34

Do total de R\$ 226.682.661,85 (duzentos e vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos), executados em 2008, informamos que R\$ 106.492.258,15 (cento e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil,

² Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos.

duzentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos) dizem respeito a fonte de recursos do Tesouro Nacional (fonte 100). Valores estes, apresentados no Relatório de Gestão do Departamento Penitenciário Nacional, ao qual este presente Relatório está agregado.

Gráfico 01: Execução orçamentária por modalidade de aplicação.

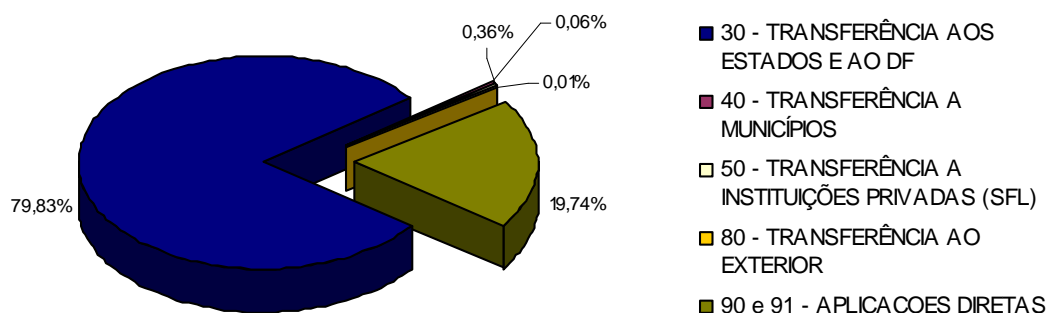
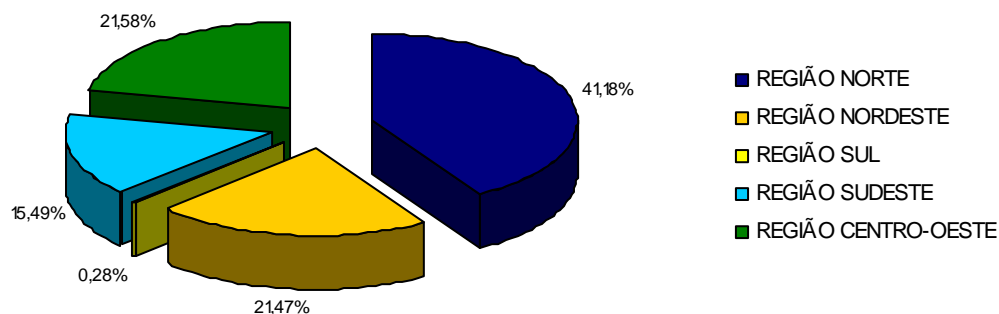


Gráfico 02: Execução orçamentária por regiões.



No que diz respeito às Aplicações Diretas apontamos, por exemplo, a ação 2316 – Serviço Penitenciário Federal, pela qual são feitas todas as despesas de manutenção das unidades penais federais (material de apoio administrativo, manutenção de veículos e predial, alimentação, vestuário, transporte, comunicação, água, esgoto, energia elétrica, etc).

Entretanto, as executadas de forma descentralizada predominam, por meio de transferências voluntárias dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN às Unidades da Federação, principalmente, e às Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos.

No ano de 2008 foram descentralizados para o Ministério da Saúde R\$ 2.685.960,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais) para pagamento das equipes de saúde cadastradas em todo o país, conforme tabela abaixo:

Tabela 03: Descentralizações para o Ministério da Saúde.

Mês de Referência	Recursos Repassados
JANEIRO	0,00
FEVEREIRO	0,00
MARÇO	251.100,00
ABRIL	253.530,00
MAIO	253.530,00
JUNHO	257.580,00
JULHO	268.920,00
AGOSTO	275.400,00
SETEMBRO	272.160,00
OUTUBRO	273.780,00
NOVEMBRO	0,00
DEZEMBRO	579.960,00
TOTAL	2.685.960,00

Conforme tabela abaixo apresentada, foi repassado para outras Unidades Gestoras um limite financeiro de R\$ 6.317.751,43 (seis milhões, trezentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos), no exercício de 2008.

Na tabela abaixo apresentamos as Unidades Gestoras de outros órgãos que executaram recursos descentralizados pelo Fundo Penitenciário Nacional em 2008.

Os recursos descentralizados para o Comando da Aeronáutica dizem respeito às despesas operacionais realizadas em decorrência das transferências de presos através aeronaves da Força Aérea Brasileira, dentre outras relacionadas.

Os recursos descentralizados para a UG 200005 – Coordenação-Geral de Logística/MJ dizem respeito às despesas com serviços terceirizados, serviços gráficos, dentre outras despesas.

Os valores repassados ao Ministério da Saúde referem-se ao pagamento das equipes de saúde do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Tabela 04: Execução orçamentária e financeira por unidade gestora.

Órgão da UG Executora	UG Executora		Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL (30907)	200321	CEF - Departamento Penitenciario Nacional-MJ	155.470.112,81	155.470.112,81	465.986,92
	200323	Depen/Diretoria do Sistema Penitenciária Federal	13.599.851,76	13.599.851,76	6.613.799,19
	200324	Depen/Diretoria de Políticas Penitenciarias	50.511.475,43	50.511.475,43	7.056.456,52
	200333	Departamento Penitenciario Nacional	783.470,42	783.470,42	428.014,80
	TOTAL UG 30907		220.364.910,42	220.364.910,42	14.564.257,43
MINISTÉRIODA DEFESA/ COMANDO DA AERONAUTICA (52111)	120003	VI Comando Aéreo Regional	1.979,33	1.979,33	0,00
	120027	Base Aérea de Campo Grande	91.181,20	91.181,20	39.418,01
	120029	Base Aérea dos Afonsos	22.196,00	22.196,00	0,00
	120030	Base Aérea do Galeão	6.855,02	6.855,02	2.880,00
	120031	Base Aérea de Santa Cruz	195.097,96	195.097,96	77.634,71
	120035	Deposito de Aeronáutica do Rio De Janeiro	15.000,00	15.000,00	15.000,00
	120038	Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico	41.086,72	41.086,72	41.086,72
	120046	Parque de Material Aeronáutico Dos Afonsos	9.663,02	9.663,02	0,00
	120047	Parque de Material Bélico da Aeronáutica	21.509,88	21.509,88	21.509,88
	120049	Parque de Material Aeronáutico do Galeão	235.695,87	235.695,87	235.695,87
	120062	Base Aérea de São Paulo	136.291,74	136.291,74	45.686,90
	120071	Centro Logístico Da Aeronáutica	354.512,56	354.512,56	0,00
	120075	Base Aérea De Canoas	7.366,78	7.366,78	5.837,29
	120082	Base Aérea De Manaus	2.099,81	2.099,81	1.095,50
TOTAL UG 52111		1.140.535,89	1.140.535,89	485.844,88	
MINISTERIO DA JUSTICA (30000)	200005	Coordenação-Geral de Logística - CGL	2.491.255,54	2.491.255,54	1.965.928,92
MINISTERIO DA SAUDE (36000)	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	2.685.960,00	2.685.960,00	2.685.960,00
TOTAL GERAL			226.682.661,85	226.682.661,85	19.701.991,23

Com relação às transferências voluntárias, um aspecto que afeta a execução é a imposição legal de comprovação de regularidade dos convenentes (Estados e Municípios), para efetivar o repasse de recursos. Assim, caso algum ente apresente algum registro impeditivo no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal – Cadin e no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, enquanto persistir o problema, existe uma vedação temporária à efetivação do repasse de recurso financeiro. Como grande parte do volume de recursos do Programa gerenciado pelo DEPEN é objeto de descentralização (convênios e contratos de repasse), a não adequação de alguns entes prejudica ou pelo menos torna o processo de repasse moroso, impedindo que este Departamento atinja os objetivos previstos para o exercício.

Outra dificuldade enfrentada diz respeito à formulação dos projetos encaminhados pelas Unidades Federativas que, na sua maioria, apresentam problemas tanto na elaboração dos Planos de Trabalho, quanto na apresentação dos documentos obrigatórios, ocasionando atrasos na conclusão das análises técnicas que, muitas vezes, são diligenciadas de volta aos Estados, para correção, e refeitas após novo encaminhamento.

A implementação do Sistema de Convênios – SICONV, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento - MPOG, Ministério da Fazenda – MF e Controladoria Geral da União –

CGU, e que teve sua cobrança exigida a partir de setembro de 2008, foi um ponto de extrema dificuldade na execução orçamentária. Muitas Unidades Federativas ainda não estavam capacitadas a utilizar a ferramenta e a própria administração pública pouco conhecia do sistema. Com isso, diversos projetos tiveram que ser refeitos e/ou migrarem da metodologia convencional para a metodologia “on line”.

Como consequência, grande parte da execução do Fundo Penitenciário Nacional e do Programa ocorreu apenas no segundo semestre, concentrando-se especialmente nos meses de outubro a dezembro do exercício.

Tendo em vista esta dificuldade, o Departamento adotará para o ano de 2009 um prazo para apresentação de projetos o dia 05 de abril de 2009 e análise até o primeiro semestre, possibilitando uma execução mais uniforme.

Nessa linha, e buscando o aperfeiçoamento do repasse de recursos, o DEPEN desenvolveu, em 2008, o “Índice Penitenciário” que será implementado a partir do ano de 2009. Essa nova metodologia representa um avanço na distribuição de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. A distribuição, que outrora era feita levando-se em conta apenas a proporcionalidade da população carcerária de cada unidade federativa, considerarão outros indicadores, quais sejam:

- Critérios quantitativos: números absolutos ou relativos, coletados em bancos de dados do próprio governo federal;
- Critérios qualitativos: são critérios meritórios de gestão com qualidade e que recebem uma pontuação (nota) individualizada: 0 (zero), 1 (um) ou 2 (dois);
- Critérios de correção: usados para amortizar grandes discrepâncias geradas pelos indicadores quantitativos. São usados como critérios de correção o Produto Interno Bruto (PIB) de cada Unidade Federativa e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Juntos, esses critérios tornarão a divisão dos recursos mais justa e indutora de políticas públicas.

O Programa perdeu uma importante fonte de receita, as Custas Judiciais, devido à aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004. Em 2005, esta receita foi substituída por recursos ordinários do tesouro (fonte 100). Todavia, a partir de 2007, esta fonte não mais integrou os recursos para financiamento do Programa.

Outra dificuldade para o Programa 0661 é o lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de 1 (um) ano e meio a 3 (três) anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora Caixa/Departamento possui um volume de restos a pagar muito alto.

Por fim, o novo Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional foi aprovado em 2008 pela Portaria/MJ nº 674, de 20 de março de 2008, revogando a Portaria/MJ nº 156, de 6 de fevereiro de 2006. Fortaleceu-se, desta maneira, a estrutura organizacional deste Departamento, bem como as atribuições de cada setor.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. PROGRAMA 0661 – APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL

Justificativa

Sob a inspiração das reformas penais da década de 80, a Lei de Execução Penal demarcou razoáveis condições de possibilidade para a gestão coerente e democrática dos conflitos sociais, tendo por base uma noção de solidariedade que se reflete no solene compromisso do Poder Público e da Comunidade com a reintegração harmônica do apenado(a), egresso(a) e internado(a) à vida em sociedade. Ao mesmo tempo, atribuiu ao Departamento Penitenciário Nacional o papel de "zelar por sua fiel aplicação", bem como de "assistir as unidades da Federação na implementação dos princípios e regras [nela] estabelecidos".

O crescimento vertiginoso da população prisional e do déficit de vagas, em confronto com o histórico de esforços do Poder Público para a geração de novas delas, é um dado revelador de que esse não pode ser o único componente fundamental das políticas penitenciárias, senão apenas mais um, dentro de um mosaico bem mais amplo e diferenciado. Pesquisas recentes estimam, por exemplo, que elevada parcela da população prisional é composta por presos reincidentes, o que aponta, dentre outras coisas, para o papel deficitário que vem sendo desempenhado nos sistemas penitenciários locais. Daí a importância do Programa, que pretende somar esforços aos entes federados no sentido de implementar boas políticas de reintegração social e apoio ao egresso, bem como uma boa política de qualificação dos recursos humanos atuantes no sistema. Portanto, o programa consolida as estratégias políticas e gerenciais a serem adotadas pelo órgão para a concretização de tais objetivos.

Estratégia de Implementação

Explicitação de uma política central e participativa que possibilite o alinhamento de todas as unidades da federação à proposta de modernização do modelo de sistema penitenciário esperado.

Vinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ao alinhamento à política central de reconstrução e a um plano diretor onde cada estado se comprometa em metas de curto, médio ou longo prazo, necessária à efetivação do novo modelo.

Desvinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, nos limites de suas receitas próprias, das limitações orçamentárias e financeiras ao orçamento anual.

Criação e manutenção, sob coordenação do Departamento Penitenciário Nacional e recursos do Fundo Penitenciário Nacional, do sistema nacional de informações penitenciárias, através da sistematização dos dados de informações, em nível operacional (administração dos estabelecimentos penais), contemplando a população carcerária, o quadro de servidores, o custo econômico e financeiro e a logística aplicada, em nível de estabelecimento penal, de forma a suprir com informações gerenciais (operacionais, táticas e estratégicas) todos os processos de tomada de decisões.

Integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública, aos sistemas do complexo do juízo criminal e da execução penal e aos meios de divulgação no interesse da sociedade civil.

Implementação das ações do Programa sob eficiente orientação e monitoramento, aplicando, no que couber, a execução direta, e, nas demais, a execução descentralizada, através das secretarias de estado das unidades da federação, que detenham a administração do sistema penitenciário, na condição partícipe ou interveniente, quando o projeto tiver foco nesse sistema, e, quando não, através de órgãos e instituições públicas ou civis, de reconhecida capacidade e que atue de forma permanente no objeto do projeto, garantindo a continuidade da ação.

Tabela 05: Dados gerais do Programa.	
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reduzir o déficit de vagas no sistema penitenciário nacional através do apoio à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais estaduais; ➤ Prestar a assistência devida ao apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional nos termos da Lei de Execução Penal; ➤ Garantir a implementação e manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais; ➤ Capacitar e formar o servidor penitenciário, afim de que suas atividades sejam exercidas em conformidade com a Lei de Execução Penal; ➤ Desenvolver e implementar sistema de registro e gestão penitenciária, possibilitando o controle da execução penal, e o registro das características gerais do sistema penitenciário nacional; ➤ Apoiar a criação de instituições voltadas para a qualificação do servidor penitenciário; ➤ Apoiar a implantação e o reaparelhamento de ouvidorias no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais; ➤ Apoiar o aparelhamento e reaparelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais estaduais e federais; ➤ Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.
Gerente do programa	Airton Aloisio Michels
Gerente executivo	Luis Henrique Garcia Esteves
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ.	Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual de Mulheres em Presídios Femininos; ➤ Percentual de Presos que Trabalham; ➤ Razão entre a População do Sistema e a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário.
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área.

2.3.1.1. Principais Ações do Programa**2.3.1.1.1. Ação 10D3 – Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal**

Tabela 06 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Implantar uma metodologia sistêmica de produção, processamento e difusão de inteligência penitenciária nos estabelecimentos penais federais, visando o compartilhamento de dados de inteligência e o suporte a decisões estratégicas e sua integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência.
Descrição	Aquisição e/ou desenvolvimento de equipamentos eletrônicos de varredura de segurança, sistema de gerenciamento de banco de dados, soluções em inteligência artificial, soluções baseadas em rede mundial de computadores, acervo bibliográfico, projetos de treinamento, rede específica para inteligência, sistema integrado de monitoração inteligente e sistema de controle de comunicações.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Luciane Cristina de Souza
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais;</i>

As ações de inteligência afetas à área penitenciária estão sendo desenvolvidas com os meios hoje existentes, no entanto, a aquisição de um sistema informatizado de inteligência facilita e amplia sobremaneira esta atividade.

Para tanto, foi desenvolvido, ao longo do exercício, o projeto que serve para o embasamento técnico de sua aquisição. Após esta definição, constatou-se a necessidade de um ajuste orçamentário na Ação, migrando a dotação do Grupo de Despesas de Investimentos(Grupo 4) para a o Grupo de Outras Despesas Correntes(Grupo 3), uma vez que o projeto elaborado previa uma despesa maior em serviços do que em materiais permanentes, ao contrário da dotação existente. Também houve uma necessidade de acréscimo de recursos na Ação, tendo em vista que, além da aquisição do sistema de inteligência, havia a necessidade de aquisição de um sistema de monitoramento da área física da Coordenação-Geral de Inteligência do DEPEN, considerando que as informações ali armazenadas são de

caráter sigiloso e o controle de acesso à área deve ser monitorado 24 horas dia-a-dia. Tal ajuste orçamentário foi implementado somente no mês de novembro.

Considerando a complexidade e o alto custo das aquisições, foi priorizada a aquisição do sistema de inteligência. No entanto, a empresa que havia apresentado a melhor proposta estava com a documentação obrigatória vencida e não houve tempo suficiente para a regularização. Pelos motivos elencados, a aquisição não foi efetuada, devendo ser efetivada no exercício de 2009, juntamente com o sistema de monitoramento.

Tabela 07 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 1.400.000,00	0,00	0%
Física*	25	0	0%

* Produto da ação: Sistema implantado.

2.3.1.1.2. Ação 10M1 – Construção da Quinta Penitenciária Federal

Tabela 08 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Construir edificação destinada à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado local; absorver os custos decorrentes de encargos contratuais decorrentes de gerenciamento de obra bem como da elaboração de projetos executivos.
Descrição	Criação de vagas no Sistema Penitenciário Federal, executadas por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura – COENA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais;</i>

O Sistema Penitenciário Federal será formado por 05 (cinco) penitenciárias de segurança máxima especial, gerando 208 (duzentos e oito) vagas por estabelecimento, em um total de 1.040 (um mil e quarenta) vagas. O objetivo deste Sistema é receber os condenados de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões e desarticular o crime organizado local.

O quinto empreendimento federal seria construído na Região Sudeste, entretanto não se obteve nenhum terreno compatível com os padrões aceitáveis deste Departamento. Portanto, foi definido para ser construído em Brasília/DF, uma vez que o Governo do Distrito Federal se mostrou interessado na referenciada construção nesta Unidade da Federação. O projeto encontra-se em fase de adaptações para confecção de novo projeto executivo.

O gerenciamento das obras das quatro primeiras Penitenciárias Federais foi realizado pela Caixa Econômica Federal, conferindo ao processo maior transparência no uso dos recursos públicos e maior rigor e eficiência na fiscalização das obras, por intermédio do Contrato nº 001/2003 já expirado.

Para a quinta Penitenciária Federal estamos buscando um acordo de cooperação técnica com o Exército Brasileiro para o gerenciamento desta referenciada obra.

O estabelecimento penal referenciado está previsto para ser entregue em dezembro de 2010.

Tabela 09 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 2.070.000,00	0,00	0%
Física*	5	0	0%

* Produto da ação: Obra concluída.

2.3.1.1.3. Ação 1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional

Tabela 10 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Criar espaço físico adequado à concepção, ao planejamento e à execução de ações voltadas para a formação e capacitação do pessoal penitenciário no país. Tendo em vista a consolidação do sistema penitenciário federal e a criação de diversas carreiras penitenciárias no âmbito da União, a ação vai dotar o Departamento Penitenciário Nacional de melhores condições para a promoção de capacitação dos servidores de estabelecimentos penais federais e das Unidades da Federação e no aperfeiçoamento da administração penitenciária.
Descrição	Edificação de espaço físico contendo salas de aula, auditório, biblioteca, alojamento, quadra poli-esportiva e demais ambientes necessários ao desenvolvimento de atividades voltadas à formação e capacitação profissional do pessoal penitenciário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura – COENA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso III, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados:</i> III - na formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores das áreas de administração, de segurança e de vigilância dos estabelecimentos penitenciários;

Nesta ação são alocados os recursos para custear as despesas com a construção da Escola Penitenciária Nacional – ESPEN, uma edificação, com área aproximada de 13.835 m² (treze mil oitocentos e trinta e cinco metros quadrados) de espaço próprio que possa sediar a realização de cursos de formação para os servidores penitenciários da União.

O projeto executivo foi finalizado e recebido em maio de 2008.

A execução da ação não ocorreu no exercício de 2008, devido à falta de tempo hábil para realização dos procedimentos licitatórios, em decorrência do acúmulo de outros processos existentes. Com isso, determinaram-se prioridades, principalmente àquelas que visavam suprir a subsistência e assistências do Sistema Penitenciário Federal. Tal fato é decorrência do número insuficiente de recursos humanos necessários à realização das etapas dos processos.

Tabela 11 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 1.080.000,00	0,00	0%
Física*	3	0	0%

*Produto da ação: Escola construída.

2.3.1.1.4. Ação 116Q – Construção da Quarta Penitenciária Federal

Tabela 12 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Construir edificação destinada à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado local; absorver os custos decorrentes de encargos contratuais decorrentes de gerenciamento de obra bem como da elaboração de projetos executivos.
Descrição	Criação de vagas no Sistema Penitenciário Federal, executadas por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura – COENA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais;</i>

O Sistema Penitenciário Federal será formado por 05 (cinco) penitenciárias de segurança máxima especial, gerando 208 (duzentos e oito) vagas por estabelecimento, em um total de 1.040 (um mil e quarenta) vagas. O objetivo deste Sistema é receber os condenados de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões e desarticular o crime organizado local.

As três primeiras unidades estão localizadas em Catanduvas/PR, Campo Grande/MS e Mossoró/RN, que foi recebida definitivamente em 09/05/2008.

O quarto estabelecimento penal foi construído em Porto Velho/RO, pela Construtora Porto Belo Ltda, conforme Contrato 01/2005. O recebimento definitivo da obra foi lavrado em 21/05/2008.

Tabela 13 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
449051	OBRAS E INSTALACOES	2.150.000,00	2.150.000,00	2.115.142,43
TOTAL		2.150.000,00	2.150.000,00	2.115.142,43

Tabela 14 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 2.150.000,00	R\$ 2.150.000,00	100%
Física	Não há previsão de execução física.		

2.3.1.1.5. Ação 116S – Adequação Física de Penitenciárias Federais

Tabela 15 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Adequar as Penitenciárias Federais de modo a proporcionar um melhor aproveitamento do espaço físico e garantir uma manutenção corretiva e preventiva dos eventuais problemas identificados.
Descrição	Adequações das redes de energia elétrica das Penitenciárias Federais de Catanduvas/PR e Campo Grande/MS.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura – COENA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados:</i> <i>I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais;</i>

A adequação física das Penitenciárias Federais não foi realizada uma vez que a conclusão do trabalho efetuado pela empresa especializada em energia elétrica sobre as condições das Unidades de Catanduvas/PR e Campo Grande/MS somente finalizou no final do ano de 2008. Deste modo não houve tempo hábil para iniciar os procedimentos licitatórios para contratação de empresas para realizarem as adequações nos estabelecimentos referenciados.

Tabela 16 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 3.000.000,00	0,00	0%
Física	2	0	0%

2.3.1.1.6 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 17 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Sandra Maria Soares Alvares
Unidades executoras	Diretoria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Administração
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso X, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: X - nos custos decorrentes de sua própria gestão, excetuadas as despesas de pessoal referentes a servidores públicos que já percebem remuneração dos cofres públicos.</i>

O maior volume de gastos nesta ação encontram-se na execução de despesas relacionadas com passagens, diárias, envio de correspondências, aquisição de mobiliários, dentre outras despesas administrativas.

Tabela 18 – Despesas por natureza

NATUREZA DA DESPESA		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	205.469,88	205.469,88	205.469,88
339030	MATERIAL DE CONSUMO	20.864,70	20.864,70	16.844,70
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	18.000,00	18.000,00	18.000,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	398.199,88	398.199,88	275.333,88
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	72.069,30	72.069,30	71.825,85
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	772.108,60	772.108,60	362.831,47
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	142.493,75	142.493,75	141.973,75
339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	92.510,18	92.510,18	64.336,85
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	92.025,38	92.025,38	56.493,38
TOTAL		1.813.741,67	1.813.741,67	1.213.109,76

Tabela 19 – Despesas por modalidade de aplicação

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	1.813.741,67	1.813.741,67	1.213.109,76
TOTAL	1.813.741,67	1.813.741,67	1.213.109,76

Tabela 20 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 6.000.000,00	R\$ 1.813.740,00	30,23%
Física	Não há previsão de execução física.		

Ressalta-se que a previsão orçamentária para esta ação, em 2008, previa a disponibilização de recursos para a cobertura de gastos relacionados com o pagamento de bolsa-formação para alunos do curso de formação, previsto como fase de concurso público a ser realizado. Porém, como a autorização para a realização do certame somente ocorreu no final de 2008, boa parte dos recursos previstos não foram executados.

2.3.1.1.7. Ação 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

Tabela 21 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Prestar a assistência devida ao cidadão apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nos termos da Lei de execução Penal.
Descrição	Articulação para a extensão de políticas públicas de governo no sistema penitenciário e apoio às instituições públicas ou privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo assistir a população penitenciária e egressos nos limites da lei.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Carlos José Pinheiro Teixeira
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino – CGRSE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<p>Conforme incisos IV a VII, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen.</p> <p><i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados:</i></p> <p><i>IV - na formação educacional e cultural do preso e do internado, mediante cursos curriculares de 1º e 2º graus, ou profissionalizantes de nível médio ou superior;</i></p> <p><i>V - na elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos;</i></p> <p><i>VI - na execução de programas voltados à assistência jurídica aos presos e internados carentes;</i></p> <p><i>VII - na execução de programas destinados a dar assistência às vítimas de crime e aos dependentes do preso ou do internado.</i></p>

Esta ação apóia e financia projetos diretamente relacionados à gradual reintegração social das pessoas privadas de liberdade, seguindo as seguintes linhas principais: atenção à saúde; assistência jurídica educação nas prisões; profissionalização e trabalho e articulação com conselhos da comunidade.

O público alvo desta ação são presos(as), internados(as) e egressos(as), os quais são beneficiados mediante os projetos que são apoiados pelo DEPEN. Denominam-se presos(as) àquelas pessoas privadas de liberdade em função da prática de crime, sejam presos provisórios e/ou condenados. São considerados internados(as) as pessoas submetidas à medida de segurança para tratamento especializado em função do diagnóstico de transtorno mental e recolhidas em estabelecimentos penais do tipo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Ressalta-se que os internos submetidos a medidas de segurança não são apenados, sua internação se dá em função da necessária submissão a tratamento especializado. De acordo com a Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de 01 ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.

Parte dos recursos desta ação são utilizados por meio de transferência voluntária, com vistas a atender os pleitos solicitados pelos Estados, em apoio às ações de reintegração social. Assim, a fim de estabelecer critérios para a apresentação dos Projetos de forma a delimitar o campo de atuação de cada área e demonstrar as suas prioridades, foi publicada a Portaria nº. 136 de 28 de setembro de 2007, retificada pela Portaria nº. 141 de 03 de outubro de 2007.

Tabela 22 – Despesas por natureza (Incluindo crédito extraordinário)

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	8.442.090,72	8.442.090,72	2.758.851,25
333092	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	239.760,00	239.760,00	239.760,00
334041	CONTRIBUICOES	128.790,00	128.790,00	128.790,00
334092	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.340,00	11.340,00	11.340,00
335041	CONTRIBUICOES	190.021,00	190.021,00	120.000,00
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	11.383,73	11.383,73	11.383,73
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	85.000,00	85.000,00	69.017,07
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.568,22	8.568,22	8.568,22
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	585.792,00	585.792,00	375.233,39
443042	AUXILIOS	1.453.369,74	1.453.369,74	108.487,50
TOTAL		11.156.115,41	11.156.115,41	3.831.431,16

Tabela 24 – Despesas por modalidade de aplicação (Incluindo crédito extraordinário)

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	10.135.220,46	10.135.220,46	3.107.098,75
40 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	140.130,00	140.130,00	140.130,00
50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS (SFL)	190.021,00	190.021,00	120.000,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	690.743,95	690.743,95	464.202,41
TOTAL	11.156.115,41	11.156.115,41	3.831.431,16

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF + Transferência a Municípios)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	307.594,02	307.594,02	8.100,00
AMAPÁ	48.886,80	48.886,80	0,00
AMAZONAS	115.129,00	115.129,00	11.340,00
PARÁ	673.426,68	673.426,68	0,00
RONDÔNIA	397.532,55	397.532,55	138.510,00
TOCANTINS	181.391,50	181.391,50	151.704,00
REGIÃO NORTE	1.723.960,55	1.723.960,55	309.654,00
ALAGOAS	177.769,51	177.769,51	0,00
BAHIA	213.278,25	213.278,25	209.640,00
CEARÁ	641.521,80	641.521,80	48.600,00

PARÁIBA	684.857,32	684.857,32	43.740,00
PERNAMBUCO	675.077,98	675.077,98	81.000,00
PIAUI	242.039,00	242.039,00	0,00
SERGIPE	201.209,12	201.209,12	0,00
REGIÃO NORDESTE	2.835.752,98	2.835.752,98	382.980,00
PARANÁ	25.920,00	25.920,00	25.920,00
RIO GRANDE DO SUL	16.200,00	16.200,00	16.200,00
REGIÃO SUL	42.120,00	42.120,00	42.120,00
ESPÍRITO SANTO	272.016,12	272.016,12	48.600,00
MINAS GERAIS	498.300,00	498.300,00	348.300,00
RIO DE JANEIRO	598.984,60	598.984,60	502.200,00
SÃO PAULO	3.678.408,20	3.678.408,20	1.292.644,00
REGIÃO SUDESTE	5.047.708,92	5.047.708,92	2.191.744,00
GOIÁS	133.620,75	133.620,75	133.620,75
DISTRITO FEDERAL	82.620,00	82.620,00	82.620,00
MATO GROSSO	228.342,45	228.342,45	98.820,00
MATO GROSSO DO SUL	181.224,81	181.224,81	5.670,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	625.808,01	625.808,01	320.730,75
TOTAL	10.275.350,46	10.275.350,46	3.247.228,75

Houve uma superação da meta física da ação, que ocorreu principalmente devido à política de descentralização de recursos do DEPEN para o Ministério da Saúde, visando o atendimento ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário Nacional. Deste modo, ocorreu um significativo aumento no número de estabelecimentos penais que passaram a ser atendidos pelas equipes de saúde. Ao final de 2007 o número de equipes era de 156, com a possibilidade de atender 78.000 (setenta e oito mil) presos e presas. O número de equipes atualmente é de 193 (cento e noventa e três) e atende a 116.553 (cento e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e três) pessoas presas, em 116 (cento e dezesseis) estabelecimentos penais, em 17 (dezessete) unidades da federação.

A metodologia de aferição dos indicadores de execução foi alterada em relação ao que registramos no ano passado. Naquela ocasião definimos como meta inicial 39.500 (trinta e nove mil e quinhentas) pessoas presas a serem beneficiadas e a execução chegou a 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas presas. Esta execução inseriu equivocadamente uma superposição de ações de saúde, haja vista que, em diversas situações recursos diferentes atingiam os mesmos beneficiários.

Apesar de todos os projetos realizados, a efetividade da ação ficou prejudicada pela carência de pessoal técnico qualificado.

Tabela 24 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 18.100.00,00	R\$ 11.156.115,41	61,64%
Física*	265.940	102.790	38,65%

* Pessoa beneficiada.

Tabela 25 – Metas e resultados da ação no exercício (*Crédito Extraordinário*)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 6.000.000,00	R\$ 79.565,00	1,33%
Física*	72.000	0	0%

* Pessoa beneficiada.

Ressalta-se que 92,78% da execução física apresentada no exercício corresponde ao atendimento na área de saúde para pessoas presas.

Os Ministérios da Justiça e da Saúde pretendem aperfeiçoar o cumprimento da execução destes recursos destinados às equipes de saúde. Sabemos atualmente quantas são as equipes, onde elas estão e a população a ser atendida, mas não temos informações a respeito da quantidade de atendimentos efetivados, o que depende da implantação de um sistema de controle do Ministério da Saúde que ainda não foi disponibilizados aos estabelecimentos penais.

O DEPEN em conjunto com o Ministério da Saúde iniciará no mês de março de 2009, ações conjuntas de monitoramento nos estabelecimentos penais para apurar a situação individualizada de cada estabelecimento onde existem equipes de saúde.

Ainda no refinamento de indicadores de eficiência deste Departamento no que diz respeito à área de reintegração social, a intenção é produzir um custo *per capita*/preso a partir do levantamento dos convênios firmados nos anos anteriores. Este levantamento vai permitir que a Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino saiba o custo *per capita* de cada assistência. Somente com o conhecimento desta informação será possível projetar a meta a ser alcançada de acordo com a previsão orçamentária. A meta que utilizamos para este relatório foi definida a partir das informações dos resultados atingidos no ano anterior. O que admitimos não ser a forma mais adequada de defini-la.

A carência de servidores também prejudica o monitoramento dos convênios firmados pelo DEPEN. Assim, adotaram-se os relatórios de cumprimento de objeto – parciais e final – elaborados pelos convenentes para aprovação de prestações de contas.

Outro ponto negativo é a inadequação do espaço físico da unidade central em Brasília. Mesmo que recebêssemos todo o quantitativo de pessoal necessário, não teríamos onde aloca-los, pois a área física do Departamento é insuficiente. Assim, diversos setores hoje trabalham com falta de espaço para a guarda e análise de processos. Isso compromete a concentração e o próprio clima organizacional do Departamento.

Outro aspecto que afeta diretamente a efetividade das transferências voluntárias é a imposição legal de comprovação de regularidade dos Convenentes (Estados e Municípios), para efetivar o repasse de recursos. Assim, caso algum ente apresente algum registro impeditivo no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, enquanto persistir o problema, existe uma vedação temporária à efetivação do repasse de recurso financeiro.

Como grande parte do volume de recursos do Programa é objeto de descentralização (convênios e contratos de repasse), a não adequação de alguns entes prejudica ou pelo menos torna o processo de repasse moroso.

Em relação à reintegração social do preso, internado e egresso foram fortalecidas Parcerias Interministeriais que contribuem para a redução dos índices de reincidência criminal e melhor implementação das políticas de Reintegração Social, vejamos:

➤ **Ministério da Saúde:**

Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777/2003 - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Até o final de 2008, foram qualificadas 193 equipes de saúde atendendo a 116.553 (cento e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e três) pacientes, em 166 estabelecimentos prisionais, distribuídas em 17 Unidades da Federação.

Numa perspectiva articulada intersetorialmente os Ministérios da Saúde e da Justiça definiram neste Plano uma série de competências e responsabilidades para cada órgão. Ao Ministério da Justiça, representado pelo Departamento Penitenciário Nacional, compete o repasse mensal de 30% do valor do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, destinado às equipes de saúde já implantadas, e aportar recursos para adequação do espaço físico e para a compra de equipamentos destinados às unidades de saúde do sistema penitenciário.

Cada equipe é constituída por um médico, um enfermeiro, um odontólogo, um assistente social, um psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário. Ainda foram atendidas 07 unidades da federação para aquisição dos equipamentos de saúde, previstos.

➤ **Ministério da Educação:**

Fortalecimento do Projeto “Educando para Liberdade” com o objetivo de fortalecer e qualificar a oferta de Educação nas prisões.

O Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (InfoPen) passou a oferecer uma informação importante a respeito da situação da oferta de educação. Pela primeira vez os dados consolidados informam quantos presos estão estudando por nível de ensino. Estes dados nos permitem saber o percentual de atendimento, tendo em vista que também é informado o perfil por nível de escolaridade.

Paralelo ao esforço do InfoPen de produzir estes dados, o Departamento Penitenciário Nacional em articulação com o Ministério da Educação, por intermédio do Instituto de Pesquisa e Estudo Anísio Teixeira (INEP), incluiu a informação sobre a oferta de educação no sistema penitenciário no Censo Escolar realizado anualmente.

É através do Censo Escolar que é gerado a informação para o cálculo *per capita* dos recursos que serão transferidos no ano seguinte. Entendemos que a inclusão da informação da oferta de educação nos estabelecimentos penais é uma estratégia indispensável para a institucionalização desta oferta.

Sendo assim, o cruzamento das informações destes dois bancos de dados nos permite refinar o conhecimento da oferta e, por conseguinte, planejar com mais consistência a ampliação da meta de beneficiários nas ações de elevação de escolaridade para 2009.

➤ **Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República:**

Implantação do Programa de Inclusão de Juventude (PROJOVEM/URBANO) nos estabelecimentos penitenciários nos Estados do Acre, Pará e Rio de Janeiro.

Em 2008 o Departamento Penitenciário Nacional fortaleceu as ações de educação através da parceria com a Secretaria Nacional de Juventude com inclusão da população penitenciária como beneficiária do Programa de Inclusão de Jovens, o Projovem. Após um processo intenso de estudo, foi possível adaptar o Projovem Urbano para sua implantação no sistema penitenciário. Sendo assim, através de Decreto da Presidência da República, as Unidades da Federação puderam formalizar convênios com o Ministério da Justiça para a implantação do Programa.

Por se tratar de um programa que apresenta um grau de complexidade elevado, o DEPEN fez a opção de começar a implantação em apenas 03 (três) Estados e estabelecer uma meta razoavelmente baixa para que em seguida sejamos capazes de ampliar a implantação para todas as Unidades da Federação.

A meta inicial é atender a 560 (quinhentos e sessenta) internos do sistema fechado, alfabetizados e com ensino fundamental incompleto, com idade entre 18 e 29 anos. Os Estados inicialmente contemplados serão: Acre, Pará e Rio de Janeiro.

O ProJovem é uma iniciativa que se junta aos esforços desenvolvidos no âmbito do Projeto Educando para a Liberdade, em parceria com o Ministério da Educação.

➤ **Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República:**

Desenvolvimento de política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Torna-se imperativo ressaltar que, considerando os termos do Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Justiça (Secretaria de Reforma do Judiciário/SRJ e Departamento Penitenciário Nacional) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM da Presidência da República, fez-se necessário a solicitação de recursos da SRJ e da SPM para financiamento de parte dos projetos aprovados, voltados ao Mutirão de Assistência Jurídica para Mulheres em Situação de Prisão em 05 unidades da Federação. Por meio do FUNPEN foram repassados R\$ 735.697,52 (setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 26: Valores FUNPEN para o projeto.

Unidade Federativa	Valor Funpen (R\$)	Valor Funpen (R\$)	
		Custeio	Capital
Acre	132.084,21	118.386,21	13.698,00
Mato Grosso do Sul	175.554,81	101.098,45	74.456,36
Pernambuco	189.359,38	90.387,00	98.972,38
Sergipe	103.195,12	87.840,00	15.355,12
Tocantins	135.504,00	111.550,00	23.954,00
TOTAL	735.697,52	509.261,66	226.435,86

Informa-se que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres procedeu com um repasse de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta

mil reais) referente a capital e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) referente a custeio, mediante o Ofício nº 1.112/2008 – SPM/PR de 07 de julho de 2008.

No que tange aos repasses da Secretaria de Reforma do Judiciário, foi realizada transferência de recursos no valor de R\$ 167.848,76 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), sendo o valor total destinado às despesas com custeio.

Destaca-se que competiu ainda ao DEPEN o financiamento de R\$ 167.848,76 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), sendo R\$ 76.435,86 (setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) destinados às despesas com capital e R\$ 91.412,90 (noventa e um mil, quatrocentos e doze reais e noventa centavos) destinados às despesas com custeio.

2.3.1.1.8. Ação 2316 – Serviço Penitenciário Federal

Tabela 27 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais.
Descrição	Os gastos de funcionamento compreendem as despesas correntes com material de apoio administrativo, manutenção de equipamentos, aeronaves, veículos automotores convencionais e especiais, máquinas, armamentos, sistemas de informática, reforma das instalações prediais, despesas com alimentação, vestuário, transporte, educação, saúde, trabalho, segurança, informação, comunicação, água, esgoto, energia elétrica, e pessoal administrativo terceirizado dos estabelecimentos penais federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Wilson Salles Damázio
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme incisos X, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: X - nos custos decorrentes de sua própria gestão, excetuadas as despesas de pessoal referentes a servidores públicos que já percebem remuneração dos cofres públicos.</i>

Tabela 28 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	500.000,00	500.000,00	500.000,00
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.053.437,98	1.053.437,98	1.053.437,98
339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	58.466,29	58.466,29	52.627,45
339030	MATERIAL DE CONSUMO	4.426.756,00	4.426.756,00	755.700,45
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.175.932,41	1.175.932,41	1.019.822,32
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	14.900,00	14.900,00	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	266.232,90	266.232,90	266.232,90
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	7.680.941,03	7.680.941,03	4.352.495,51
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	35,41	35,41	35,41
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	399.073,11	399.073,11	399.073,11
TOTAL		15.575.775,13	15.575.775,13	8.399.425,13

Tabela 29 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS (SFL)	500.000,00	500.000,00	500.000,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	15.075.775,13	15.075.775,13	7.899.425,13
TOTAL	15.575.775,13	15.575.775,13	8.399.425,13

Tabela 30 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 18.937.189,00	R\$ 15.575.774,00	82,25%
Física*	416	252	60,58%

* Preso mantido

O Sistema Penitenciário Federal tem por objetivo custodiar presos de alta periculosidade, visando desarticular o crime organizado e coibir a ocorrência de rebeliões nos estabelecimentos prisionais estaduais.

Integram a estrutura da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional:

- Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção;
- Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário;
- Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária;
- Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal;
- Penitenciária Federal em Catanduvas/PR;
- Penitenciária Federal em Campo Grande/MS;

- Penitenciária Federal em Mossoró/RN;
- Penitenciária Federal em Porto Velho/RO.

Esta ação trata principalmente do custeio das despesas com o Sistema Penitenciário Federal, como material de consumo, material de apoio administrativo, serviços de alimentação, água, luz, terceirização, educação, saúde, segurança, manutenção predial, de equipamentos e de viaturas oficiais, e outros que possibilitem operacionalizar os estabelecimentos penais federais, através da execução direta

Com relação aos estabelecimentos penais federais, destacamos a entrega das obras da unidade em Mossoró/RN e Porto Velho, recebidas definitivamente em maio de 2008, estando no aguardo da inauguração. Portanto o quantitativo de vagas nas penitenciárias federais continua sendo 416 (quatrocentos e dezesseis) vagas, posto que a inauguração dessas duas Unidades Penais Federais não foi possível por falta de servidores (agentes penitenciários federais, especialista em assistência penitenciária, técnico de apoio à assistência penitenciária), o que levou o DEPEN a postergar o atendimento das demais demandas, ou seja, contratação de apoio administrativo, aquisição de materiais e/ou equipamentos, contratação de serviços continuados.

Figura 2: Localização geográfica dos estabelecimentos penais federais.



As principais restrições na execução foram:

- Atraso na aprovação do orçamento da União;
- Falta de servidores especializados e espaço físico, necessários ao andamento e finalização dos procedimentos licitatórios para aquisição de equipamentos e materiais e também para a contratação de prestação de serviços visando suprir as demandas essenciais das Penitenciárias Federais;
- A escassez de recursos humanos, que dificultou a execução dos trabalhos e o desenvolvimento do Sistema Penitenciário Federal.

Os procedimentos licitatórios para atendimento das demandas da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal foram realizados pela Diretoria-Executiva, com o apoio da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O DEPEN está capacitando servidores lotados na sede da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal e nas Penitenciárias Federais em Catanduvas/PR e em Campo Grande/MS, para que em conjunto com a área técnica da Diretoria-Executiva do DEPEN, possam dar maior celeridade aos procedimentos licitatórios.

Foram elaborados diversos Termos de Referência e Projetos Básicos para aquisições e contratações necessárias à manutenção das Unidades Penais já inauguradas, bem como para as Unidades em Mossoró/RN e em Porto Velho/RO, visando acelerar a inauguração das mesmas e desta forma a ampliação de vagas para presos no Sistema Penitenciário Federal.

Em razão da edição da Medida Provisória nº 441, publicada no dia 29 de agosto de 2008, que trata de diversas carreiras e de cargos da Administração Pública Federal, incluindo a Carreira da Área Penitenciária Federal, foram elaborados os normativos necessários à execução do concurso público, após publicação da Portaria nº 323, de 20 de outubro de 2008, do MPOG, que autorizou a realização de Concurso Público, que prevê o provimento de vagas para os cargos de Agente Penitenciário Federal, Especialista em Assistência Penitenciária e Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária.

O processo seletivo iniciou-se no segundo semestre de 2008 e deverá ser finalizado no segundo semestre de 2009, por meio do qual serão empossados 600 (seiscentos) agentes penitenciários federais, 44 (quarenta e quatro) especialistas em assistência penitenciária e 12 (doze) técnico de apoio à assistência penitenciária.

A 5ª Unidade Federal será construída em Brasília, estando previsto o início das obras para o ano de 2009.

Figura 3: Visão da Penitenciária Federal de Campo Grande



A Diretoria do Sistema Penitenciário Federal dispõe de servidores e prestadores de serviço atuando na Secretaria Administrativa, a qual assessora o Diretor e também no Núcleo Administrativo, o qual elabora Termos de Referência para aquisição de materiais e contratação de serviços para o atendimento das demandas das Penitenciárias Federais, bem como da própria Diretoria. O referido Núcleo acompanha o andamento das licitações e auxilia a Diretoria-Executiva em todas as etapas dos procedimentos licitatórios relacionados às demandas do Sistema Penitenciário Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, embora não exista formalmente referida estrutura administrativa.

Em que pese ser possível desenvolver o trabalho com a atual configuração, é imperioso que se proceda à reestruturação de cargos e unidades da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal e nas Penitenciárias Federais, viabilizando a melhor distribuição de atribuições e contribuindo para a evolução e crescimento do Sistema Penitenciário Federal. No dia

21/07/2008 por meio do Memorando nº 447/2008-DISPF/DEPEN foi proposta a reestruturação de cargos e unidades da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, a qual necessita de aprovação do Diretor-Geral do DEPEN.

As Penitenciárias Federais possuem Órgão de Inteligência que interagem, diuturnamente, com a Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária, tanto através da coleta, análise e difusão de informações, como pelo monitoramento que é acompanhado, em tempo real neste órgão central, 24 horas por dia.

Atividades assistenciais sob responsabilidade da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal

a) Assistência à saúde

Por meio de articulações do DEPEN com as Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária ou congêneres e com o Departamento de Polícia Federal, tem sido possível a cessão temporária de alguns profissionais da área de saúde para atuarem como colaboradores eventuais, prestando, assim, o atendimento técnico no âmbito de sua competência.

Desde o início de 2008, o Serviço de Saúde da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR - PFCAT e da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS – PFCG vem proporcionando um atendimento à saúde contínuo, por meio da colaboração de profissionais das áreas de medicina, serviço social, psicologia, enfermagem, odontologia e farmácia.

Figura 4: Tratamento odontológico em Penitenciária Federal.



Como forma de suprir as demandas do Serviço de Saúde foram concluídos os seguintes processos: a) Proc. 08016.000431/2008-74 – Medicamentos psicotrópicos; b) Proc. 08016.005553/2007-95 – Medicamentos comuns; c) Proc. 08016.003861/2007-67 – Aquisição de autoclaves; d) Proc. 08016.003586/2007-81 – Próteses odontológicas; e) Proc. 08016.003924/2008-66 – Contratação de estabelecimento para fornecimento de medicamentos.

No mês de agosto de 2008, o DEPEN tornou público o edital nº 01/2008 e nº 02/2008 para seleção de projetos de Assistência à Saúde dos presos custodiados na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR e na Penitenciária Federal em Campo Grande/MS. (Ref. Processo nº 08016.002806/2008-31 e 08016.002807/2008-85).

O escopo do Projeto relaciona-se à prestação de assistência à saúde dos presos por meio da disponibilização de profissionais devidamente habilitados para a realização de atendimento médico (clínico geral e psiquiatra), de enfermagem, psicológico, odontológico, farmacêutico e social, bem como pela realização de exames complementares necessários a viabilização dos planos de tratamento.

Depois de cumpridos todos os procedimentos de análise pela Comissão de Avaliação, na data de 22 de setembro de 2008, foi elaborada a ata da sessão de conclusão da análise dos projetos, onde consta a decisão pelo vencimento no certame da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP “Instituto Brasileiro de Santa Catarina – IBRASC”.

Para complemento das ações de assistência à saúde, foram elaborados os seguintes novos Termos de Referência voltados à aquisição de:

- Materiais Médico-Hospitalares;
- Equipamentos Médico-Hospitalares;
- Material Odontológico; d) Equipamentos Odontológicos e;
- Medicamentos.

b) Estruturação da Política de Individualização da Pena

Foi concluído no mês de agosto de 2008, o processo de seleção para consultores do Projeto BRA 05/038 – Modernização do Sistema Penitenciário. Este trabalho será desenvolvido por meio de consultoria, com caráter interdisciplinar, composta por duas pessoas, objetivando produzir referenciais, instrumentais, manuais e fluxogramas para a gestão compartilhada das diversas áreas vinculadas às políticas de tratamento penitenciário, a exemplo da individualização da pena, da assistência psicossocial, educacional, laboral, social, de saúde e jurídica aos presos custodiados nas Penitenciárias Federais.

Encontra-se em estudos a elaboração de Projeto de Capacitação para os Servidores Penitenciários, com ênfase no processo de individualização da pena e atuação da Comissão Técnica de Classificação.

c) Atividades Desportivas e Culturais

Fomento para a organização das atividades e aquisições de materiais voltados às modalidades de Jogo de futebol e Jogos de xadrez, dama, gamão e dominó, nos estabelecimentos penais federais

Estruturação da atividade de cinemateca dentro das programáticas de educação não-formal.

d) Assistência Jurídica

Por meio da Defensoria Pública da União – DPU tem sido garantida a assistência jurídica aos presos custodiados no Sistema Penitenciário Federal.

O Departamento Penitenciário Nacional e a Defensoria Pública da União, visando articular ações integradas, realizaram uma reunião de trabalho no período de 25 e 26 de outubro de 2007, a qual resultou na elaboração da “Carta de Compromisso”. Esse documento tem como objetivo principal aprimorar os trabalhos desenvolvidos no campo dos direitos e garantias fundamentais dos presos e contém os seguintes eixos de agenda de trabalho:

- a) procedimentos de transferência de presos para o Sistema Penitenciário Federal;
- b) atendimento dos presos e seus familiares pelos Defensores Públicos da União;
- c) articulação com as Defensorias Públicas Estaduais;
- d) utilização de aparelhos de captação de voz ambiente;
- e) capacitação para os Agentes Penitenciários Federais;
- f) interface da Assistência Jurídica com as outras modalidades de Assistências;
- g) perfil para os internos;
- h) parceria entre o DEPEN e a DPU.

Assim, foi instituído um grupo de trabalho entre os dois Órgãos por meio da Portaria Conjunta DPU/DEPEN Nº 01 de 28 de maio de 2008, para resolução das demandas e apresentação dos trabalhos dentro de um período de 01 ano.

e) Assistência Material

Proposição de novos contratos para atender a realidade da prestação de assistência material aos presos, a exemplo da oferta de alimentação e de aquisição de itens de uso pessoal.

f) Projeto Visita Virtual

Por meio de uma idéia do MM. Juiz Federal Corregedor da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, o DEPEN vem envidando esforços para a elaboração do Projeto Visita Virtual.

Atualmente, 50% de presos custodiados nas penitenciárias federais não recebem visita social de familiares ou amigos. Esse diagnóstico, além de fragilizar a ótica de garantia de direitos no cumprimento da pena, termina por agravar a situação da manutenção dos laços familiares que são, essencialmente, benéficos para o preso.

Não há dúvida de que tal situação se relaciona com a especificidade da custódia do Sistema Penitenciário Federal, que agrega presos oriundos de diversos sistemas penitenciários estaduais. Dessa forma, o Projeto em pauta objetiva contribuir para a manutenção dos laços familiares, dentro da perspectiva de promoção do tratamento penitenciário. Por meio do uso de recursos computacionais que disponibilizam áudio, vídeo e rede banda larga para vídeo-conferência, será possível a realização de visitas de familiares aos presos de forma virtual.

Na fase inicial de implementação do Projeto foram escolhidos dois eixos de trabalho:

- Realização de mapeamento de presos e cadastro de visitantes;
- Disponibilização de equipamentos tipo “totem” para teste.

A proposta está voltada para a implementação do Projeto no âmbito das Penitenciárias Federais em parceria com os Núcleos dessa Defensoria Pública da União, com a instalação dos referidos equipamentos nas Unidades dos dois Órgãos. Esse procedimento relaciona-se, assim,

ao fortalecimento dos acordos pactuados e trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, coletivamente, pelo DEPEN e DPU, no âmbito do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Conjunta nº 1, de 28 de maio de 2008.

Em novembro de 2008, foi dado início ao teste piloto entre a Penitenciária Federal em Campo Grande/MS e a Defensoria Pública da União – Núcleo de Manaus/AM.

Para a implementação do referido Projeto está sendo elaborado o Termo de Referência para aquisição dos equipamentos de vídeo-conferência, bem como a minuta do Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o DEPEN e a DPU.

g) Atos normativos complementares ao Regulamento Penitenciário Federal

Dando seqüência as Portarias já elaboradas e vinculadas à área de tratamento penitenciário (a exemplo da visita íntima; assistência religiosa; objetos e materiais permitidos; comissão técnica de classificação, entre outras), foi minutada a Portaria que regulamenta as Assistências prestadas aos presos dos estabelecimentos penais federais. A previsão de publicação da referida Portaria será no primeiro semestre de 2009.

População Carcerária e Movimentação de Presos no Sistema Penitenciário Federal

Em relação à população carcerária do Sistema Penitenciário Federal, as Penitenciárias Federais possuem um gestor do INFOPEN – Sistema de Informação Penitenciária, que atualiza os dados relativos aos presos sob custódias das referidas Unidades Prisionais Federais. Ali são inseridas todas as informações concernentes a situação jurídica, a movimentação, a qualificação, dentre outras.

Além disso, a Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção realiza a atualização do mapa de controle geral de vagas concedidas aos presos das unidades federativas e de transferências efetuadas para o Sistema Penitenciário Federal.

A inclusão e a transferência de presos para as unidades do Sistema Penitenciário Federal está disciplinada na Resolução nº 557, do Conselho da Justiça Federal, de 08/05/2007, que determina a competência do juízo federal para exercer a atividade jurisdicional de execução penal dos estabelecimentos federais.

As escoltas são realizadas pelos Agentes Penitenciários Federais, com apoio da Polícia Federal.

Ao analisar o Mapa de Vagas, percebe-se que desde a inauguração da primeira Penitenciária Federal até dezembro de 2008, a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, por meio da Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção, concedeu 882 (oitocentos e oitenta e duas) vagas, sendo 324 (trezentos e vinte e quatro) vagas para a Penitenciária Federal em Catanduvas/PR e 490 (quatrocentos e noventa) vagas para a Penitenciária Federal em Campo Grande/MS. Algumas vagas foram indeferidas pelas correspondentes Justiças Federais e outras ainda estão sob análise.

Tabela 31: Mapa Geral de Vagas por Estado atualizado até 05/12/2008:

MAPA RESUMIDO DO CONTROLE DE VAGAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO								
UF	Vagas Solicitadas	Vagas Concedidas PFCAT	Vagas Concedidas PFCG	Remoções PFCAT	Remoções PFCG	Vagas Concedidas Não ocupadas PFCAT	Vagas Concedidas Não ocupadas PFCG	Retorno p/ UF Origem/ Alvará de Soltura
AC	10	0	10	0	10	0	0	0
AL	21	7	14	1	8	5	6	1
AM	28	6	22	5	18	0	1	4
AP	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	1	1	0	1	0	0	0	0
CE	23	1	22	1	13	0	1	8
DF	19	0	18	0	1	0	17	0
ES	28	24	4	11	3	2	0	12
GO	21	11	10	2	10	9	0	0
MA	8	0	8	0	6	0	2	0
MT	23	15	8	7	8	6	0	2
MS	181	55	119	5	13	1	39	101
MG	1	0	1	0	1	0	0	0
PA	53	36	17	17	3	1	16	16
PB	20	0	20	0	2	0	0	19
PR	69	14	4	1	3	14	1	0
PB	115	63	40	24	0	19	40	26
PI	0	0	0	0	0	0	0	0
RJ	91	34	59	11	15	9	39	17
RN	15	2	13	1	13	0	0	1
RS	17	1	16	0	1	0	15	1
RO	44	23	21	16	5	1	16	6
RR	16	5	11	0	0	5	11	0
SC	24	12	12	8	9	1	2	6
SP	43	14	30	4	1	11	28	1
SE	11	0	11	0	0	0	2	9
TO	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	882	324	490	115	143	84	236	230

Tabela 32: Vagas preenchidas

Dezembro de 2008	PFCAT	PFCG	TOTAL
CAPACIDADE CARCERÁRIA DISPONÍVEL	208	208	416
POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM DEZEMBRO DE 2008	115	143	258

As remoções com transporte aéreo ocorreram da seguinte forma:

- 36 através de aviões da Força Aérea Brasileira;

- 5 através de aviões do Departamento de Polícia Federal;
- 77 através de vôos comerciais;
- 7 sob responsabilidade dos governos estaduais demandantes.
- Total de 125 remoções para 324 presos.

Tabela 33: Remoções realizadas no ano de 2008, bem como a quantidade de presos recambiados:

REMOÇÕES - 2008				
Mês	Quantidades de Inclusões	Quantidade de Audiência	Quantidade de Devolução	Quantidade de Presos Removidos
JANEIRO	0	4	3	22
FEVEREIRO	2	7	2	33
MARÇO	4	5	0	24
ABRIL	2	7	2	17
MAIO	2	3	1	6
JUNHO	1	10	1	14
JULHO	3	5	0	22
AGOSTO	5	8	5	58
SETEMBRO	2	5	4	30
OUTUBRO	5	1	6	51
NOVEMBRO	7	8	2	37
DEZEMBRO (até 05/12/2008)	3	0	0	10
TOTAL	36	63	26	324
TOTAL GERAL DE REMOÇÕES:		125		

Atuação da Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal

O grande obstáculo encontrado, dificultando desempenho mais célere em relação às apurações disciplinares, constituiu-se na falta de pessoal especializado e servidores estáveis para compor Comissões de Disciplina, o que fez com que se recorresse a outros Órgãos, principalmente o Departamento de Polícia Federal.

Por essa razão, a possibilidade de ocorrer a prescrição em alguns casos sempre foi presente.

A Corregedoria-Geral necessita, o mais breve possível, de mais auxiliares, para conseguir executar todas as suas atribuições, haja vista que o seu efetivo atual é formado apenas por um Corregedor-Geral e dois contratados, os quais, pela natureza das atividades não podem se manifestar tecnicamente, cuidando apenas do suporte administrativo.

Dessa forma, apesar das dificuldades, o balanço é o de que a atuação da Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário foi bastante produtiva, sendo a maioria das metas atingidas.

Tabela 34: Procedimentos apuratórios realizados

Tipo	Instaurados	Concluídos
Processo Administrativo Disciplinar	01	0
Sindicância Punitiva	14	11
Sindicância Investigativa	09	05
TOTAL	24	16

Gráfico 3: Procedimentos apuratórios instaurados.

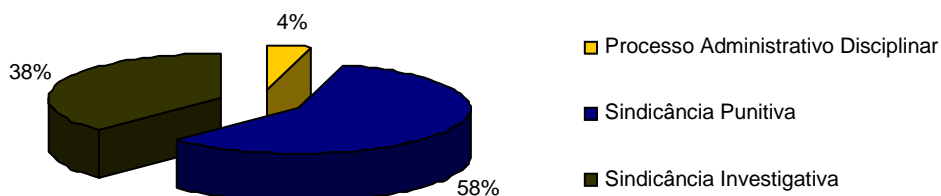


Tabela 35: Correições realizadas

Locais	Data
Penitenciária Federal em Campo Grande/MS	19 a 21/05/2008
Penitenciária Federal em Catanduvas/MS	02 a 05/06/2008

2.3.1.1.9. Ação 2526 – Capacitação em Serviços Penais

Tabela 36 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Induzir e apoiar iniciativas locais destinadas a promover a melhoria da qualificação do pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade e restritivas de direito e medidas de segurança, a fim de propiciar a consolidação de padrões de referência na prestação de serviços penais em consonância com regras e princípios estabelecidos na Lei de Execução Penal.
Descrição	Prestação de suporte técnico e financeiro a ações educativas dirigidas ao pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade, restritivas de direito e medidas de segurança.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Vivian Murbach Coutinho
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino – CGRSE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso III, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: III - na formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores das áreas de administração, de segurança e de vigilância dos estabelecimentos penitenciários.</i>

A ação de capacitação em serviços penais está relacionada à formação e capacitação do servidor penitenciário, afim de que suas atividades sejam exercidas em conformidade com a Lei de Execução Penal, ou seja: fazer com que o potencial de competências e habilidades de cada servidor penitenciário seja transferido para a sua prática profissional, através da articulação entre os saberes promovidos nos cursos e os que o próprio servidor carrega como parte da sua bagagem pessoal e experiência de vida. Essa articulação permitirá que as atitudes do servidor penitenciário correspondam às expectativas relacionadas com a sua função social, e contribuirá para a sua plena realização pessoal e profissional.

Para esse fim, a comunicação, a tolerância e a capacidade de liderança são competências e habilidades que devem ser destacadas e promovidas. Assim, torna-se possível articular as funções de segurança com os objetivos de ressocialização das pessoas presas, já que a segurança passa a ser entendida de forma integral, compreendendo também a segurança física e emocional da população carcerária e dos próprios servidores.

Em 2008 foram firmados 10 (dez) Convênios, totalizando o valor de R\$ 1.573.951,03 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e três centavos) visando à capacitação de 6.627 servidores penitenciários.

Tabela 37: Convênios firmados em 2008

UF	Título do Projeto	LOA	
		Valor	Pessoas Capacitadas
AC	Projeto Político Pedagógico para Formação de Agentes Penitenciários do Estado do Acre	200.000,70	880
AL	Capacitação de Agentes Penitenciários	149.278,50	600
BA	Capacitação de Servidores do Sistema Penitenciário da Bahia	50.560,00	1.474
PB	Formação e capacitação continuada para Agentes Penitenciários	192.766,50	600
GO	Violência? Não!	190.000,00	247
GO	Capacitação para agentes penitenciários	232.803,76	400
MT	Levantamento Situacional dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso	107.243,96	1.531
PE	Capacitação de Servidores Penitenciários em Informática Básica	121.860,81	225
SP	Medição de conflitos e diálogo cooperativo	80.000,00	600
SP	Classificação e orientação da pena: um modelo de intervenção	249.436,80	70
TOTAL		1.573.951,03	6.627

Cabe informar que em 2008 também foram executadas parcelas dos Convênios firmados em 2007, totalizando R\$ 1.122.499,37 (um milhão, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), capacitando 2.275 (dois mil duzentos e setenta e cinco) servidores.

Tabela 38: Convênios firmados em 2007 com recursos executados em 2008

UF	Título do Projeto	LOA	
		Valor da Parcela	Pessoas Capacitadas
DF	Capacitação em Serviços Penais na Área de Intervenção Penitenciária	R\$ 229.337,39	160
DF	Capacitação em Serviços Penais na Área de Segurança e Disciplina	R\$ 388.404,00	880
ES	Especialização em Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo	R\$ 35.215,20	40
GO	Curso de Formação de Diretores de Unidades Prisionais	R\$ 91.356,46	122 ³
MS	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Prisional	R\$ 65.024,00	35
RJ	Pós – Graduação em Gestão Penitenciária	R\$ 51.098,76	40
RO	Capacitação em Técnica de Armamento e Tiro	R\$ 197.342,46	398
SP	Seminário: Comissões Técnicas de Classificação	R\$ 64.721,10	600*
TOTAL		R\$ 1.132.499,37	2.275

No ano de 2008 esta Coordenação financiou apenas 1 (um) curso por execução direta, na qual o ente federado solicita ao DEPEN o pagamento de diárias e passagens para que docentes promovam aulas, palestras e seminários. O curso foi realizado no Estado do Rio

³ As presente metas foram computadas em dezembro de 2007, motivo pelo qual não foram incluídas no cálculo

Grande do Sul e capacitou 77 (setenta e sete) psicólogos que atuam no sistema penitenciário daquela Unidade Federada.

Tabela 39 – Despesas por natureza (incluindo crédito extraordinário)

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	2.696.490,40	2.696.490,40	390.000,70
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.052,71	1.052,71	1.052,71
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	30.000,00	30.000,00	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	560,00	560,00	560,00
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	112,00	112,00	112,00
TOTAL		2.728.215,11	2.728.215,11	391.725,41

Tabela 40 – Despesas por modalidade de aplicação (incluindo crédito extraordinário)

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	2.696.490,40	2.696.490,40	390.000,70
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	31.724,71	31.612,71	1.612,71
TOTAL	2.728.215,11	2.728.103,11	391.613,41

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	200.000,70	200.000,70	200.000,70
RONDÔNIA	197.342,46	197.342,46	0,00
REGIÃO NORTE	397.343,16	397.343,16	200.000,70
ALAGOAS	149.278,50	149.278,50	0,00
BAHIA	50.560,00	50.560,00	0,00
PARAÍBA	192.766,50	192.766,50	0,00
PERNAMBUCO	121.860,81	121.860,81	0,00
REGIÃO NORDESTE	514.465,81	514.465,81	0,00
ESPÍRITO SANTO	35.215,20	35.215,20	0,00
RIO DE JANEIRO	51.098,76	51.098,76	0,00
SÃO PAULO	394.157,90	394.157,90	0,00
REGIÃO SUDESTE	480.471,86	480.471,86	0,00
DISTRITO FEDERAL	617.781,39	617.781,39	0,00
GOIÁS	514.160,22	514.160,22	190.000,00
MATO GROSSO	107.243,96	107.243,96	0,00
MATO GROSSO DO SUL	65.024,00	65.024,00	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	1.304.209,57	1.304.209,57	190.000,00
TOTAL	2.696.490,40	2.696.490,40	390.000,70

A inviabilidade de se firmar outros convênios, decorre principalmente da falta de pessoal capacitado para prestar serviços técnicos, uma vez que esta Coordenação dispõe de apenas 1 (uma) coordenadora e 2 (duas) técnicas terceirizadas.

Também, após a publicação do Decreto nº 6.170/2008, todos os Convênios deveriam ser apresentados, analisados e acompanhados por meio do SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos, o que gerou muitas dificuldades para envio dos projetos, por parte dos proponentes, bem como para análise das propostas encaminhadas por esta Coordenação.

Tabela 41 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 13.140.000,00	R\$ 2.498.838,00	19,02%
Física*	1.800	8.742	485,67%

* Pessoa capacitada

Tabela 42 – Metas e resultados da ação no exercício (Crédito extraordinário)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 2.000.000,00	R\$ 229.377,00	11,47%
Física*	208	160	76,92%

* Pessoa capacitada

2.3.1.1.10 Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tabela 43 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Luciane Cristina de Souza
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DISPF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

Tabela 44 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 150.000,00	0,00	0%
Física*	3	0	0%

* Produto: ação realizada

Não ocorreu execução desta ação em razão de não ter sido editado o Decreto, no exercício de 2008, que regulamenta o uso de verbas em ações de caráter sigiloso na área de Inteligência.

2.3.1.1.11 Ação 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas

Tabela 45 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.
Descrição	Financiamento da implementação de serviços de acompanhamento e monitoramento da execução de penas e medidas alternativas, inclusive com a aquisição de bens e serviços.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Márcia de Alencar Araújo Matos
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Penas e Medidas Alternativas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: V - na elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos.</i>

A ação 2730 visa o financiamento da implementação de serviços de acompanhamento da execução das penas e medidas alternativas nas unidades da federação, inclusive com a aquisição de bens e serviços. A ação contribui para a diminuição do fluxo de entrada nos estabelecimentos penais (redução do *déficit* de vagas) e evita a convivência de réus primários ou presos provisórios com condenados reincidentes.

A evolução das Penas e Medidas Alternativas demonstra que nos últimos 2 anos, o número de penas ou medidas aplicadas tornou-se superior ao número de pessoas presas no Brasil.

A metodologia empregada na execução dos convênios promove a divisão de responsabilidades e de custos da implantação das Centrais com as unidades da federação. Em alguns casos, os custos foram significativamente reduzidos devido à existência de uma estrutura operacional/física preexistente.

No ano de 2008, os serviços apoiados contribuíram para a implantação de 19 Varas Especializadas, 249 Centrais de Apoio, Núcleos de Monitoramento e Serviços de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Brasil e beneficiou 588.830 cumpridores de Penas e Medidas Alternativas.

*Tabela 46 - Aplicação das Penas e Medidas Alternativas
(Período: janeiro a dezembro de 2008)*

Unidade Federativa	Penas Aplicadas	Medidas Aplicadas	Total
ACRE	714	1.437	2.151
ALAGOAS	537	1.734	2.271
AMAPÁ	525	0	525
AMAZONAS	1.674	3.835	5.509
BAHIA	5.322	10.345	15.667
CEARÁ	241	3.926	4.167
DISTRITO FEDERAL	11.328	3.026	14.354
ESPÍRITO SANTO	4.290	7.247	11.537
GOIÁS	1.420	2.894	4.314
MARANHÃO	722	1.213	1.935
MINAS GERAIS	6.062	56.650	62.712
MATO GROSSO DO SUL	6.807	3.555	10.362
MATO GROSSO	1.153	2.783	3.936
PARÁ	1.820	2.823	4.643
PARAÍBA	894	926	1.820
PERNAMBUCO	5.294	13.522	18.816
PIAUI	525	894	1.419
PARANÁ	6.935	7.990	14.925
RIO DE JANEIRO	12.005	128.406	140.411
RIO GRANDE DO NORTE	975	1.671	2.646
RONDÔNIA	1.530	4.826	6.356
RORAIMA	218	671	889
RIO GRANDE DO SUL	10.202	33.151	43.353
SANTA CATARINA	2.589	9.930	12.519
SERGIPE	3.326	4.894	8.220
SÃO PAULO	12.424	146.242	158.666
TOCANTINS	1.487	3.220	4.707
TOTAL	101.019	457.811	558.830

Fonte: Corregedorias dos Tribunais de Justiça do AC, ES, MG, MS, RN, RR, RS e SC; Serviços Públicos de Acompanhamento, Fiscalização ou Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas das demais unidades da federação. Dados a serem validados pela Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas – CONAPA, em março de 2009.

Foram encontradas várias dificuldades pela Coordenação-Geral, responsável por esta ação, em relação ao andamento dos trabalhos no ano de 2008, como:

- A pequena estrutura de cargos e funcionários disponível e o elevado crescimento na quantidade de processos a serem analisados;
- A inadimplência das Unidades Federativas, que prejudicou o andamento da celebração dos convênios;
- Deficiência técnica quanto à elaboração dos convênios por algumas Unidades Federativas, prejudicando assim o andamento da celebração dos convênios;
- A supressão do crédito extraordinário, disponível no primeiro semestre de 2008;
- A nova supressão do crédito extraordinário em dezembro de 2008, que inviabilizou a execução de três convênios;
- A estrutura física inadequada no setor.

Com a finalidade de que se suprimir as dificuldades ora citadas, é necessária a redimensionamento do setor, compreendendo a reestruturação humana e física, além da adequação à estrutura organizacional do DEPEN.

Tabela 47 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	4.395.186,84	4.395.186,84	115.000,00
335041	CONTRIBUICOES	117.675,85	117.675,85	
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	31.147,70	31.147,70	31.147,70
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	284.512,00	284.512,00	206.253,51
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	86.780,17	86.780,17	86.780,17
443042	AUXILIOS	1.201.688,57	1.201.688,57	167.714,00
TOTAL		6.116.991,13	6.116.991,13	606.895,38

Tabela 48 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	5.596.875,41	5.596.875,41	282.714,00
50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS (SFL)	117.675,85	117.675,85	0,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	402.439,87	402.439,87	324.181,38
TOTAL	6.116.991,13	6.116.991,13	606.895,38

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	286.672,80	286.672,80	0,00
PARÁ	157.002,59	157.002,59	0,00
TOCANTINS	35.040,00	35.040,00	0,00
RONDÔNIA	164.034,90	164.034,90	0,00
REGIÃO NORTE	642.750,29	642.750,29	0,00
BAHIA	629.000,00	629.000,00	0,00
MARANHÃO	80.288,44	80.288,44	0,00
PIAUI	628.588,24	628.588,24	0,00
PERNAMBUCO	860.495,06	860.495,06	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	204.113,00	204.113,00	0,00
REGIÃO NORDESTE	2.402.484,74	2.402.484,74	0,00
SANTA CATARINA	352.979,84	352.979,84	0,00
REGIÃO SUL	352.979,84	352.979,84	0,00
ESPÍRITO SANTO	577.176,80	577.176,80	0,00
MINAS GERAIS	30.000,00	30.000,00	0,00
SÃO PAULO	1.063.780,00	1.063.780,00	282.714,00
REGIÃO SUDESTE	1.670.956,80	1.670.956,80	282.714,00
GOIÁS	509.771,74	509.771,74	0,00
MATO GROSSO DO SUL	17.932,00	17.932,00	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	527.703,74	527.703,74	0,00
TOTAL	5.596.875,41	5.596.875,41	282.714,00

Tabela 49 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 12.880.000,00	R\$ 6.116.991,13	47,49%
Física*	54	54	100%

* Produto: serviço apoiado

Tabela 50 – Metas e resultados da ação no exercício (Emenda Parlamentar 01 – Acre)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 200.000,00	0,00	0%
Física*	2	0	0%

* Produto: serviço apoiado

Tabela 51 – Metas e resultados da ação no exercício (Emenda Parlamentar 02 – Acre)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	0%
Física*	1	0	0%

* Produto: serviço apoiado

Ação 0B01 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas (Crédito Extraordinário)

Tabela 52 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	412.603,61	412.603,61	235.040,00
443042	AUXILIOS	23.993,16	23.993,16	23.993,16
TOTAL		436.596,77	436.596,77	235.040,00

Tabela 53 – Despesas por modalidade de aplicação

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	436.596,77	436.596,77	235.040,00
TOTAL GERAL	436.596,77	436.596,77	235.040,00

UNIDADES FEDERATIVAS BENEFICIADAS (TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
AMAZONAS	200.000,00	200.000,00	200.000,00
TOCANTINS	35.040,00	35.040,00	35.040,00
RONDÔNIA	50.792,00	50.792,00	-
REGIÃO NORTE	285.832,00	285.832,00	235.040,00
PIAUI	46.057,12	46.057,12	-
SERGIPE	55.506,05	55.506,05	-
REGIÃO NORDESTE	101.563,17	101.563,17	-
MATO GROSSO DO SUL – REGIÃO CENTRO-OESTE	49.201,60	49.201,60	-
TOTAL	436.596,77	436.596,77	235.040,00

Tabela 54 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 6.000.000,00	R\$ 436.597,00	7,28%
Física*	22	2	9,09%

* Produto: serviço apoiado

2.3.1.1.12 Ação 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional

Tabela 55 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Desenvolver e implementar um sistema de informações penitenciárias nas unidades da federação visando o compartilhamento de dados em base nacional.
Descrição	Criação de banco de dados; aquisição de equipamentos; desenvolvimento de soluções lógicas; implementação, em cada estabelecimento penal, de sistema informatizado de administração carcerária, com banco de dados centralizado, devidamente integrados em plataforma gerencial de nível nacional; disponibilização de informações gerenciais, estratégicas e de inteligência, em todos os níveis, utilizando-se da rede mundial de computadores web/internet.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação – CGPAI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso IX, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: IX - nas publicações e na pesquisa científica na área penal, penitenciária ou criminológica.</i>

Tabela 56 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	18.630,84	18.630,84	18.630,84
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	15.850,00	15.850,00	15.831,18
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.208,67	1.208,67	1.208,67
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.835.333,86	1.835.333,86	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.050.160,00	3.050.160,00	0,00
TOTAL		4.921.183,37	4.921.183,37	35.670,69

Tabela 57 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
90 - APLICACOES DIRETAS	4.921.183,37	4.921.183,37	35.670,69
TOTAL	4.921.183,37	4.921.183,37	35.670,69

Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária

A Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária, é responsável pelo desenvolvimento e implantação do INFOPEN, software para registro e gestão penitenciária, no qual são inseridos dados *on line* sobre as características e sobre o controle da execução penal, que possibilita em tempo real o redirecionamento e avaliação das políticas públicas prisionais.

A Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária em suas ações priorizou no ano de 2008 a continuação de ações tais como: aparelhamento nos estabelecimentos penais, a interligação das redes estaduais utilizando a Infovia, melhoria no monitoramento dos indicadores do InfoPen Estatística, continuação da implantação do InfoPen Gestão, parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e iniciou trâmites para futuro acordo com o Departamento de Polícia Federal- DPF.

Aparelhamento InfoPen

O orçamento disponibilizado foi dedicado a compra de computadores para os estabelecimentos penais, durante o exercício de 2008. No quarto trimestre foi disponibilizado recurso extraordinário no montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões) que não pode ser aproveitado pelo tempo exíguo para preparação dos processos licitatórios necessários a aquisição de equipamentos de biometria e identificação.

A inexistência de uma área de Tecnologia da Informação específica no DEPEN, com o advento da publicação do Regimento Interno em 20/04/2008, manteve a dependência da Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça para realizar procedimentos licitatórios para contratação de empresa prestadora de serviços de informática para atender as demandas do Projeto InfoPen.

Tabela 58: Computadores doados em 2008 para as Unidades Federativas implementarem o InfoPen Gestão.

Unidades Federativas	Quant.	Termo de Doação	Acordo de Cooperação
Acre	28	002/2008	013/2007
Amapá	10	008/2008	011/2007
Bahia	44	005/2008	002/2008
Distrito Federal	14	004/2008	012/2007
Espírito Santo	6 *	011/2008	005/2007
Maranhão	26	009/2007	009/2007
Mato Grosso	128	009/2008	004/2007
Pará	74	010/2007	010/2007
Pernambuco	148	006/2008	001/2007

Rio Grande do Norte	12	007/2007	006/2007
Santa Catarina	2 *	010/2008	007/2007
São Paulo	66	001/2007	003/2007
Tocantins	42 **	003/2008	001/2008
TOTAL	600		

* Doação Complementar

** Doação Parcial

Tabela 59: Aquisição de computadores em 2008 para doação em 2009, para uso do InfoPen Gestão.

Unidades Federativas	Quant.	Termo de Doação	Acordo de Cooperação
Alagoas	18	004/2008	012/2009
Amazonas	36	001/2009	001/2009
Ceará	290	002/2009	002/2009
Goiás	136	005/2008	013/2009
Minas Gerais	96	003/2009	003/2009
Mato Grosso do Sul	74	004/2009	004/2009
Paraíba	166	005/2009	005/2009
Piauí	30	007/2008	014/2008
Rio de Janeiro	90	006/2009	006/2009
Rondônia	76	007/2009	007/2009
Roraima	12	008/2009	008/2009
Rio Grande do Sul	186	009/2009	009/2009
Sergipe	16	010/2009	010/2009
São Paulo	221*	011/2009	003/2007
TOTAL	1.447		

* Doação Complementar

Interligação das redes estaduais utilizando a Infovia

O sistema InfoPen é acessado via *WEB*, ou seja, qualquer acesso a Internet disponibiliza o acesso. No entanto notamos que apesar dessa facilidade muitos Estados dispunham de uma rede instável e lenta. Por esse motivo e idealizando a segurança da informação foi disponibilizada a rede Infovia.

Infovia é uma Rede Particular Virtual (Virtual Private Network – VPN) de comunicações privada do Ministério da Justiça. O tráfego de dados é seguro e usa protocolos e criptografia por tunelamento que fornecem a confidencialidade, autenticação e integridade necessárias para garantir a privacidade das comunicações requeridas. Dessa forma foram interligados os 26 (vinte e seis) Estados e o Distrito Federal.

Melhoria no Monitoramento do preenchimento InfoPen Estatística

O InfoPen Estatística foi reformulado e implantado no segundo semestre de 2005. Trata-se de ferramenta que disponibiliza uma série de indicadores a respeito da questão penitenciária.

Como forma de melhorar o preenchimento e qualidade desses indicadores foram adotados certos critérios mínimos estabelecidos pela Portaria DEPEN nº 206, de 31 de dezembro de 2008.

“§ 2º Os projetos que tenham por finalidade obter recursos do FUNPEN para atendimento dos objetivos descritos nos incisos I a III, deverão ser apresentados consoante valores pré-estabelecidos para cada Estado, que serão calculados e informados pelo DEPEN, segundo critérios estabelecidos no Anexo II desta Portaria (índice penitenciário). O Estado que envia projetos para obtenção de recursos junto ao FUNPEN deve seguir alguns requisitos:”

O repasse de recursos é baseado em cálculos com critérios qualitativos e quantitativos específicos. Em relação ao InfoPen o Estado é pontuado conforme os parâmetros relacionados à situação de alimentação e implementação do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias - Módulo Estatística e Módulo Gestão.

No intuito de auxiliar os Estados na visualização do preenchimento dos seus indicadores foi disponibilizado no próprio sistema InfoPen Estatística um módulo de acompanhamento de preenchimento e qualidade chamado Gestor InfoPen que permite ao gestor, a qualquer tempo, verificar se atingiu os critérios estabelecidos bem como visualizar seu comparativo em relação ao Brasil.

Em Dezembro de 2008 o sistema aponta preenchimento consolidado Brasil de 99,95% e média de erros no preenchimento de 1,58%.

Figura 04: Tela do Gestor InfoPen extraída no mês de Dezembro de 2008.



Continuação da implantação do InfoPen Gestão

O ano de 2008 foi de grandes avanços de caráter político-estratégico para o InfoPen. Com a adesão de mais 5 (cinco) Estados ao InfoPen Gestão (totalizando 17), ao final de 2008 o crescimento da população carcerária cadastrada evoluiu em mais de 3.600% em relação ao final do ano de 2007. Veja na tabela comparativa abaixo:

Tabela 60: Presos cadastrados no InfoPen Gestão

Unidades Federativas/ Penitenciárias Federais	Presos cadastrados no InfoPen Gestão	
	Dez/2007	Dez/2008
Acre	0	1.527
Alagoas	0	0
Amapá	0	785
Bahia	0	5.184
Distrito Federal	0	8.603
Espírito Santo	4.727	7.713
Goiás	0	9
Maranhão	0	2.944
Mato Grosso	0	3.210
Pará	0	8.655
Pernambuco	0	21.178
Piauí	0	493
Paraná	0	6.784
Rio Grande do Norte	0	325
Santa Catarina	0	11.066
São Paulo	0	104.606
Tocantins	0	1.642
Penitenciária Federal de Catanduvas	109	90
Penitenciária Federal de Campo Grande	108	177
TOTAL	4.944	184.991

Como o total da população carcerária nacional aponta **446.687** (quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete) presos informado pelo InfoPen Estatística ao final de 2008, o InfoPen Gestão possui **41%** do total deste total, com apenas 02 anos em produção.

O aumento da inserção da população carcerária no Sistema InfoPen Gestão em 2008 foi resultado de uma política de cooperação entre a União e os Estados, uma estratégia forte de incentivo ao preenchimento (como liberação de convênios mediante preenchimento do InfoPen, doação de máquinas e etc.), por parte do DEPEN, e de um acompanhamento minucioso pela equipe interna do InfoPen, além dos treinamentos ministrados aos novos Estados que aderiram ao Sistema.

Um quantitativo de 591 (quinhentos e noventa e um) novos usuários foram cadastrados e homologados para utilização da ferramenta durante o ano de 2008. Dentre estes podem ser destacados: Gestores de Estabelecimentos, usuários de estabelecimentos, Juizes Federais e Estaduais, Policiais Federais, Militares e Cíveis, Promotores e Defensores Públicos com acesso à consulta de prontuários.

Interoperabilidade

A interoperabilidade é a interligação entre diferentes sistemas de informações utilizando uma linguagem comum entre ambas.

Para que o InfoPen obtivesse sucesso no cadastro da população carcerária dos Estados, a estratégia usada pela equipe do InfoPen foi a de capturar os dados dos Estados via interoperabilidade, pois esses já possuíam sistemas informatizados e seria inviável realizar o cadastro no InfoPen de modo manual.

Pelo processo de interoperabilidade foram inseridos 164.102 presos, que representa 88% da população carcerária cadastrada no InfoPen Gestão.

Parceria com o Conselho Nacional de Justiça CNJ

Em 2008, a equipe do InfoPen foi convidada a colaborar com o Mutirão Carcerário realizado, nos Estados, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. O objetivo dos mutirões é avaliar a situação processual dos processos dos presos e regularizá-las. As visitas foram aos Estados do Maranhão, Piauí e Pará.

O InfoPen Gestão demonstrou extrema importância ao Poder Judiciário, pois automatiza o acompanhamento de penas mostrando, por exemplo, os presos que possuem direito a benefícios ou mesmo que já cumpriram suas penas. De acordo com o relatório da CPI do Sistema Carcerário, muitos desses presos já poderiam ter suas liberdades concedidas. O referido documento recomendou a realização de mutirões carcerários e a implantação de um sistema integrado com o intuito de dirimir tais problemas. Destaca-se que com a implantação total do InfoPen Gestão seria possível responder a essas demandas unificando a base de dados e apontando os casos em que já caberia a concessão de benefícios.

Diante de tal cenário foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 024/2008, entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, que unirá esforços para construção e utilização da ferramenta.

Parceria com o Departamento de Polícia Federal

Uma das metas do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN consiste na unificação das bases de dados de informações penitenciárias em âmbito nacional, de forma a consolidar os dados provenientes dos estabelecimentos prisionais do país, através do sistema InfoPen Gestão, para que ocorra a automatização das rotinas dos estabelecimentos, faz-se necessário identificar os indivíduos que estão sob custódia do Estado.

O Sistema Nacional de Informação Penitenciária está sendo desenvolvido de forma a se integrar ao Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais (AFIS) do Departamento de Polícia Federal - DPF, que consiste em uma poderosa ferramenta de identificação biométrica cujo objetivo é realizar a identificação inequívoca dos presos através de suas impressões digitais, para isso realizamos em 2008 reuniões para desenhar as linhas gerais de um Acordo de Cooperação entre o DEPEN, DPF e os Estados, para assinaturas e implementação em 2009.

Interesse Internacional

A *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC, cuja missão é de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos países, solicitou visita técnica na área de

tecnologia da informação, para avaliação e propositura de diagnóstico de melhorias na área informacional e tecnológica prisional de Guiné – Bissau. Além disso, algumas autoridades de países como Panamá e Paraguai vieram ao DEPEN em Brasília para conhecer o projeto InfoPen. Apesar do grande interesse desses países na utilização da ferramenta e na aquisição do código-fonte, para adaptá-lo às características específicas da execução penal em seus respectivos países, nenhum acordo foi firmado até o final de 2008.

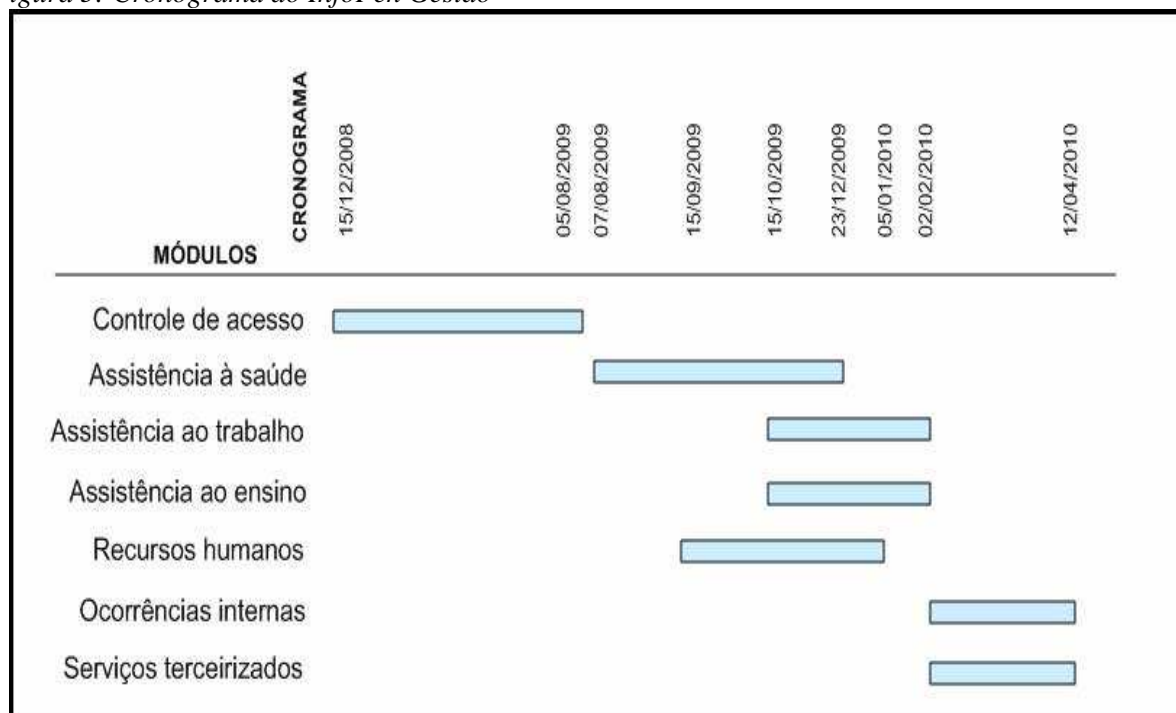
Dificuldades internas enfrentadas

O Relatório de Gestão de 2007 apontava uma progressão de 70% na conclusão dos módulos do projeto. Apontava também a previsão de 100% de seus módulos finalizados e disponíveis até dezembro de 2008.

Como dito anteriormente, o ano de 2008 foi de grandes avanços de caráter político-estratégico, mas tecnicamente foi desfavorável à equipe interna do InfoPen. A licitação de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça, que estava prevista para março de 2008, que garantiria acréscimo de força de trabalho, não foi concluída e o contrato antigo foi aditado por mais 01 ano. Não obstante, metade da equipe de desenvolvimento do InfoPen solicitou demissão, por motivos profissionais e externos ao projeto, e os novos funcionários ainda estão em fase de adaptação a este grande projeto. Com este cenário em vista, a estratégia adotada pela Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação foi de manter a cooperação com as Unidades Federativas e atender as demandas evolutivas e adaptativas advindas dos Estados, referente aos módulos já em produção. Consta dizer que as solicitações dos Estados representam um quantitativo muito grande se comparado com o quantitativo de recursos disponíveis para atender tais demandas.

As dificuldades descritas acima consumiram muito tempo da equipe e comprometeu o cronograma apresentado no relatório de Gestão de 2007. O cronograma do InfoPen Gestão foi re-planejado ao final de 2008*, apresentado a seguir:

Figura 5: Cronograma do InfoPen Gestão



*Levou-se em consideração a nova licitação de Tecnologia da Informação, com 14 novas vagas para analistas de sistemas.

Cumpra-se ressaltar que o cronograma está alinhado com a previsão de nova contratação e das atuais diretrizes políticas traçadas.

Tabela 61 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	960	620	64,58%
Física*	11.420.000,00	4.921.184,00	43,09%

* Produto: estabelecimento integrado

Tabela 62 – Metas e resultados da ação no exercício (Crédito Extraordinário)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 5.000.000,00	R\$ 0,00	0%
Física*	355	0	0%

* Produto: estabelecimento integrado

2.3.1.1.13 Ação 8130 – Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal

Tabela 63 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover e apoiar a realização de estudos e pesquisas voltados à produção de dados sobre a execução penal no Brasil ou em perspectiva comparada.
Descrição	Planejamento e execução de estudos e pesquisas nacionais ou comparados; coleta de dados; análise, divulgação e crítica de resultados; construção de indicadores; publicação de trabalhos; avaliação de políticas, programas, projetos e atividades em execução penal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação – CGPAI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso IX, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: IX - nas publicações e na pesquisa científica na área penal, penitenciária ou criminológica.</i>

Em 2005, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre este Departamento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Os valores previstos nesta Ação destinavam-se a aumentar o aporte de recursos, em sede deste Acordo, quando da realização da revisão substantiva do projeto, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2008. Ocorre que, em data anterior da revisão, demandou-se um contingenciamento orçamentário ao DEPEN no valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). Este contingenciamento foi suspenso próximo ao fim do exercício, quando já havia expirado o período contratual da revisão substantiva, inviabilizando assim a inserção do recurso dentro do Acordo de Cooperação Técnica Internacional, e por consequência a não execução dos recursos previstos.

Tabela 64 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 1.000.000,00	0,00	0%
Física*	4	0	0%

* Produto: estudo publicado

2.3.1.1.14. Ação 8912 - Apoio à Implantação e ao Reparcelamento de Escolas Penitenciárias

Tabela 65 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar as instituições voltadas à melhoria da qualificação dos profissionais da execução penal, visando proporcionar tratamento adequado às disposições da Lei de Execução Penal.
Descrição	Aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos de informática e mobiliário a serem empregados em atividades de formação, capacitação e valorização do profissional da execução penal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Vivian Murbach Coutinho
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

As Escolas de Administração Penitenciária são estruturas locais destinadas a dar suporte a ações efetivas no campo da educação em serviços penais, que buscam apoiar as iniciativas estaduais e federais voltadas à melhoria da qualificação dos operadores do sistema penal. Ao longo dos últimos 4 (quatro) anos o DEPEN conseguiu sensibilizar várias unidades federativas para a necessidade de implantação das escolas. Assim, o cenário atual é de 26 (vinte e seis) Escolas Penitenciárias implantadas ou em processo de implantação. Cabe informar que as escolas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram implantadas com recursos do próprio ente federado.

Tabela 66 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	145.840,49	145.840,59	0,00
TOTAL		145.840,49	145.840,49	0,00

Agentes penitenciários, diretores de estabelecimentos penais e servidores recebem nas escolas de administração penitenciária capacitação voltada para atividades

pedagógicas, direitos humanos e atividades práticas sobre a rotina dos estabelecimentos penitenciários.

A criação das Escolas de Administração Penitenciária fica então definida como uma condição indispensável para que uma relação conseqüente e responsável de cooperação técnica e financeira entre o DEPEN e as Unidades Federativas possa vir a ser instaurada.

No ano de 2008, foi firmado 1 (um) Convênio de Implantação de Escola de Administração Penitenciária no Estado de Tocantins.

Tabela 67 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	145.840,49	145.840,59	0,00
TOTAL	145.840,49	145.840,49	0,00

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
TOCANTINS	286.672,80	286.672,80	0,00
TOTAL	145.840,49	145.840,49	0,00

Os valores dos projetos previstos para o ano estavam bem inferiores àqueles praticados por esta Coordenação. Fato este que não permitiu atender mais projetos. Importa mencionar também sobre a impossibilidade de apoiar 9 (nove) escolas, vez que, para implantação de Escola de Administração Penitenciária falta apenas o Estado do Maranhão, para reaparelhamento faltam as Unidades Federadas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ou seja, aquelas que foram implementadas com recursos próprios.

Tabela 68 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 900.000,00	R\$ 145.840,00	16,20%
Física*	9	1	11,11%

* Produto: escola apoiada

Cabe informar também que, após a publicação do Decreto nº 6.170/2008, todos os Convênios deveriam ser apresentados, analisados e acompanhados por meio do SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos, o que gerou muitas dificuldades para envio dos projetos, por parte dos proponentes, bem como para análise das propostas encaminhadas por parte desta Coordenação.

Ação 0B02 - Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias (Crédito Extraordinário)

Tabela 69 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 1.000.0000,00	0,00	0%
Física*	10	0	0%

* Produto: escola apoiada

2.3.1.1.15. Ação 8913 – Apoio à Implantação e Reparelhamento de Ouvidorias

Tabela 70 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a implantação e o reapearelhamento de ouvidorias no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais de forma a aprimorar a participação e o controle social nas políticas públicas voltadas para a execução penal.
Descrição	Aquisição de materiais de informática e mobiliário voltados para a estruturação e aprimoramento das ouvidorias dos sistemas penitenciários estaduais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Kellyane Rodrigues Passos Moreno
Unidades executoras	Gabinete do Diretor-Geral
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Ouvidoria do Sistema Penitenciário – OSPEN
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

Contexto

A ação tem o objetivo de aproximar a sociedade livre e a sociedade encarcerada, atores fundamentais para a eficácia da execução penal operacionalizada pelo Estado. Ações de sensibilização foram promovidas durante todo o exercício de 2008, com o fim de estimular o diálogo e a troca de informações entre a administração penitenciária e a sociedade e de garantir a transparência do sistema prisional.

A discussão com os representantes dos sistemas penitenciários, de segurança e de justiça locais, entretanto, mostrou um cenário em que a resistência ainda prevalece sobre a plena aceitação da efetiva atuação da comunidade na execução da pena.

Essa resistência à aproximação com a sociedade civil, aliada a outros fatores de natureza legal e administrativa, contribui para o engessamento da execução da ação de apoio à implantação e reapearelhamento de ouvidorias.

Nesse contexto, verificamos a necessidade de adotar uma estratégia diferenciada com o fim de criar um ambiente favorável à execução do projeto de ouvidorias. Para isso foi necessário priorizar ações de fomento à instalação, funcionamento e fortalecimento dos órgãos da execução penal constituídos por representantes da sociedade civil. Adotou-se a lógica de que, uma vez estruturados e atuantes, esses órgãos têm legitimidade para cobrar das

administrações penitenciárias locais e de estimular, no âmbito de sua atuação, a adoção de medidas que possibilitem a comunicação e o efetivo diálogo com a comunidade local, tais como a criação de ouvidorias.

Nessa linha de raciocínio, o Conselho da Comunidade foi eleito como foco inicial da estratégia, em razão da capilaridade deste órgão em todo o Território Nacional.

O apoio à instalação, aparelhamento e funcionamento dos Conselhos da Comunidade, órgão colegiado da execução penal, previsto no art. 61 da Lei de Execução Penal, constitui ação de promoção da participação social na execução da pena, bem como importante instrumento de auxílio à efetiva atuação da Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional, sobretudo para a efetivação do projeto de implantação e reaparelhamento de ouvidorias do sistema penitenciário em todas as Unidades da Federação.

Restrições - Questões legais e administrativas

No início do exercício, pretendia-se executar a ação de forma descentralizada, por meio da transferência de recursos às Unidades da Federação para financiar a aquisição de mobiliários e equipamentos para as ouvidorias locais, assim como ocorreu no exercício de 2007, quando a ação foi criada.

Estudos realizados com as ouvidorias penitenciárias estaduais em funcionamento levaram à conclusão de que é possível aparelhar uma unidade dessa natureza com recursos da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Entretanto, observou-se a primeira restrição à execução da ação, neste caso de ordem legal. Em virtude da publicação do Decreto n.º 6.428, de 14 de abril de 2008, que antecipou a vigência do art. 2º, inciso I, do Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, para 15 de abril de 2008, foi inviabilizada a celebração de convênios com o fim de contemplar os projetos de implantação e reaparelhamento de ouvidorias do sistema penitenciário, posto que o valor orçado nos Planos de Trabalho apresentados ficaram abaixo do parâmetro financeiro mínimo estabelecido, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Diante desse cenário, optou-se por executar a ação 8913 de forma direta. Foi efetuado um levantamento dos itens comuns a todos os projetos apresentados, e definido um conjunto padrão de bens e equipamentos para aquisição centralizada pelo Departamento e posterior doação com encargos às Unidades da Federação pleiteantes.

Após o início do processo preparatório para a licitação dos bens, observou-se outra restrição à execução da ação no exercício, agora de ordem administrativa, consistente na insuficiência de pessoal da área meio para atender ao excesso de demandas de aquisição para os sistemas penitenciários estaduais, para doações, e sistema penitenciário federal, utilização própria.

Diante da nova situação impeditiva, firmou-se entendimento entre a área técnica e a área administrativa, no sentido de sobrestar a execução da ação para o exercício subsequente e assim planejar soluções alternativas que possibilitem a execução direta da ação sem sobrecarregar a unidade responsável pelas aquisições e contratos.

Importante registrar que, no início do exercício, verificou-se a necessidade de alterar os atributos da ação orçamentária 8913 com o objetivo de ampliar as possibilidades de financiamento e alcançar maior efetividade e eficiência nos resultados almejados, no entanto, não objetivamos êxito junto aos órgãos responsáveis pela formatação do Plano Plurianual.

Tabela 71 - Convênios vigentes e concluídos no exercício

Nº Convênio	UF Beneficiada	Objeto	Situação
127/2007	MG	Aparelhamento da Ouvidora do Sistema Penitenciário	Concluído. Em fase de prestação de contas.
128/2007	RN	Reaparelhamento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário	Em execução.
129/2007	AC	Implantação e Aparelhamento da Ouvidoria do IAPEN	Em execução.
130/2007	AL	Implantação e Aparelhamento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário	Em execução.
131/2007	GO	Estruturação da Ouvidoria e Implantação dos Núcleos de Direitos Humanos e Justiça	Em execução.
132/2007	SP	Reaparelhamento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário	Concluído. Em fase de prestação de contas.
Pré-Convênio 84/2008	AC	Criação e Aparelhamento de Conselhos da Comunidade	Empenhado.

Contratação de Consultoria

Com o fim de elaborar estudos para a edição do Manual de Diretrizes para o Funcionamento de Ouvidorias do Sistema Penitenciário, que contemplará pesquisas e análise sobre modelos nacionais e internacionais de gestão e funcionamento de ouvidorias penitenciárias, atual situação dessas ouvidorias no Brasil, definição de estrutura mínima de pessoal, suporte e espaço físico, bem como fluxo de processos nas ouvidorias, foi efetuada a contratação de consultor, na modalidade de produto, no âmbito do Acordo de Cooperação mantido entre o Departamento Penitenciário Nacional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O produto que irá resultar no Manual será entregue no primeiro semestre de 2009.

Fomento à Instalação e Funcionamento dos Conselhos da Comunidade

Com o fim de incentivar e ampliar a participação social na execução da pena foram realizados quatro Encontros Regionais de Conselhos da Comunidade, órgão da execução penal previsto na Lei de Execução Penal composto por representantes da sociedade civil, que deve ser instalado em cada Comarca pelo Juízo da Execução.

Os encontros integram um projeto conjunto do DEPEN e da Comissão Nacional para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, instituída no âmbito do Ministério da Justiça e afeta à Ouvidoria do Sistema Penitenciário.

Um dos objetivos é de proporcionar um espaço de discussão entre representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, dos órgãos estaduais de administração penitenciária, instituições e entidades da sociedade civil, a respeito do papel, das funções, das relações e da importância da instalação e do efetivo funcionamento dos Conselhos da Comunidade no âmbito das respectivas Comarcas.

Ainda no âmbito dessa parceria, no segundo semestre de 2008 foi editado o manual “Conselhos da Comunidade”, atualizado e revisado pela Comissão Nacional em conjunto com a Ouvidoria do Sistema Penitenciário. Nos encontros promovidos no segundo semestre, 2000 (dois mil) exemplares foram distribuídos.

Com a realização dos quatro Encontros Regionais, foram concluídas as metas iniciais do projeto, de percorrer o País promovendo ciclos de discussão especializada sobre o assunto, conforme ocorreu em Joinville/SC, Porto Velho/RO, Salvador/BA, São Paulo/SP e Cuiabá/MT, onde foram reunidas as instituições e representantes da sociedade civil dos Estados das Regiões Sul, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste respectivamente.

Além dos encontros regionais organizados diretamente pela Ouvidoria, dois Encontros Estaduais, um em Mato Grosso e outro no Rio Grande do Sul, foram apoiados com recursos do FUNPEN, para pagamento de deslocamento e diárias de palestrantes, no primeiro caso, e diárias de Conselheiros, no segundo caso.

Desta ação resultaram diretamente:

- O aumento no número de Conselhos da Comunidade instalados ou regularizados, movimento também impulsionado pela edição da Resolução nº 47, de 2007, do Conselho Nacional de Justiça;
- Melhor compreensão pelas instituições de governo e pelos Conselhos dos limites de sua atuação;
- Conscientização dos representantes das comunidades da necessidade de participação no processo de execução da pena como forma de auxiliar o Estado nas ações voltadas ao preparo do preso para retorno ao livre convívio social.

Os recursos orçamentários necessários à execução do projeto voltado aos Conselhos da Comunidade foram provenientes das ações 2314 (Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso) e 2272 (Gestão e Administração do Programa), e foram empregados em:

- Confeção de material gráfico de apoio aos eventos;
- Serviços de evento e cerimonial;
- Passagens e diárias dos membros da Comissão Nacional e palestrantes;
- Diárias de um conselheiro de cada Conselho da Comunidade representado;
- Impressão de exemplares do manual “Conselhos da Comunidade”.

Eventos realizados em 2008 sobre o tema em foco:

- Encontro Dos Conselhos da Comunidade – Região Norte – Porto Velho/RO - Dias 30 e 31 de Maio/2008
- Primeiro Encontro Matogrossense de Conselhos da Comunidade – Cuiabá/MT – dias 26 e 27 de Junho/2008
- Encontro dos Conselhos da Comunidade – Região Nordeste – Salvador/BA - dias 11 e 12 de Setembro/2008
- Encontro dos Conselhos da Comunidade – Região Sudeste – São Paulo/SP - Dias 07 E 08 de Novembro/2008
- III Seminário de Capacitação para Conselheiros dos Conselhos da Comunidade, V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade e I Encontro da Federação dos Conselhos da Comunidade da Área Penitenciária do Rio Grande do Sul -Porto Alegre/RS - Dias 26, 27 e 28 de Novembro/2008
- Encontro dos Conselhos da Comunidade – Região Centro-Oeste – Cuiabá/MT - Dias 12 e 13 de Dezembro/2008

Promoção de discussões sobre direitos fundamentais

No mês de abril de 2008, foi realizado em Brasília o Seminário Internacional Sistemas Penitenciários e Direitos Fundamentais, promovido e organizado pelo Departamento Penitenciário Nacional, por meio da Ouvidoria, com o apoio do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente – ILANUD, sediado na Costa Rica, e do Instituto Raoul Wallenberg de Direitos Humanos, sediado na Suécia, que custearam o deslocamento e a hospedagem dos palestrantes internacionais.

O seminário integra o programa regional para América Latina e Caribe de capacitação em matéria de sistemas penitenciários e direitos fundamentais, coordenado pelo ILANUD, que teve início no ano de 2005 com a realização de seminários regionais, capacitações especiais e nove seminários nacionais nos países latino-americanos, dirigidos a servidores e gestores do sistema penitenciário, Juízes da Execução, ouvidores e outras instituições relacionadas com a execução penal e direitos humanos.

O objetivo principal do programa é contribuir para o desenvolvimento da gestão dos sistemas penitenciários locais com foco em um modelo harmônico entre segurança e direitos fundamentais.

Atendimentos prestados ao usuário pela Ouvidoria

Em números gerais, 8.152 (oito mil cento e cinquenta e dois) atendimentos foram prestados pela Ouvidoria, entre pedidos de assistência jurídica, transferência de preso, denúncias, assistência à saúde, assistência social, indulto coletivo, indulto individual, comutação de pena, benefícios e hábeas corpus e pedidos informações em geral sobre o sistema penitenciário

Os pleitos são atendidos diretamente, nos casos que envolvem questões relacionadas com as competências e atribuições regimentais do DEPEN, ou remetidos às autoridades federais ou estaduais competentes para solução.

Do total de demandas recebidas, 3.544 (três mil quinhentos e quarenta e quatro) foram finalizadas no exercício.

Tabela 72 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 600.000,00	0,00	0%
Física*	6	0	0%

* Produto: ouvidoria apoiada

2.3.1.1.16. Ação 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais

Tabela 73 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.
Descrição	Apoio à criação de vagas nos sistemas penitenciários estaduais e executados por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

As obras financiadas pelo FUNPEN têm a finalidade precípua de gerar vagas para atender às demandas das Unidades Federativas, mas, colaboram também, na criação de novos postos de trabalho na construção civil, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Por meio do Contrato nº 003/2004, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 27/12/2004, foram firmados 29 (vinte e nove) contratos de repasse com os Estados, tendo em vista a atuação desta instituição como mandatária do DEPEN, ficando a seu encargo a formalização, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas que envolvem a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Os projetos aprovados pelo DEPEN, enviados para formalização da Caixa, devem estar em consonância com os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Os custos das obras são verificados pela Caixa no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido por aquela instituição. No caso de

materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os preços de mercado da construção civil como parâmetro.

Tabela 74 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.000.000,00	1.000.000,00	70.005,91
443042	AUXILIOS	149.397.347,32	149.397.347,32	0,00
TOTAL		150.397.347,32	150.397.347,32	70.005,91

Tabela 75 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade De Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	149.397.347,32	149.397.347,32	0,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	1.000.000,00	1.000.000,00	70.005,91
TOTAL	150.397.347,32	150.397.347,32	70.005,91

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	11.910.476,34	11.910.476,34	0,00
AMAPÁ	3.036.284,26	3.036.284,26	0,00
AMAZONAS	17.576.237,46	17.576.237,46	0,00
PARÁ	5.270.775,52	5.270.775,52	0,00
RONDÔNIA	15.248.513,46	15.248.513,46	0,00
REGIÃO NORTE	53.042.287,04	53.042.287,04	0,00
ALAGOAS	693.000,00	693.000,00	0,00
BAHIA	5.107.931,50	5.107.931,50	0,00
PARAÍBA	1.888.670,73	1.888.670,73	0,00
PERNAMBUCO	9.862.516,04	9.862.516,04	0,00
PIAUI	3.868.287,19	3.868.287,19	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	5.051.363,14	5.051.363,14	0,00
SERGIPE	5.983.481,97	5.983.481,97	0,00
REGIÃO NORDESTE	32.455.250,57	32.455.250,57	0,00
ESPÍRITO SANTO	4.423.762,54	4.423.762,54	0,00
RIO DE JANEIRO	10.025.197,97	10.025.197,97	0,00
SÃO PAULO	2.199.257,96	2.199.257,96	0,00
REGIÃO SUDESTE	16.648.218,47	16.648.218,47	0,00
GOIÁS	19.350.000,00	19.350.000,00	0,00
MATO GROSSO DO SUL	7.693.000,00	7.693.000,00	0,00
MATO GROSSO	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00
TOCANTINS	14.708.591,24	14.708.591,24	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	47.251.591,24	47.251.591,24	0,00
TOTAL	149.397.347,32	149.397.347,32	0,00

A ação financiou, em 2008, por meio de contratos de repasse firmados pela CAIXA, 6.138 (seis mil, cento e trinta e oito) novas vagas no Sistema Penitenciário Nacional. As vagas financiadas por esta ação encontram-se na tabela abaixo. Ressalte-se que estas vagas serão disponibilizadas em exercícios subsequentes.

Tabela 76 - Número de vagas financiadas pelo FUNPEN.

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor FUNPEN
AC	0264781-10	Construção, Reforma e Ampliação da Penitenciária Manoel Néri da Silva	248	3.781.057,00
AC	0278188-20	Construção, Reforma e Ampliação de Senador Guiomard	224	8.129.419,34
AL	0278189-34	Construção do Módulo de Saúde em Arapiraca	0	693.000,00
AM	0282632-82	Construção da Cadeia Pública de Maués	125	8.788.118,73
AM	0283036-89	Construção da Cadeia Pública de Tefé	125	8.788.118,73
AP	0264782-24	Construção de 03 Pavilhões de Segurança Máxima no IAPEN	129	1.435.872,13
AP	0264783-38	Implantação do Sistema Hidrossanitário	0	581.133,87
AP	0278190-63	Ampliação da Penitenciária de Regime Semi Aberto	248	1.019.278,26
BA	0246027-27	Construção da Cadeia Pública de Salvador (restante lançado na ação 11TW (RAP 2007) Nacional)	-	5.107.931,50
ES	0282237-96	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	421	4.423.762,54
GO	0280034-04	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima no Complexo de Aparecida de Goiânia	328	4.500.000,00
GO	0279128-13	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	421	14.850.000,00
MS	0278191-77	Construção do Módulo de Saúde	0	693.000,00
MS	0281748-51	Construção da Penitenciária Feminina	200	7.000.000,00
MT	0269363-69	Construção da Cadeia Pública Peixoto Azevedo	256	5.500.000,00
PA	0268831-09	Cadeia Pública Feminina em Santarém	86	2.635.387,76
PA	0278467-08	Construção da Penitenciária Feminina de Marabá	86	2.635.387,76
PB	0280033-91	Ampliação da Penitenciária Modelo de João Pessoa PB I	8	1.888.670,73
PE	0281071-80	Intervenção Aníbal Bruno	1513	9.862.516,04
PI	0281749-65	Construção da Casa de Detenção Provisória em São Raimundo Nonato (Cadeia Pública)	164	3.868.287,19
RJ	0264784-42	Construção do Centro de Observação Criminológica	240	8.837.744,26
RJ	0264785-58	Reforma do Antigo Presídio Carlos Tinoco da Fonseca	118	1.187.453,71
RN	0281073-07	Construção da Cadeia Pública de Macau	90	2.551.363,14
RN	0278468-12	Construção da Cadeia Pública de Ceará Mirim	90	2.500.000,00
RO	0279129-27	Construção da Penitenciária em Porto Velho	470	15.248.513,46
SE	0278192-81	Construção da Penitenciária de Tobias Barreto	120	3.141.731,10
SE	0281072-94	Construção da Cadeia Pública em Estância	196	2.841.750,87
SP	0238887-48	Construção da Penitenciária Feminina de Tremembé (restante lançado na ação 11TW (RAP 2007) Nacional)	-	2.199.257,96
TO	0278193-95	Construção da Cadeia Pública em Araguaína	232	14.708.591,24
TOTAL			6.138	149.397.347,32

Os convênios de construção são plurianuais, demandando um prazo que varia de 12 a 24 meses, contados a partir do início da execução da obra, vencidas por tanto, as etapas de definição do terreno, licença ambiental e licitação. Por esta razão o quantitativo de vagas é computado no exercício da celebração, embora o projeto ainda não esteja concluído e as vagas não tenham sido efetivamente geradas.

No exercício de 2008 foram lavrados Termos de Aceitação Definitiva, como frutos de financiamento de instrumentos assinados em outros exercícios, foram recebidas 624 (seiscentos e vinte e quatro) vagas.

Tabela 77 - Termos de Aceitação Definitiva assinados em 2008.

UF	Convênio	Objeto	Vagas
PE	066/2002	Construção da Penitenciária Feminina de Paratibe.	192
RS	085/2003	Construção da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul.	432
TOTAL			624

Tendo em vista graves problemas de engenharia, inclusive recalque diferencial, foram lavrados 03 Termos de Não Aceitação, referentes a convênios do Estado de São Paulo, o que provocou a não aceitação de 1.752 (um mil setecentos e cinquenta e duas) vagas.

Tabela 78 - Termos de Não Aceitação em 2008.

UF	Convênio	Objeto	Vagas
SP	177/2001	Construção da Penitenciária Compacta de Marabá Paulista	768
SP	179/2001	Construção do Centro de Detenção Provisória Horizontal de São Bernardo do Campo	768
SP	028/2003	Construção da Ala de Progressão Penitenciária de Bauru – Unidade I e II	216
TOTAL			1.752

Esta ação financiou, ainda, alguns projetos executivos do Departamento, que serão utilizados como padrão e colocados à disposição das Unidades Federativas, para atender recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 496/2004:

- Penitenciária Padrão Modular de Segurança Máxima Masculina de Médio e Grande Porte refere-se a quatro padrões com capacidades de 232, 421, 610 e 799 vagas. Os projetos executivos foram finalizados e entregues e atualmente estão sendo disponibilizados aos Estados conforme solicitação.
- Penitenciária Padrão Modular de Segurança Máxima Masculina de Pequeno Porte trata-se de dois padrões com capacidades de 65 e 125 vagas. Os projetos executivos foram finalizados e entregues e atualmente estão sendo disponibilizados aos Estados conforme solicitação.
- Penitenciária de Segurança Máxima Feminina, o anteprojeto sofreu algumas alterações e encontra-se em fase de confecção do edital da licitação para contratação de empresa para o desenvolvimento do projeto executivo, com prazo de execução de 90 (noventa) dias. O projeto também atenderá ao programa Pronasci, na ação de construção de Penitenciárias Femininas. O projeto, quando concluído, será colocado à disposição das Unidades Federativas.
- Módulo de Saúde: projeto executivo concluído e já disponibilizado aos Estados.
- Módulo de Educação, o estudo preliminar está concluído, encontra-se em fase de finalização de projeto básico para contratação de execução do projeto executivo. A finalidade será a sua construção em estabelecimentos penais já em operação, que não possuam área de ensino ou a mesma é precária. O projeto também atenderá ao

programa Pronasci, na ação de Modernização do Sistema Penitenciário. O projeto será colocado à disposição das Unidades Federativas.

As principais dificuldades da ação são a demora no envio de documentação técnica para assinatura dos Contratos de Repasse e a morosidade nos procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização das obras, por parte das Unidades da Federação.

Tabela 79 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 161.600.000,00	R\$ 150.397.346,00	93,07%
Física*	7.952	6.138	77,19%

* Produto: vaga contratada

Ação 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais (Crédito Extraordinário)

Tabela 80 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	712.146,99	712.146,99	712.146,99
443042	AUXILIOS	465.986,92	465.986,92	465.986,92
TOTAL		1.178.133,91	1.178.133,91	1.178.133,91

As despesas dos exercícios anteriores referem-se ao pagamento de prestação de serviços à Caixa Econômica Federal, mandatária da União nos contratos de repasse, conforme Contrato 003/2004.

Tabela 81 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	465.986,92	465.986,92	465.986,92
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	712.146,99	712.146,99	712.146,99
TOTAL	1.178.133,91	1.178.133,91	1.178.133,91

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
Rondônia – REGIÃO NORTE	465.986,92	465.986,92	465.986,92
TOTAL	465.986,92	465.986,92	465.986,92

Tabela 82 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 145.718.000,00	R\$ 1.178.134,00	0,81%
Física*	4.855	0	0%

* Produto: vaga contratada

A ação 11TW financiou em 2008 por meio do contrato com a CAIXA o seguinte empreendimento:

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor FUNPEN
RO	0251440-12	Construção de Solários e Passarela na Casa de Detenção	-	465.986,92
TOTAL			-	465.986,92

Ainda procurando obter melhor controle, acompanhamento e fiscalização aos recursos do FUNPEN, também está sob responsabilidade da Caixa alguns Convênios celebrados em 2004 e Contratos de Repasse assinados com as Unidades Federativas em 2005, 2006 e 2007.

Tabela 83 - Convênios Repassados à Caixa - 2004

UF	Convênio	Objeto	Vagas	Valor
CE	010/2004	Construção da Penitenciária Padrão no município de Pacatuba	500	10.302.180,06
ES	018/2004	Construção da Penitenciária de São Mateus	400	8.429.872,42
MA	011/2004	Construção do Presídio Regional de Pinheiro	168	4.184.201,06
PB	013/2004	Construção da Penitenciária Regional Padrão de Cajazeiras - CANCELADO	-	-
PR	031/2004	Construção da Penitenciária de Foz do Iguaçu	432	10.103.030,20
SC	030/2004	Construção da Penitenciária de Criciúma	352	10.061.342,16
SE	023/2004	Conclusão da Penitenciária da Grande Aracaju	320	5.445.396,13
SP	026/2004	Reforma da Penitenciária "Orlando Brando Filho" de Iaras	0	4.607.935,00

Tabela 84 - Contratos de Repasse assinados pela Caixa com os Estados - 2005

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor
AC	0185807-47	Reforma na Unidade de Recuperação Social Dr. Francisco de Oliveira Conde	-	500.000,00
AP	0176519-60	Reforma do Instituto Penitenciário do Amapá	-	500.000,00
BA	0176498-12	Construção da Penitenciária de Eunápolis	456	8.303.494,65
DF	0184634-24	Construção do Bloco de Administração da Penitenciária do Distrito Federal	-	1.577.926,04
GO	0176319-40	Construção do Presídio Regional em Senador Canedo – CANCELADO	-	-
PR	0175766-47	Conclusão da Construção da Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá	300	2.353.981,68
RJ	0184636-43	Construção do Centro de Observação no Presídio da POLINTER – CANCELADO	-	-
RJ	0184635-39	Construção da Casa de Custódia Federal de Magé	336	10.153.627,89

RS	0175980-40	Construção da Penitenciária Regional de Santa Maria	336	6.918.400,00
SP	0184633-10	Construção da Penit. Compacta Dupla de Presidente Alves	1536	22.200.000,00

Tabela 85 - Contratos de Repasse assinados pela Caixa com os Estados - 2006

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor
AC	0209264-03	Construção da Unidade de Recuperação Social de Senador Guiomard	324	4.511.073,58
AM	0209262-86	Construção da Penitenciária de Itacoatiara	120	5.294.933,29
BA	0206242-79	Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista	466	13.137.173,09
CE	0211729-56	Construção da Cadeia Pública de Crateús	144	3.316.478,47
DF	0207140-62	Construção do Bloco de Recepção e Revista da Penitenciária II -	-	1.314.489,91
DF	0209265-18	Obras Diversas – 2006	-	681.534,51
MG	0213278-47	Construção da Cadeia Pública de Ribeirão das Neves	526	12.244.032,95
MS	0204700-70	Recuperação do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande	-	2.117.267,10
MS	0204699-49	Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande	112	2.696.565,75
MS	0193726-21	Recuperação do Presídio Harry Amorim Costa – Dourados	-	2.354.989,50
MS	0206241-65	Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio Harry Amorim Costa – Dourados	180	3.062.860,72
MT	0207802-79	Construção do Centro de Detenção Provisória de Juína	150	4.495.729,43
MT	0207803-83	Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes Lacerda	150	4.495.729,43
MT	0208576-56	Construção do Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra	150	4.495.729,43
PA	0207485-36	Construção do Centro de Recuperação Regional de Breves	128	2.922.212,25
PA	0207804-97	Construção do Centro de Recuperação Regional de São Félix do Xingu	136	2.922.212,25
PI	0209267-36	Construção da Cadeia Pública de Altos	112	2.977.174,58
PR	0207805-01	Construção da Penitenciária de Cruzeiro do Oeste	720	10.480.000,00
RN	0209260-68	Construção da Cadeia Pública de Nova Cruz	168	4.076.635,64
RO	0211730-84	Construção da Penitenciária de Ariquemes	360	4.979.263,10
RO	0213279-52	Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho	95	3.378.158,86
RR	0213280-80	Construção do Presídio Provisório Masculino de Rorainópolis	160	5.181.256,41
RS	0207487-55	Construção do Albergue P78 em Porto Alegre	78	413.256,08
RS	0207488-69	Construção do Albergue P78 em Caxias do Sul	78	415.412,11
RS	0207490-00	Construção do Albergue P78 em Charqueadas	78	398.353,88
RS	0207489-73	Construção do Albergue P78 em Venâncio Aires	78	403.469,01
RS	0207491-14	Construção da Penitenciária Regional de Passo Fundo	-	8.457.907,37
RS	0207808-33	Reforma e Ampliação da Ala Oeste de Alojamentos do Instituto Penal de Viamão	78	127.142,24
RS	0207807-29	Reforma Geral do Presídio Estadual de Espumoso	78	125.449,82
RS	0207806-15	Reforma do Alojamento "F" da Casa do Albergado Padre Pio Buck	78	101.910,98
SC	0209264-03	Construção da Penitenciária de Itajaí	360	13.241.071,11
SP	0205937-59	Construção do Centro de Detenção Provisória de Franca	768	17.032.987,72
SP	0205939-77	Construção do Centro de Detenção Provis. de Serra Azul	768	17.032.987,72
SP	0213703-91	Reforma da Penitenciária de Presidente Bernardes	-	7.800.000,00

Tabela 86 - Contratos de Repasse assinados pela Caixa com os Estados - 2007

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor
AC	0236766-40	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Moraes - Sena Madureira	56	2.180.116,85
AL	0243809-92	Construção do Centro Cultural Ecumênico na Penitenciária Feminina de Santa Luzia - Maceió	-	143.911,51
AM	0232556-15	Construção da Cadeia Pública de Manaus	540	15.562.237,90
AP	0236767-55	Construção de Penitenciária de Segurança Máxima no Estado	196	4.050.000,00
BA	0232555-01	Construção da Penitenciária de Barreiras	466	16.134.461,24
BA	0246027-07	Construção da Cadeia Pública de Salvador	428	17.091.514,16
BA	0231962-14	Reforma da Penitenciária Feminina de Salvador	-	640.887,22
CE	0229469-91	Reforma do Hospital Penitenciário Professor Otávio Lobo, em Itaitinga	-	180.000,00
CE	0238686-16	Construção da Cadeia Pública de Tianguá	150	2.359.901,00
CE	0238687-20	Construção da Cadeia Pública de Aracati	150	2.497.112,24
GO	0232550-51	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de Goiânia	96	1.313.795,20
GO	0232553-83	Ampliação da Cadeia Pública do Novo Gama	24	405.974,98
GO	0232552-79	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto	48	238.408,77
GO	0232551-65	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso	24	544.222,40
MA	0236768-69	Construção de Penitenciária em Imperatriz	210	6.508.800,21
MA	0243528-96	Construção do Presídio Feminino em Pedrinhas - São Luís	210	9.446.418,34
MA	0240506-73	Ampliação do Presídio de São Luís	208	5.641.002,81
MT	0243529-09	Ampliação da Unidade de Saúde II – Penitenciária Pascoal Ramos	-	382.104,00
PA	0234648-51	Construção de Berçário na Casa de Reeducação Feminina de Ananindeua	-	624.403,45
RJ	0238689-48	Reforma Geral do Instituto Penal Cândido Mendes	-	511.692,54
RN	0238685-02	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves	12	315.947,86
RS	0234649-65	Construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves	360	8.856.602,32
RS	0236769-73	Construção da Penitenciária Estadual de Guaíba	708	12.635.551,26
SE	0229396-37	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de Nossa Senhora da Glória	24	1.180.611,00
SE	0243530-37	Adequação do Hospital Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno em Penitenciária Feminina - Nossa Senhora do Socorro	119	1.569.043,26
SE	0229399-41	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho	154	916.129,15
SP	0238887-48	Construção de Penitenciária Feminina em Tremembé	598	23.199.257,96

2.3.1.1.17. Ação 8915 – Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais

Tabela 87 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar as reformas em edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, visando recuperar ou readequar a estrutura física dos estabelecimentos penais estaduais, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.
Descrição	Apoio à recuperação física ou readequação de espaços físicos dos estabelecimentos penais do sistema penitenciário estadual. Apoio à construção de módulos de saúde, educação e informática nos estabelecimentos penais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

Por meio do Contrato nº 003/2004, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 27/12/2004, foram firmados contratos de repasse com as Unidades Federativas, no exercício de 2008, tendo em vista a atuação desta instituição como mandatária do DEPEN, conforme já explicitado na ação 8914 deste relatório.

Tabela 88 – Despesas por natureza

NATUREZA DA DESPESA		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	115.000,00	115.000,00	39.902,38
443042	AUXILIOS	5.606.778,57	5.606.778,57	0,00
TOTAL		5.721.778,57	5.721.778,57	39.902,38

Tabela 89 – Despesas por modalidade de aplicação

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	5.606.778,57	5.606.778,57	0,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	115.000,00	115.000,00	39.902,38
TOTAL	5.721.778,57	5.721.778,57	39.902,38

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
RIO GRANDE DO SUL – (REGIÃO SUL)	130.070,81	130.070,81	0,00
RIO DE JANEIRO – (REGIÃO SUDESTE)	3.210.509,08	3.210.509,08	0,00
GOIÁS – (REGIÃO CENTRO-OESTE)	2.266.198,68	2.266.198,68	0,00
TOTAL	5.606.778,57	5.606.778,57	0,00

O DEPEN tem procurado restringir o atendimento de pleitos das Unidades da Federação relativos a reformas de Estabelecimentos Penais, tendo em vista tratar-se, na maioria das vezes, de unidades não adequadas às normas atuais, principalmente à Resolução nº 03, de 23/09/2005, do CNPCP. Assim quando o custo benefício mostra-se desfavorável ao volume de investimento necessário para fazer as correções respectivas, optamos por não financiar as modificações.

Merece registro que, além da reforma, em um caso houve a geração de vagas, conforme detalhado na tabela abaixo.

Tabela 90 - Reformas em estabelecimentos penais.

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas Reformadas	Valor FUNPEN
GO	0268695-51	Reforma da Penitenciária Odenir Guimarães no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia	588	2.266.198,68
RJ	0264786-62	Reforma Geral da Penitenciária Dr. Serrano Neves – Bangu III (B)	448	1.433.935,92
RJ	0264787-76	Reforma Geral da Penitenciária Dr. Serrano Neves – Bangu III (A)	448	1.776.573,16
RS	0269394-37	Reforma da Triagem Ambulatorial Transitória	10 (02 novas vagas)	130.070,81
TOTAL			1.494	5.606.778,57

Tabela 91 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 6.195.000,00	R\$ 5.721.779,00	92,36%
Física*	10	04	40%

* Produto: Unidades reformadas

2.3.1.1.18. Ação 8916 – Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais

Tabela 92 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar o aparelhamento ou reapearelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais, inclusive os estabelecimentos federais.
Descrição	Apoio, por meio de convênios ou outros instrumentos legais, à aquisição de veículos especiais, máquinas, equipamentos e instalações destinados, exclusivamente, aos serviços essenciais dos estabelecimentos penais; bem como aquisição direta para aparelhar e reapearelhar os estabelecimentos penais federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação – CGPAI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

Com a expedição do Decreto 5834/2006, publicado no DOU de 07.07.2006, o qual reformulou a estrutura do Departamento Penitenciário Nacional, a Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação passou a contar com quatro Coordenações com atuação nas seguintes áreas:

- **Coordenação de Tecnologia da Informação:** voltada para o desencadeamento de ações estratégicas e de administração do Sistema InfoPen nos módulos Estatística, Gestão e Inteligência, atualmente apontado como um dos maiores projetos em nível de complexidade na área de Tecnologia de Informação do Ministério da Justiça.
- **Coordenação de Estatística e Análise de Informação:** idealizada para promover a consolidação e depuração das informações coletadas pelo sistema INFOPEN, com o intuito de desenvolver pesquisas sobre o Sistema Penitenciário e subsidiar informações para a celebração de convênios e contratos na área de atuação do DEPEN.
- **Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos:** Concebida para elaborar pareceres, notas técnicas e informações sobre temas relacionados

com questões normativas do Sistema Penitenciário, atuando ainda na construção de peças jurídicas e demais informações de processos judiciais perante os órgãos competentes. Outras atribuições: promover o estudo de casos omissos na legislação pertinentes a sua área de atuação e acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do Departamento Penitenciário Nacional.

- **Coordenação de Engenharia e Arquitetura:** Já existente no DEPEN/MJ a referida Coordenação passou a integrar a estrutura organizacional da Coordenação Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação, com atuação expressiva na implementação de políticas penitenciárias no tocante à reforma e construção de estabelecimentos penitenciários no âmbito dos estados e da União. No entanto, no decorrer do ano de 2007, a Coordenação de Engenharia e Arquitetura passou a despachar seus expedientes e se reportar diretamente à Diretoria de Políticas Penitenciárias, tendo em vista a especialidade e o volume de suas ações.

Em 2008, a ação 8916: Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais, empenhou um total de R\$ 23.697.292,00 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e dois reais) realizando um percentual de 42,14% de execução.

Tabela 93 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	6.120.768,74	6.120.768,74	1.244.037,97
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.576.523,11	17.576.523,11	60.889,50
TOTAL		23.697.291,85	23.697.291,85	1.304.927,47

Tabela 94 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	6.120.768,74	6.120.768,74	1.244.037,97
90 - APLICACOES DIRETAS	17.576.523,11	17.576.523,11	60.889,50
TOTAL	23.697.291,85	23.697.291,85	1.304.927,47

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	965.250,72	965.250,72	280.000,00
BAHIA	188.529,21	188.529,21	0,00
PARÁ	194.146,18	194.146,18	0,00
RONDÔNIA	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00
TOCANTINS	254.019,60	254.019,60	0,00
REGIÃO NORTE	3.401.945,71	3.401.945,71	280.000,00
CEARÁ	170.952,35	170.952,35	0,00
SERGIPE	190.161,96	190.161,96	0,00
REGIÃO NORDESTE	361.114,31	361.114,31	0,00
RIO DE JANEIRO - REGIÃO SUDESTE	820.370,75	820.370,75	0,00
DISTRITO FEDERAL - REGIÃO CENTRO-OESTE	1.537.337,97	1.537.337,97	964.037,97
TOTAL	6.120.768,74	6.120.768,74	1.244.037,97

Entre os inúmeros objetos de convênios celebrados em 2008, podemos citar: aquisição de veículos especializados para transporte de presos (veículos do tipo cela e ambulâncias); veículos administrativos; equipamentos de segurança eletrônica (Raio-X, detector de Metal dos tipos pórtico e manual); equipamentos de informática; equipamentos hospitalares, etc.

Tabela 95 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 56.240.000,00	R\$ 23.697.292,00	42,14%
Física*	300	61	20,33%

* Produto: unidade aparelhada/reaparelhada

Tabela 96 – Metas e resultados da ação no exercício (Emenda Parlamentar – ES)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 15.698.381	0,00	0%
Física	01	0	0%

* Produto: unidade aparelhada/reaparelhada

Acompanhamento de Convênios e Análise de Projetos:

Em que pese as atribuições inerentes ao InfoPen a análise de pleitos FUNPEN e os respectivos acompanhamentos dos convênios de Aparelhamento e Reaparelhamento atualmente demandam a maior parte dos trabalhos realizados. Foram analisados e estão sendo acompanhados 44 (quarenta e quatro) convênios entre os anos de 2006 e 2008 supervisionados os quais demandam constantes reformulações nos planos de trabalhos originais (aditivos de prazos e utilização de saldo de recursos) tarefa esta desempenhada apenas por esse signatário e mais dois funcionários.

No tocante as viagens de monitoramento, tendo em vista a natureza das aquisições, optou-se pela estratégia de proceder às inspeções quando da conclusão das compras dos equipamentos salvo os convênios com objeto complexo ou em situações em que a vistoria a posteriori se tornaria inviável ou de difícil implementação, citando como exemplo a distribuição de itens em diversos municípios do Estado e o conseqüente deslocamento dos técnicos do DEPEN. Nesse caso, é preferível do ponto de vista racional proceder ao monitoramento em um ponto concentrado do Estado antes da distribuição dos bens.

Considerando a quantidade de convênios em curso e ainda o fato de que muitos estão em fase de conclusão, estima-se um acréscimo da quantidade de monitoramentos em relação ao ano de 2008, sendo que essas ações representam à única despesa da Coordenação de Estatística e Análise da Informação.

Coordenação de Estatística e Análise da Informação

A Coordenação de Estatística e Análise da Informação possui como objetivo central a produção de informação qualitativa a partir dos dados estatísticos produzidos pelo Sistema Integrado de Informação Penitenciária – InfoPen.

Desde a criação do sistema InfoPen-Estatística, em setembro de 2005, constatou-se de imediato uma melhora significativa no manuseio e disponibilidade dos dados dos sistemas

penitenciários estaduais e, por conseguinte, a visualização de um panorama consolidado sobre o cenário penitenciário nacional.

Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos

A Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos tem como escopo principal subsidiar a CGPAI por meio de estudos pertinentes à aplicação da Lei de Execução Penal e da legislação penal, bem como emitir pareceres, notas técnicas e informações relacionadas com questões normativas do sistema penitenciário.

Nesse passo, em face das diversas proposições legislativas, das consultas de outros órgãos da administração e das demandas judiciais nas quais o DEPEN figura no pólo passivo, foram elaborados pareceres e informações a fim de firmar o posicionamento deste Departamento em relação a assuntos afetos ao tema penitenciário.

Esta Coordenação possui como meta para o ano de 2009 a elaboração de estudos e pesquisas sobre a legislação pertinente à execução penal, visando o aprimoramento das normas já existentes, bem como o surgimento de outras que passem a disciplinar os casos até então omissos.

Ação 1701 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais (Crédito Extraordinário)

Tabela 97 – Despesas por natureza

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	354.203,32	354.203,32	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	259.447,80	259.447,80	250.581,60
TOTAL		613.651,12	613.651,12	250.581,60

Tabela 98 – Despesas por modalidade de aplicação

Modalidade De Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	354.203,32	354.203,32	0,00
90 - APLICACOES DIRETAS	259.447,80	259.447,80	250.581,60
TOTAL	613.651,12	613.651,12	250.581,60

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
MINAS GERAIS - REGIÃO SUDESTE	150.000,00	150.000,00	0,00
MATO GROSSO DO SUL - REGIÃO CENTRO-OESTE	204.203,32	204.203,32	0,00
TOTAL	354.203,32	354.203,32	0,00

Tabela 99 - Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 53.000.0000,00	R\$ 613.651,00	1,16%
Física*	156	16	10,26%

* Produto: unidade aparelhada/reaparelhada

2.3.1.2. Descentralizações realizadas pelo FUNPEN para execução em outros programas

2.3.1.2.1. Programa 0156 – Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres

Descentralização de recursos para a ação 2C52 - Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, cuja execução é de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e os recursos são utilizados na manutenção de Casas-Abrigo para atendimento de vítimas de violência doméstica.

2.3.1.2.1.1. Ação 2C52 – Ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência

No que concerne à parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, no que concerne ao Programa de Trabalho 0156 – Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres, cobre a implantação das Casas Abrigo, informa-se que no exercício de 2008 não foram repassados recursos para tal fim.

Destaca-se que em reunião realizada com a Diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional da SPM, Dra. Elisabeth Pereira, em 14 de novembro de 2008, o Sr. Diretor de Políticas Penitenciárias solicitou o envio formal a este DEPEN da solicitação de repasse de crédito orçamentário referente ao exercício de 2008, e que a referida Diretoria deste DEPEN só se manifestaria consoante o recebimento de tal documentação.

Ocorre que, conforme o contido nos autos nº 08016.007724/2007-00, (fls. 35/40), a Coordenação-Geral de Reintegração Social, bem como a Diretoria de Políticas Penitenciárias, até meados de dezembro não havia recebido a documentação solicitada, indicando nominalmente os projetos que seriam financiados com os recursos do FUNPEN, mesmo após contato reiterados.

2.3.1.2.2. Programa 0681 – Gestão de Participação em Organismos Internacionais

Contribuição anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes -ILANUD, conforme acordo de cooperação assinado entre o ILANUD e a República Federativa do Brasil.

2.3.1.2.2.1. Ação 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes -ILANUD

Tabela 100 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	100%
Física	Não há meta física para esta ação.		

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Fundo Penitenciário Nacional não possui indicadores para aferir o desempenho sistemático dos procedimentos administrativos implementados, mas tão somente para avaliar o desempenho operacional do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal.

Não obstante, esse Departamento iniciou o desenvolvimento de seu Planejamento Estratégico, o qual contemplará metas específicas para a avaliação da gestão, bem como indicadores de desempenho das atividades realizadas.

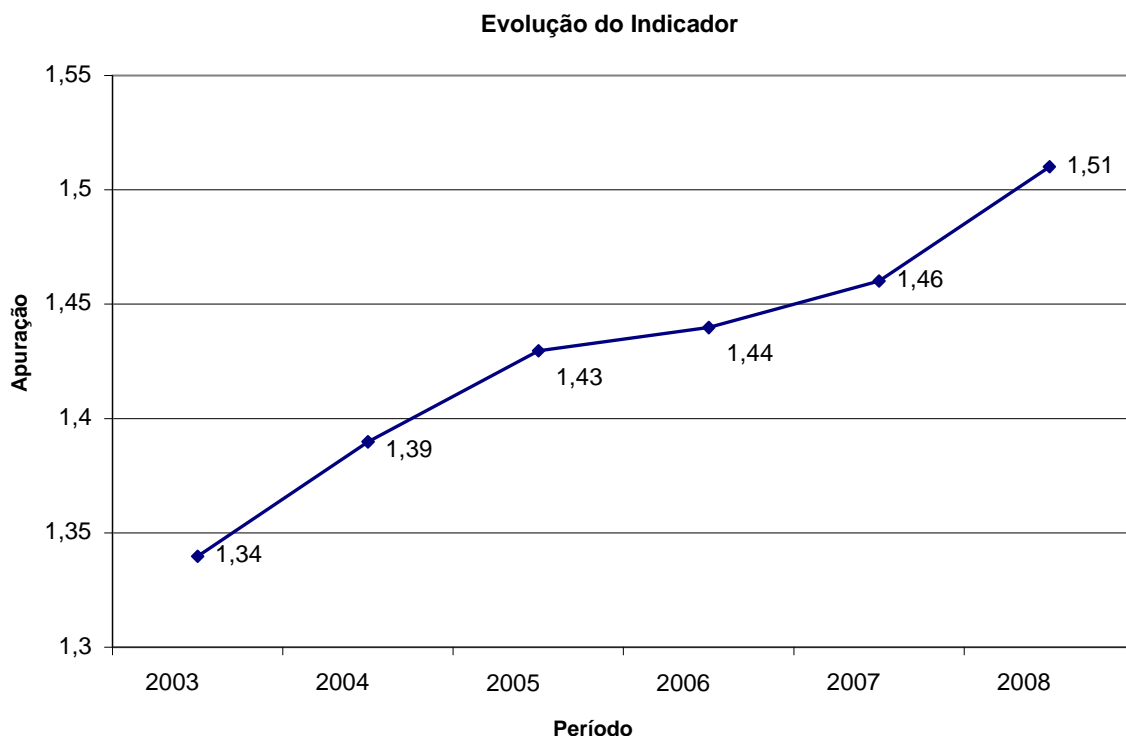
2.4.1. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.4.1.1. Razão entre a População do Sistema e a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário

- Visa aferir a variação quantitativa da população prisional do País e velocidade dessa variação.
- Avalia a efetividade do Programa.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre a população prisional e a lotação padrão do sistema.
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- Ao final de 2008, o resultado da apuração foi de 1,51.
- O indicador possui comportamento crescente ao longo dos anos, revelando que o número de vagas geradas (financiadas) pelo Programa não acompanha o avanço da população prisional.
- Como mencionado anteriormente, este indicador decorre de uma relação entre duas variáveis - lotação padrão e população prisional. A primeira delas (denominador da relação) possui comportamento estável, previsível e diretamente proporcional ao volume de recursos investidos na construção e ampliação de estabelecimentos penais. A segunda possui comportamento instável, que depende muito mais da eficiência de políticas públicas (diretas ou indiretas) do que exclusivamente do volume de investimentos. Até aspectos legais e normativos influenciam essa variável. Progressões de regime, assistência jurídica, aplicação de penas substitutivas às restritivas de liberdade, profissionalização do preso, elevação de escolaridade, bom atendimento à saúde, etc, são aspectos que contribuem para frear o vertiginoso crescimento populacional nas prisões brasileiras, seja de forma direta, seja combatendo o índice de reincidência criminal.
- O Programa em 2007 teve avanços significativos como crescimento e fortalecimento de parcerias entre DEPEN/MJ e outros órgãos dos Governos Federal e Estaduais; o fortalecimento da aplicação das penas e medidas alternativas; o maior envolvimento dos diversos órgãos de execução penal. Assim, a simples comparação entre os valores do indicador de 2003 a 2008 não possui a capacidade de medir ou traduzir os avanços do Programa, notadamente no último ano.

- Evidentemente, não fosse a implementação do Programa, o cenário do sistema penitenciário nacional teria extrapolado os contornos do tolerável.

Gráfico 4: Evolução do indicador desde 2003.

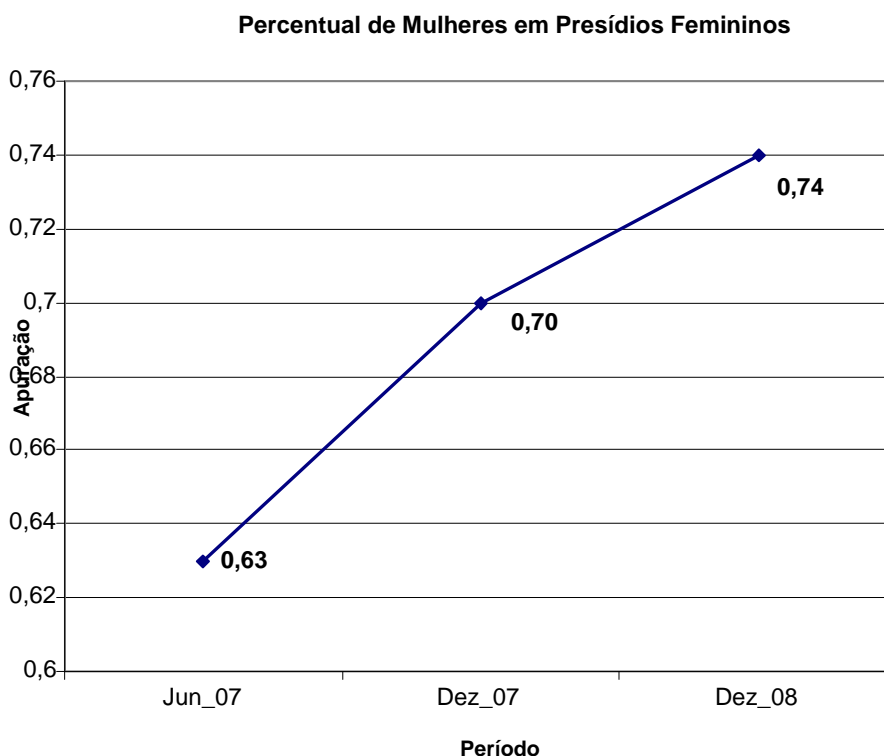


Fonte: InfoPen

2.4.1.2. Percentual de Mulheres em Presídios Femininos

- Visa aferir distorções relacionadas a mistura de gêneros no mesmo estabelecimento penal.
- Avalia a efetividade do Programa.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o total de mulheres em presídio feminino e o total de mulheres encarceradas (incluindo estabelecimentos mistos).
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- Sua apuração foi de 0,63 em junho/2007, de 0,70 em dezembro de 2007, e de 0,74 em dezembro de 2008, o que demonstra redução das distorções (o número ideal é 1,00).
- Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.
- O Acordo de Cooperação firmado em 2006 entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República vem se mostrando como uma alternativa viável e efetiva para o enfrentamento das questões de gênero no âmbito do sistema penitenciário.

Gráfico 5: Evolução do indicador desde junho de 2007.

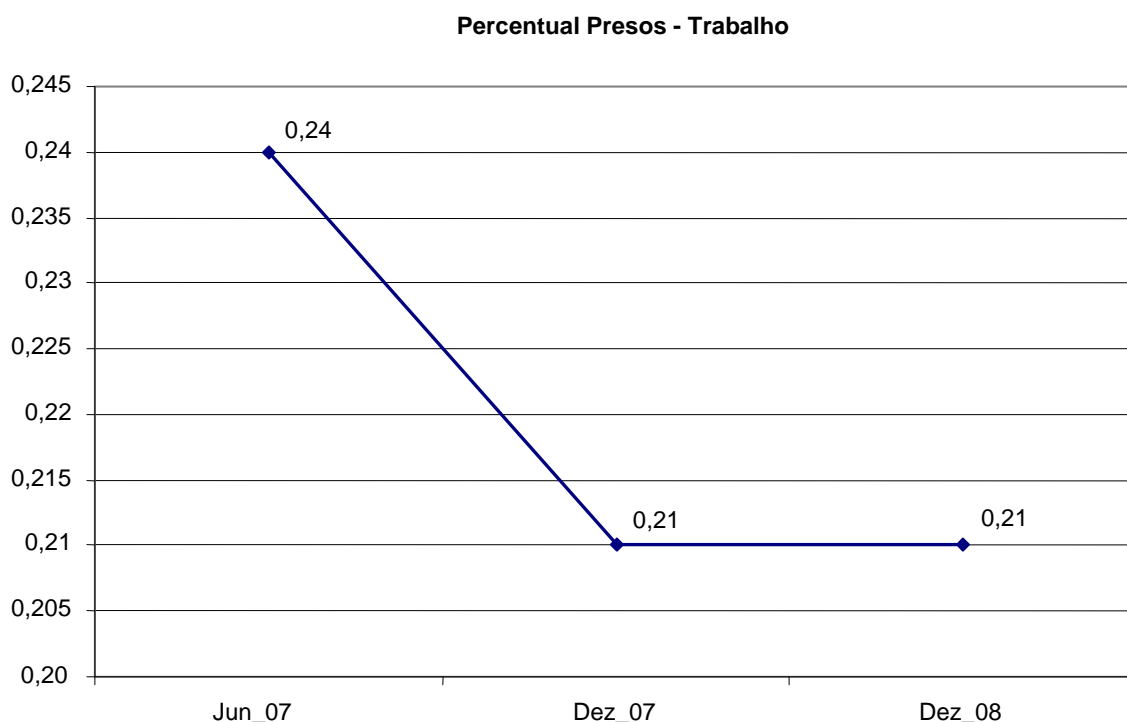


Fonte: InfoPen

2.4.1.3. Percentual de Presos que Trabalham

- Visa aferir a **efetividade** das políticas de profissionalização implementadas no âmbito do sistema penitenciário.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o número de presos que trabalham e o número total de presos.
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- Sua apuração foi de 0,24 em junho de 2007 e de 0,21 em dezembro de 2007, sinalizando que as políticas de profissionalização devem ser intensificadas (o número ideal é 1,00).
- Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.
- O gráfico, seguinte, apresenta o resultado encontrado ao final de 2008.

Figura 6: Evolução do indicador desde junho de 2007.



Fonte: InfoPen

2.4.1.4. Outros indicadores – Acórdão nº 1.742/2006 TCU – Plenário

O Acórdão nº 1.742/2006 – Plenário – trata de monitoramento decorrente da Decisão nº 1.715/2002 – Plenário – que versa sobre o tema “Profissionalização do Preso”. Assim determina o item 9.2.1 do referido Acórdão:

“9.2. determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que:

9.2.1. passe a informar, no Relatório de Gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução dos seguintes indicadores de desempenho: percentual de educandos no ensino fundamental, percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;”

As unidades federativas, em 2008, passaram a informar os dados solicitados ao InfoPen, razão pela qual não há apurações em períodos anteriores.

Conforme determinação do Tribunal de Contas da União, seguem os dados pertinentes.

Percentual de Educandos no Ensino Fundamental

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 17.738 (dezessete mil setecentos e trinta e oito) presos desempenhavam atividades educacionais voltadas para o ensino fundamental. Este quantitativo corresponde a 3,97% da população carcerária do Brasil.

Percentual de treinandos em qualificação profissional,

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 837 (oitocentos e trinta e sete) presos desempenhavam atividades educacionais, cursos técnicos, voltadas para a qualificação profissional. Este quantitativo corresponde a 0,19% da população carcerária do Brasil.

Número de apenados que trabalham em oficinas próprias

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 70.943 (setenta mil novecentos e quarenta e três) presos desempenhavam atividades de laborterapia no interior dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 15,88% da população carcerária do Brasil.

Número de apenados que trabalham em oficinas em parceria

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 14.008 (quatorze mil e oito) presos desempenhavam atividades de laborterapia fora dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 3,14% da população carcerária do Brasil.

Tabela 101 - Perfil da população prisional brasileira em relação ao tratamento prisional (referência: dezembro de 2008)

Tratamento Prisional	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo	13,437	571	14,008
Item: Parceria com a Iniciativa Privada	6,804	236	7,04
Item: Parceria com Órgãos do Estado	2,219	180	2,399
Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	660	23	683
Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato	2,563	112	2,675
Item: Atividade Desenvolvida - Rural	346	6	352
Item: Atividade Desenvolvida - Industrial	845	14	859
Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Interno	64,881	6,062	70,943
Item: Apoio ao Estabelecimento Penal	28,168	2,533	30,701
Item: Parceria com a Iniciativa Privada	16,885	1,985	18,87
Item: Parceria com Órgãos do Estado	1,969	335	2,304
Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	157	31	188
Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato	12,421	1,015	13,436
Item: Atividade Desenvolvida - Rural	2,399	18	2,417
Item: Atividade Desenvolvida - Industrial	2,882	145	3,027
Quantidade de Presos em Atividade Educacional	31,267	3,248	34,515
Item: Alfabetização	9,217	800	10,017
Item: Ensino Fundamental	15,9	1,838	17,738
Item: Ensino Médio	5,237	555	5,792
Item: Ensino Superior	109	22	131
Item: Cursos Técnicos	804	33	837

Fonte: InfoPen Estatística

2.4.2. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Tabela 102 - Evolução de gastos gerais nos últimos 3 anos.

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	1.012.895,15	1.584.858,86	1.989.494,29
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM VIAGENS	2.179.415,80	1.428.209,82	1.379.589,13
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	4.997.474,00	5.713.173,01	12.517.104,93
3.1 PUBLICIDADE	0,00	0,00	0,00
3.2 VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO ⁴	75.292,52	262.253,38	650.943,08
3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.4 OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	4.922.181,48	5.450.919,63	11.866.161,85
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS	59.000,00	100.457,53	42.705,13
5. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	44.065,00	93.625,56	42.827,34
TOTAL	8.292.849,95	8.780.964,30	15.879.210,64

As despesas com mão-de-obra terceirizada, referentes à Vigilância, Limpeza e Conservação, exceto os prestados nas unidades descentralizadas, são absorvidas pela Coordenação-Geral de Logística através do Contrato nº 115/2006, Processo nº 08008.002843/2005-03, com a empresa Fortesul Serviços Construções e Saneamento Ltda, cujo objeto é a execução de serviços de suporte operacional, recepção e apoio administrativo.

Tabela 103 - Número de terceirizados à disposição da Unidade Central do DEPEN.

CONTRATO Nº 115 / 06 - CGL / MJ SERVIÇO DE RECEPÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO FORTESUL LTDA		
ANO	Nº DE TERCEIRIZADOS	VALOR
2006	59 terceirizados	100.663,51
2007	77 terceirizados	129.796,76
2008	78 terceirizados	135.461,89

Na área de Tecnologia da Informação, as despesas com o Contrato nº 002/2003, Processo nº 08005.000454/2002-12, para fornecimento de serviços de tecnologia da informação, cuja contratada é a empresa Politec Ltda., são absorvidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI.

⁴ As despesas apontadas no item 3.2 da tabela acima se referem às realizadas nas Unidades Descentralizadas – Penitenciárias Federais.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela 104 - Restos a pagar

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2004	672.441,43	0,00	0,00	672.441,43	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	334.230,00	0,00	0,00	334.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	29.080,85	0,00	29.080,00	0,85	1.179.481,30	(511.581,17)	566.765,27	101.134,86
2007	365.604,40	0,00	178.050,88	187.553,52	159.838.195,80	(1.921.488,16)	63.522.346,99	94.394.360,65
Total	1.401.356,68	0,00	207.130,88	1.194.225,80	1.017.677,10	(2.433.069,33)	64.089.112,26	94.495.495,51

Devido ao exíguo lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de **1 ano e meio a três anos** para conclusão. Assim, a Unidade Gestora CEF/DEPEN possui um volume de restos a pagar muito alto.

5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

UF	Tipo	Código Siafi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
			Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AC	convênio	577571	08016.002822/2006-61	006/2006	22/12/06	25/06/08	Fomento ao Núcleo de Execução de Penas Alternativas do Cruzeiro do Sul - AC	26/12/06	34.310,00	9.263,70	3.431,00	Poder Judiciário do Estado	04.034.872/2221-21	Realizado. Em fase de prestação de contas.
AC	convênio	603308	08010.010148/2007-90	139/2007	31/12/07	30/10/08	Projeto Político Pedagógico p/Formação de Gestores do Sistema Penitenciário do Estado - AC	7/1/2008	379.256,88	341.331,19	37.925,69	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Em prestação de Contas
AC	contrato de repasse	609213	08016.005306/2007-70	0236766-40	17/12/07	30/01/09	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Morães - Sena Madureira - AC	30/4/2009	2.422.352,06	2.180.116,85	242.235,21	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Obra iniciada, com 5,73% de execução física.
AC	convênio	628676	08016.000747/2008-66	030/2008	02/12/08	29/05/09	Implantação e Aparelhamento de Rádio Comunicação	17/12/2008	311.111,00	280.000,00	31.111,00	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Em andamento.
AC	convênio	631641	08016.000230/2008-77	045/2008	09/01/09	30/03/09	Político Pedagógico para a Formação de Agentes Penitenciários	21/1/2009	222.223,00	200.000,70	22.222,30	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Em início de execução.
AL	convênio	577413	08016.003576/2006-65	063/2006	22/12/06	22/12/08	Projeto Nascer da Terra - AL	26/12/06	245.306,40	110.056,70	25.193,00	Superintendência de Administração Penitenciária	12.200.192/0001-69	Em prestação de contas. Objeto não foi realizado.
AL	convênio	603400	08016.004378/2007-08	022/2007	31/12/07	08/03/09	Assistência Jurídica ao Preso - AL	7/1/2008	152.900,00	61.360,00	30.180,00	Defensoria Pública Geral do Estado	04649138000177	Em início de execução. Ainda encontra-se em processo licitatório e seleção de pessoal para iniciar os atendimentos.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AL	convênio	601567	08016.006827/2007-44	130/2007	28/12/07	28/12/09	Ouvidoria para o Sistema Penitenciário Alagoano - AL	31/12/2007	31.933,00	28.739,70	3.193,30	Secretaria de Estado da Defesa Social	12.200.192/0001-69	Em execução. Área técnica aguardo retorno dos autos face à pedido de prorrogação.
AM	contrato de repasse	613552	08016.003171/2007-16	0232556-15	28/12/07	28/06/09	Construção de uma Unidade Prisional no Município de Manaus - AM	9/1/2008	20.453.573,00	15.562.237,90	4.891.335,10	Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.401/0001-38	Em fase de licitação
AM	convênio	622635	08016.001188/2008-10	002/2008	16/04/08	16/09/08	Realização do IV CONEPA	17/4/2008	250.041,73	200.000,00	50.041,73	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369/0001-90	Realizado. Em fase de prestação de contas.
AP	convênio	577395	08016.003717/2006-40	018/2006	22/12/06	13/08/09	Implantação da Central de Penas Alternativas do Estado do Amapá - AP	26/12/06	275.882,86	74.488,37	27.588,28	Tribunal de Justiça do Estado	38.870.576/0001-21	Em andamento. Monitoramento realizado. Aguardando solicitação de prorrogação.
AP	convênio	605390	08016.005618/2007-83	027/2007	31/12/07	30/04/09	Assistência Legal - Núcleo de Assistência Jurídica do IAPEN - AP	7/1/2008	150.854,68	86.882,41	15.085,47	Tribunal de Justiça do Estado	34870576000121	Recebeu apenas a 1ª parcela mas já adquiriu os materiais necessários. Aguardando a 2ª parcela para iniciar os atendimentos.
AP	convênio	599212	08016.005641/2007-78	058/2007	18/12/07	18/06/09	Implantação do Centro de Excelência em Serviços Penais - AP	24/12/2007	123.678,43	111.016,43	12.662,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Parte materiais necessários já foram adquiridos, mas ainda estão dependendo de uma adequação do espaço físico para a devida instalação. O acervo bibi ainda não foi licitado.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AP	contrato de repasse	602721	08016.005583/2006-00	0234544-09	13/12/07	30/06/10	Reforma do Instituto Penitenciário do Amapá - IAPEN - AP	18/12/2007	2.813.999,32	2.523.999,32	290.000,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
AP	contrato de repasse	602722	08016.005778/2007-22	0236767-55	13/12/07	30/06/10	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima do Estado - AP	18/12/2007	4.506.770,11	4.050.000,00	456.770,11	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Em fase de licitação
BA	convênio	594477	08016.002818/2007-84	024/2007	04/10/07	11/08/09	Atendimento Jurídico para o Sistema Penitenciário da Bahia - BA	17/10/2007	171.618,15	76.800,00	18.018,15	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Encontra-se em término de execução e o objeto se apresenta em vias de conclusão. Será monitorado antes do término para aferição do objeto.
CE	convênio	601566	08016.005619/2007-28	090/2007	28/12/07	28/03/10	Especialização em Gestão Penitenciária-CE	31/12/2007	176.960,00	158.960,00	18.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	Em execução, mas será rescindido por não se encontrar mais materialmente exequível.
CE	convênio	605305	08016.003887/2007-13	134/2007	31/12/07	30/04/09	Operacionalização dos Estabelecimentos Penais do Estado do Ceará - CE	7/1/2008	160.000,00	144.000,00	16.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	O estado prorrogou o prazo e está em vias de licitação.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
CE	convênio	602986	08016.004428/2007-49	135/2007	31/12/07	30/04/09	Implantação de Unidade Móvel Odontológica no Sistema Penitenciário-CE	4/1/2008	255.800,00	230.220,00	25.580,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	O estado prorrogou o prazo e está em vias de licitação.
DF	convênio	603299	08016.008286/2007-99	117/2007	31/12/07	31/12/09	Aquisição de Portais Detectores de Metais e Aparelhos de Raios X - DF	7/1/2008	1.175.000,00	1.057.500,00	117.500,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	O estado ainda não comprou nada e pediu prorrogação até 31/12/2009.
DF	convênio	601855	08016.008279/2007-97	121/2007	31/12/07	31/08/09	Projeto Iniciação Profissional de Detentos a Distância - DF	3/1/2008	277.801,00	180.000,00	27.780,00	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	33.564.543/0001-90	Em andamento com 40% de execução.
DF	convênio	603307	08016.01059/2007/50	136/2007	31/12/07	31/07/09	Capacitação de Serviços Penais na Área de Intervenção Penitenciária - DF	7/1/2008	510.188,73	229.792,46	51.018,88	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Em início de execução. Processo licitatório em estado embrionário.
DF	convênio	603319	08016.010158/2007-13	137/2007	31/12/07	31/12/09	Projeto Político Pedagógico de Capacitação e Serviços Penais na Área de Segurança e Dispensa - DF	7/1/2008	863.120,00	388.404,00	86.312,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Em início de execução. Processo licitatório em estado embrionário.
DF	convênio	628669	08016.000769/2008-26	034/2008	04/07/08	04/07/09	Aquisição de Equipamentos de Segurança e Armamentos Letais e Não Letais	18/7/2008	1.071.153,30	964.037,97	107.115,33	Secretário de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal	394718/0001-00	O estado recebeu o pagamento em 31/10/2008 e prorrogou o prazo até 04/07/2009.
ES	convênio	602905	08016.004362/2007-97	017/2007	31/12/07	30/06/09	Em Defesa dos Direitos do Preso Sentenciado - ES	4/1/2008	359.628,00	143.851,20	71.925,60	Defensoria Pública Geral do Estado	00.671.513/0001-24	Em execução. Parte Dos beneficiados já foram atendidos, mas será prorrogado

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
ES	convênio	602117	08016.003996/2007-22	036/2007	19/12/07	19/06/09	Aparelhamento dos Ambulatórios das Unidades Prisionais - ES	3/1/2008	292.753,80	216.442,59	76.311,21	Secretaria de Estado da Justiça	27.080.530/0001-43	Em execução. Execução com atraso razoável.
ES	convênio	603322	08016.003992/2007-44	042/2007	31/12/07	16/03/09	Costurando o Futuro - ES	7/1/2008	190.381,15	72.740,00	38.076,23	Secretaria de Estado da Justiça	27.080.530/0001-43	Em execução. Parte dos materiais adquiridos e cursos já iniciaram.
ES	convênio	603317	08016.005174/2007-86	119/2007	31/12/07	31/10/09	Especialização em Sistema Prisional - ES	7/1/2008	132.992,00	35.215,20	27.346,40	Secretaria de Estado da Justiça	27.080.530/0001-43	Está em execução. As aulas já foram iniciadas.
GO	convênio	605382	08016.006800/2007-51	132/2007	31/12/08	22/07/09	Estruturação da Ouvidoria e Implantação dos Núcleos de DH e Ouvidorias de Justiça - NUDOJ'S - GO	7/1/2008	38.793,77	34.913,77	3.880,00	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em execução. Sobre análise de solicitações e justificativas do Estado, na OSPEN.
GO	contrato de repasse	613548	08016.005399/2007-32	0232550-51	27/12/07	30/03/09	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de Goiânia - GO	15/1/2008	1.459.772,45	1.313.795,20	145.977,25	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
GO	contrato de repasse	613550	08016.005553/2007-76	0232552-79	27/12/07	30/03/09	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto - GO	15/1/2008	473.545,50	238.408,77	235.136,73	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de licitação
GO	contrato de repasse	613551	08016.005555/2007-65	0232553-83	27/12/07	30/04/09	Ampliação da Cadeia Pública de Novo Gama	15/1/2008	451.083,31	405.974,98	45.108,33	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
GO	contrato de repasse	613549	08016.005550/2007-32	0232551-65	27/12/07	30/04/09	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso	15/1/2008	604.691,56	544.222,40	60.469,16	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de análise de documentação pela CEF.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
GO	convênio	632962	08016.000056/2008-62	042/2008	29/08/08	29/08/09	Tecendo a Liberdade para o Cooperativismo	15/9/2008	148.467,50	133.620,75	14.846,75	Secretaria de Segurança Pública	1409606/0001-48	Em início de execução - Licitação e seleção de pessoal.
GO	convênio	636804	08016.000056/2008-62	046/2008	28/11/08	28/12/09	Violência Não	17/12/2008	231.876,30	190.000,00	41.876,30	Secretaria de Segurança Pública	1409606/0001-48	Em início de execução.
MA	convênio	603298	08016.004361/2007-42	050/2007	31/12/07	23/03/09	Fortalecimento da Atuação da Defensoria Pública no Acom.da Pena Priv. De Liberdade- MA	7/1/2008	104.193,00	93.773,70	10.419,30	Defensoria Pública Geral	06.354.468/0001-60	EM início de execução. Ocorreram mudanças nas fontes dos recursos por parte do Estado que ensejou em aditivo, atrasando a execução. Os atendimento ainda não foram iniciados.
MA	contrato de repasse	596843	08016.005313/2007-71	0236768-69	27/11/07	30/11/09	Construção da Penitenciária Imperatriz - MA	27/11/2007	7.232.000,23	6.508.800,21	723.200,02	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
MA	contrato de repasse	613561	08016.005311/2007-82	0243528-96	28/12/07	30/12/09	Ampliação do Presídio de São Luís - MA	14/1/2008	6.267.780,91	5.641.002,81	626.778,10	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
MG	convênio	601558	08016.004056/2007-51	011/2007	19/12/07	19/12/09	Implantação de Medidas Alternativas para o Público Usuário de Entorpecentes - MG	28/12/2007	160.000,00	90.000,00	40.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Em andamento. Prorrogado para 19/12/2009.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MS	convênio	605282	08016.002403/2007-19	123/2007	31/12/07	30/06/09	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Prisional - MS	7/1/2008	145.248,23	65.024,23	15.200,00	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN	03983632000100	Em execução, as aulas já iniciaram.
MS	termo de parceria	635848	08016.002807/2008-85	002/2008	01/12/08	1/12/09	Assistência à Saúde dos Presos Custodiados na Penitenciária Federal em Campo Grande	3/12/2008	1.049.060,80	250.000,00	49.060,80	Instituto Brasileiro de Santa Catarina - IBRASC	06.253.542/0001-52	prestação de serviço iniciada.
MT	convênio	601153	08016.004363/2007-31	015/2007	23/11/07	22/01/09	Programa de Assistência aos Segregados nos Presídios (PAS) - MT	23/11/2007	119.146,81	73.960,81	12.186,00	Defensoria Pública no Estado	02528193000183	Em Execução. Os atendimentos já foram iniciados, mas ainda não está perto de concluir a meta.
MT	convênio	602981	08016.003941/2007-12	038/2007	19/12/07	25/03/09	Ampliação das Oficinas Produtivas na Penit. Ana Maria Couto 'May' - MT	4/1/2008	43.250,76	38.318,46	4.932,30	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Encontra-se em início de execução. Processo licitatório lento atrasou o início das aquisições.
MT	convênio	602879	08016.003938/2007-07	056/2007	19/12/07	30/06/09	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira Ferrugem" - MT	3/1/2008	115.827,59	27.385,01	88.442,58	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em execução.
MT	convênio	602880	08016.003944/2007-56	057/2007	19/12/07	30/06/09	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Major PM ZUZI Alves da Silva" - MT	3/1/2008	115.827,59	27.385,01	88.442,58	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em execução.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MT	convênio	602983	08016.003890/2007-29	088/2007	19/12/07	19/02/09	Solicita Doação de Cinco Viaturas - MT	4/1/2008	725.000,00	652.500,00	72.500,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602882	08016.003939/2007-43	091/2007	19/12/07	20/08/09	Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional na Comunidade de Origem - MT	3/1/2008	55.500,00	49.700,00	5.800,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em início de execução. Atraso no processo licitatório causou atrasos na execução.
MT	convênio	602883	08016.004261/2007-16	100/2007	19/12/07	19/07/09	Implantação de Sistema de Segurança através de Detector de Metal Portátil nas Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	3/1/2008	373.750,00	336.375,00	37.375,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602984	08016.004251/2007-81	104/2007	19/12/07	19/07/09	Implantação de Lavanderias nas maiores Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	4/1/2008	92.188,00	82.969,20	9.218,80	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602884	08016.004267/2007-93	105/2007	19/12/07	19/07/09	Implantação de Sistema de Segurança através de Detector de Metal Portal nas Unidades do Sistema Prisional do Estado	3/1/2008	731.000,00	657.900,00	73.100,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602885	08016.004249/2007-10	106/2007	19/12/07	31/12/09	Aquisição de Veículos tipo Ambulância - MT	3/1/2008	310.800,00	279.720,00	31.080,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MT	contrato de repasse	613562	08016.005124/2007-07	0243529-09	31/12/07	08/06/09	Ampliação da Unidade de Saúde II - Medida de Segurança - Pascoal Ramos - MT	17/1/2008	424.560,00	382.104,00	42.456,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em fase de licitação
PA	convênio	577468	08016.003733/2006-32	039/2006	22/12/06	25/06/08	Projeto Penas Alternativas Ano 2006 - PA	26/12/06	386.797,00	155.057,00	76.682,00	Tribunal de Justiça do Estado	04.567.897/0001-90	Realizado. Em fase de prestação de contas.
PA	convênio	600698	08016.004481/2007-40	107/2007	18/12/07	18/09/08	Apoio Tecnológico na Gestão das Informações Penitenciárias do Estado - PA	4/1/2008	100.297,00	90.267,30	10.029,70	Superintendent e do Sistema Penal	05.054.861/0001-76	Em prestação de contas (monitoramento em fase de conclusão)
PA	convênio	602985	08016.004263/2007-13	125/2007	31/12/07	31/07/08	Projeto de Instalação de Gás Medicinal no Hospital Geral Penitenciário - PA	4/1/2008	94.717,92	85.246,13	9.471,79	Superintendent e do Sistema Penal	05929042000125	Em prestação de contas (recurso não utilizado)
PB	convênio	605387	08016.004489/2007-14	010/2007	31/12/07	30/09/08	Interiorização do Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado - PB	7/1/2008	199.330,00	57.500,00	19.330,00	Defensoria Pública Geral do Estado	10733319000180	Arquivado
PE	convênio	605383	08016.004034/2007-91	004/2007	31/12/07	26/03/09	Programa de Apoio Técnico-Operacional no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - PE	7/1/2008	194.354,92	87.494,92	32.160,00	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução.
PE	convênio	605384	08016.004380/2007-79	032/2007	31/12/07	17/04/09	Educação Digital de Sentenciados na Condição de Pré-Egressos - PE	7/1/2008	41.979,43	37.781,49	4.197,94	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Embora esteja em execução será rescindido, haja vista que o Conveniente não estava realizando o objeto em consonância com o previsto no instrumento.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PE	convênio	605385	08016.005347/2007-66	047/2007	31/12/07	31/12/09	Implantação da Escola Penitenciária em Pernambuco - PE	7/1/2008	166.708,62	150.037,76	16.670,86	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em processo licitatório ainda. O espaço físico está sendo readequado para a instalação dos equipamentos.
PE	convênio	605380	08016.007266/2007-09	048/2007	31/12/07	31/12/09	Capacitação Profissional em Eletricidade e Mecânica de Automóveis - PE	7/1/2008	66.157,54	59.541,79	6.615,75	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	As ações não foram iniciadas. O Convenente solicitou em fev/09 uma suplementação orçamentária para os convênios. A solicitação encontra-se em análise pela área técnica.
PE	convênio	603304	08016.005346/2007-11	051/2007	31/12/07	30/08/09	Capacitação em Gerenciamento de Crise em Ambiente Prisional - PE	7/1/2008	39.131,00	35.217,90	3.913,10	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	605340	08016.004377/2007-55	055/2007	31/12/07	11/03/09	Capacitação Profissional em Corte e Costura - PE	7/1/2008	68.293,70	61.464,33	6.829,37	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	As ações não foram iniciadas. O Convenente solicitou em fev/09 uma suplementação orçamentária para os convênios. A solicitação encontra-se em análise pela área técnica.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PE	convênio	603301	08016.005338/2007-75	063/2007	31/12/07	03/03/09	Capacitação em Legislação Penitenciária - PE	7/1/2008	27.802,00	25.021,80	2.780,20	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	603302	08016.005344/2007-22	062/2007	31/12/07	17/05/09	Capacitação em Identificação e Atendimento do Usuário de Substância Psicotrópica - PE	7/1/2008	16.746,40	15.071,76	1.674,64	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	603303	08016.005345/2007-77	061/2007	31/12/07	04/04/09	Capacitação em Metodologia Penitenciária - PE	7/1/2008	23.385,50	21.046,95	2.338,55	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	605333	08016.005339/2007-10	060/2007	31/12/07	30/04/09	Capacitação em Ética - PE	7/1/2008	63.399,90	57.060,00	6.339,90	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	605389	08016.003991/2007-08	093/2007	31/12/07	12/03/09	Projeto "Casa de Apoio a Egressos e Liberados" - PE	7/1/2008	471.918,60	20.000,00	47.200,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado	10.571.982/0001-25	Em início de execução. Os equipamentos ainda estão sendo adquiridos.
PI	convênio	603024	08016.004050/2007-83	003/2007	28/12/07	22/06/09	Fiscalização e Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas no Piauí - PI	31/12/2007	207.904,84	94.037,92	20.790,84	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado	07.217.342/0001-07	Em andamento. Prorrogado para 22/06/2009.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PI	convênio	605310	08016.003960/2007-49	092/2007	31/12/07	13/03/09	Profissionalização e Gestão Empresarial no Sistema Prisional do Piauí - PI	7/1/2008	260.329,80	116.157,80	26.033,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado	07.217.342/0001-07	Execução ainda no início. Atraso razoável.
PR	convênio	538439	08016.002444/2005-35	014/2005	27/12/05	24/02/08	Projeto Curso Grupo de Apoio as Ações Penitenciárias	28/12/2005	114.768,00	45.907,20	22.953,60	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	40-245.920/0001-94	Em prestação de contas.
PR	convênio	603300	08016.004956/2007-06	110/2007	31/12/07	30/04/09	Reaparelhamento da Escola Penitenciária - PR	7/1/2008	52.835,00	42.268,00	10.567,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/0001-28	Em execução.
PR	convênio	605451	08016.004957/2007-42	111/2007	31/12/07	31/12/08	Curso de Gestão para Diretores das Unidades Penais do Estado - PR	16/1/2008	48.275,30	38.620,24	9.655,06	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/0001-28	Em prestação de contas
PR	termo de parceria	635847	08016.002806/2008-31	001/2008	01/12/08	1/12/09	Assistência à Saúde dos Presos Custodiados na Penitenciária Federal em Catanduvas	3/12/2008	1.049.060,80	250.000,00	49.060,80	Instituto Brasileiro de Santa Catarina - IBRASC	06.253.542/0001-52	prestação de serviço iniciada.
RJ	convênio	605388	08016.004258/2007-01	079/2007	31/12/07	30/06/09	Renovação da Frota de Veículos - RJ	7/1/2008	1.236.000,00	988.800,00	247.200,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	em andamento
RJ	convênio	605240	08016.005768/2007-97	086/2007	31/12/07	28/02/09	Implantação do Curso de Especialização em Gestão Penitenciária - RJ	7/1/2008	127.746,90	51.098,76	25.549,38	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Em início de execução. As aulas ainda não iniciaram.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RJ	convênio	605241	08016.005773/2007-08	112/2007	31/12/07	31/03/09	Curso de Capacitação de Chefe de Segurança e Disciplina para Inspetores - RJ	7/1/2008	13.295,90	10.636,72	2.659,18	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Em início de execução
RJ	contrato de repasse	613553	08016.005591/2007-29	0238683-84	27/12/07	30/07/09	Reforma das Instalações Hidráulicas, Hidro Sanitárias e do Telhado da Penitenciária Alfredo Tranjan – RJ	9/1/2008	455.823,94	364.659,15	91.164,79	Governo do Estado	42498600000171	Em fase de licitação
RJ	contrato de repasse	613554	08016.005596/2007-51	0238684-98	27/12/07	30/07/09	Reforma Geral do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto - RJ	9/1/2008	1.781.678,76	1.425.343,01	356.335,75	Governo do Estado	42498600000171	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
RJ	contrato de repasse	613557	08016.005610/2007-17	0238688-34	27/12/07	30/07/09	Construção de Residência para Idosos e Portadores de Necessidades Especiais e Reforma e Ampliação da Casa de Transição – RJ	9/1/2008	323.523,03	258.818,42	64.704,61	Governo do Estado	42498600000171	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
RJ	convênio	628676	08016.000747/2008-66	030/2008	02/07/08	29/05/09	Implantação e Aparelhamento de Rádio Comunicação	21/7/2008	311.111,00	280.000,00	31.111,00	INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	09061977000193	em andamento
RN	convênio	602907	08016.010150/2007-49	140/2007	31/12/07	10/07/09	Capacitação do Servidor Penitenciário do Estado - RN	4/1/2008	126.801,30	112.961,30	13.840,00	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Em execução. As aulas já iniciaram.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RN	contrato de repasse	609214	08016.005078/2007-38	0238685-02	28/12/07	20/06/09	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves - RN	7/1/2008	351.053,18	315.947,86	35.105,32	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Em fase de licitação
RO	convênio	577535	08016.002876/2006-27	060/2006	22/12/06	31/12/08	Projeto Reconstruindo a Dignidade - RO	26/12/06	109.703,99	49.366,79	10.970,40	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/0001-71	Em prestação de Contas. Parte do objeto foi executado, mas ainda será devidamente mensurado na prestação de contas.
RO	convênio	603025	08016.004035/2007-35	021/2007	28/12/07	17/03/09	Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado de Rondônia - RO	31/12/2007	169.760,00	101.992,00	16.976,00	Defensoria Pública do Estado	01072076000195	Em andamento. Não haverá prorrogação. Vigência até 26/03/09
RO	convênio	603323	08016.005634/2007-76	120/2007	31/12/07	31/12/09	Curso de Capacitação Técnica de Armamento e Tiro para Agentes Penitenciários - RO	7/1/2008	657.808,20	394.684,92	65.780,82	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	04.564.498/0001-76	Em execução. Estágio embrionário.
RO	convênio	605243	08016.005383/2007-20	126/2007	31/12/07	31/12/09	Aquisição e Instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) em Penitenciária - RO	7/1/2008	1.359.526,00	1.223.573,40	135.952,60	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	04.564.498/0001-76	em andamento
RO	contrato de repasse	629905	08016.000304078/2007-11	0251440-12	24/07/07	30/06/09	Construção Solários e Passarela na Casa de Detenção Dr. José Mario Alves da Silva	30/7/2008	512.585,61	465.986,92	46.598,69	Governo do Estado	00394585/0001-71	Em fase de licitação
RR	convênio	605268	08016.005330/2007-17	039/2007	31/12/07	17/04/08	Implantação e Aparelhamento da Escola Penitenciária - RR	7/1/2008	97.367,00	87.630,30	9.736,70	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	84.012.012/0001-26	Em execução. Solicitou prorrogação por não ter adquirido todos os itens ainda.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RR	convênio	605274	08016.004066/2007-96	040/2007	31/12/07	16/03/09	Mulheres Fashion (Salão de Beleza) - RR	7/1/2008	36.077,00	32.469,30	3.607,70	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	84.012.012/0001-26	Em início de execução.
RS	convênio	602118	08016.004353/2007-04	053/2007	19/12/07	30/06/09	Laboratório de Análise e Diagnóstico de Tuberculose e HIV - RS	03/01/08	47.971,60	38.377,28	9.594,32	Secretaria da Justiça e da Segurança	87.958.583/0001-46	Em execução. Execução com atraso razoável. Objeto está sendo executado.
RS	convênio	602881	08016.005089/2007-18	074/2007	19/12/07	19/01/09	Cursos de Capacitação para a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado - RS	3/1/2008	61.873,00	49.498,40	12.374,60	Secretaria de Estado da Segurança	01.771.411/0001-43	Em prestação de contas. Objeto será aferido na prestação de contas.
SE	convênio	598510	08016.003913/2007-03	080/2007	18/12/07	30/05/09	Aquisição de Veículo tipo cela - SE	20/12/2007	434.000,00	390.600,00	43.400,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	em andamento
SE	contrato de repasse	595906	08016.005114/2007-63	0229398-37	20/11/07	20/12/09	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de Nossa Senhora da Glória - SE	20/11/2007	1.311.790,00	1.180.611,00	131.179,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Em fase de licitação
SE	contrato de repasse	595905	08016.005113/2007-19	0229399-41	20/11/07	06/12/09	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho - SE	22/11/2007	1.017.921,28	916.129,15	101.792,13	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Em fase de licitação
SP	convênio	602878	08016.003907/2007-48	052/2007	28/12/07	28/05/09	Capacitar para a Liberdade - SP	3/1/2008	1.034.780,00	50.000,00	103.478,00	Secretaria da Administração Penitenciária	96.291.141/0001-80	Convênio com execução no início.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
SP	convênio	603306	08016.006799/2007-65	131/2007	31/12/07	30/11/08	Aparelhamento e Reaparelhamento de Ouvidoria dos Sistemas Prisionais Estaduais - SP	7/1/2008	16.576,53	13.261,23	3.315,30	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Em prestação de contas. Cumprimento do objeto será verificado in loco.
SP	convênio	629189	08016.000228/2008-06	010/2008	03/07/08	03/07/09	Integr. e Inst.de Centrais Especializadas no Atendimento aos Casos de Uso e Abuso de Entorpecentes	25/7/2008	324.840,00	155.700,00	64.968,00	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Em execução até 04/07/2009.
SP	convênio	628721	08016.000246/2008-80	005/2008	04/07/08	04/07/08	Aprimoramento de Acervo Literário das Centrais de Penas Alternativas	23/7/2008	270.614,00	127.014,00	54.122,80	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	96291141/0001-80	Em execução até 04/07/2009.
SP	convênio	629153	08016.000247/2008-24	025/2008	04/07/08	04/01/10	Mulher Presa: Perfil e Necessidades, uma Construção de Diretrizes	25/7/2008	394.180,00	215.344,00	78.836,00	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	96291141/0001-80	Em início de execução.
TO	convênio	594527	08016.004498/2007-05	002/2007	20/09/07	20/05/09	Projeto de Estruturação da Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas - CEPEMA em Palmas	24/10/2007	170.151,60	35.040,00	21.420,00	Tribunal de Justiça do Estado	25.053.190/0001-36	Em andamento. Prorrogado para maio de 2009.
TO	convênio	602906	08016.004357/2007-84	030/2007	31/12/07	30/06/09	Cadeias da Liberdade - TO	4/1/2008	142.506,50	98.568,35	14.250,65	Defensoria Pública	07.248.660/0001-35	Em início de execução. Os atendimentos estão sendo realizados.
TO	convênio	629075	08016.002477/2008-28	020/2008	04/07/08	04/07/09	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado de Tocantins	24/7/2008	150.604,00	135.504,00	15.100,00	Defensoria Pública Geral do Estado	7248660/0001-35	Em início de execução. Selecionando pessoal e adquirindo materiais previstos.
TO	convênio	622635	08016.001188/2008-10	002/2008	16/04/08	16/09/08	Realização do IV CONEPA	17/4/2008	250.041,73	200.000,00	50.041,73	Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado	04.3124010001-38	Realizado. Em fase de prestação de contas.
TOTAL									76.476.858,23	59.149.727,55	13.043.903,56			

5.1 CONTRATOS DE REPASSES CELEBRADOS EM 2008 - RECURSOS DESCENTRALIZADOS À CEF EM 2008

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentraliza do à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
			Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura						Vigência	Razão Social	
AC	contrato de repasse	-	08016.000755/2008-11	0264781-10	01/12/08	30/06/10	Construção Reforma e Ampliação da Penitenciária Manoel Neri da Silva	5/12/2008	4.201.174,44	4.201.174,44	420.117,44	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AC	contrato de repasse	-	08016.007019/2008-85	0278188-20	31/12/08	30/12/10	Construção e Implantação da Segunda Etapa da Penitenciária Senador Guiomar	20/1/2009	9.032.688,16	8.129.419,34	903.268,82	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AL	contrato de repasse	-	08016.006925/2008-62	0278189-34	31/12/08	31/12/09	Construção de um Módulo de Saúde no Presídio de Segurança Média "Desembargador Luís de Oliveira Sousa" em Arapiraca	29/1/2009	700.000,00	693.000,00	7.000,00	Intendência Geral do Sistema Penitenciário do Estado	12.200.176/0001-76	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AM	contrato de repasse	-	08016.001870/2008-02	0282632-82	31/12/08	23/01/09	Construção da Cadeia Pública no Município de Maués	23/01/09	9.764.576,37	8.788.118,73	976.457,64	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369.0001-90	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AM	contrato de repasse	-	08016.001871/2008-49	0283036-89	31/12/08	23/01/09	Construção de um mini presídio no Município de Tefé	23/01/09	9.764.576,37	8.788.118,73	976.457,64	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369.0001-90	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AP	contrato de repasse	-	08016.008261/2007-95	0264783-38	24/11/08	24/04/10	Implantação do Sistema Hidrosanitário do IAPEN	9/12/2008	587.003,91	581.133,87	5.870,04	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	14.421.066189140-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentralizado à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
			Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura						Vigência	Razão Social	
AP	contrato de repasse	-	08016.001202/2008-77	0278190-63	31/12/08	31/01/11	Ampliação da Penitenciária de Regime Semi-Aberto	21/1/2009	1.132.531,40	1.019.278,26	113.253,14	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	14.421.066/189140-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AP	contrato de repasse	-	08016.001201/2008-22	0264782-24	24/11/08	24/12/10	Construção de Três Pavilhões de Segurança Máxima no IAPEN	9/12/2008	1.595.413,47	1.435.872,13	159.541,34	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	14.421.066/189140-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
ES	contrato de repasse	-	08016.008758/2007-11	0282237-96	31/12/08	30/11/10	Construção de Penitenciária Masculina Jovem/Adulto Linhares	19/1/2009	15.000.000,00	4.423.762,54	300.000,00	Secretaria de Estado da Justiça	14.421.066/1891400-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
GO	contrato de repasse	-	08016.000180/2008-28	0268695-51	31/12/08	30/04/10	Reforma da Penitenciária Odenir Guimarães no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia	13/1/2009	2.517.998,53	2.266.198,68	251.799,85	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
GO	contrato de repasse	-	08016.006625/2007-01	0279128-13	31/12/08	30/06/11	Construção de uma Penitenciária Jovem Adulto Águas Lindas de Goiás	13/1/2009	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
GO	contrato de repasse	-	08016.006488/2008-87	0280034-04	31/12/08	30/07/10	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima em Aparecida de Goiânia	13/1/2009	6.780.388,08	4.500.000,00	2.280.388,08	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentralizado à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MS	contrato de repasse	-	08016.006491/2008-09	0278191-77	30/12/08	30/05/10	Construção de um Módulo de Saúde no Complexo Penitenciário de Campo Grande	14/1/2009	700.000,00	693.000,00	7.000,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-28	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
MS	contrato de repasse	-	08016.005092/2007-31	0281748-51	30/12/08	30/05/10	Construção da Penitenciária Feminina em Campo Grande	14/1/2009	11.890.970,00	7.000.000,00	4.890.970,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-28	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
MT	contrato de repasse	-	08016.000720/2008-73	0269363-69	30/10/08	08/04/10	Construção da Cadeia Pública de Peixoto de Azevedo	12/11/2008	6.112.615,56	5.500.000,00	612.615,56	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PA	contrato de repasse	-	08016000771/2008-03	0268831-09	30/12/08	18/10/10	Construção da Cadeia Pública Feminina de Santarém	2/1/2009	2.928.208,63	2.635.387,76	292.820,87	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PA	contrato de repasse	-	08016.000743/2008-88	0278467-08	30/12/08	18/10/10	Construção da Penitenciária Marabá	9/1/2009	2.928.208,63	2.635.387,76	292.820,87	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PB	contrato de repasse	-	08016.000828/2008-66	0280033-91	30/12/08	30/09/11	Ampliação da Penitenciária Modelo de João Pessoa PB I	23/1/2009	2.098.523,03	1.888.670,73	209.852,30	Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária	08.761.124/0001-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PE	contrato de repasse	-	08001.004009/2008-57	0281071-80	31/12/08	31/12/10	Intervenção Anfbal Bruno	23/1/2009	19.725.032,08	9.862.516,04	9.862.516,04	Governo do Estado	10.571.982/0001-25	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentralizado à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
			Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura						Vigência	Razão Social	
PI	contrato de repasse	-	08016.000280/2008-54	0281749-65	31/12/08	08/12/10	Construção da Penitenciária de São Raimundo Nonato	12/1/2009	4.298.096,88	3.868.287,19	429.809,69	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	06.553.481/0001-49	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.005597/2007-04	0264784-42	11/12/08	30/10/09	Construção do Centro de Observação Criminológico do Complexo de Gericinó	30/12/2008	11.047.180,32	8.837.744,26	2.209.436,06	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.001177/2008-21	0264785-58	11/12/08	30/06/09	Reforma Geral do Antigo Presídio Carlos Tinoco da Fonseca "que será transformado em Cadeia Pública Feminina"	30/12/2008	1.484.317,14	1.187.453,71	296.863,43	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.001227/2008-71	0264787-76	11/12/08	28/02/10	Reforma Geral da Penitenciária Dr. Serrano Neves - Bangu III (A)	30/12/2008	2.235.240,19	1.776.573,16	458.667,03	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.001226/2008-26	0264786-62	11/12/08	28/02/10	Reforma Geral da Penitenciária Dr. Serrano Neves - Bangu III (B)	30/12/2008	1.831.280,00	1.433.935,92	397.344,08	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentralizado à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RN	contrato de repasse	-	08016.003890/2008-18	0278468-12	29/12/08	20/01/11	Construção da Cadeia Pública na Comarca de Ceará Mirim	23/1/2009	2.920.532,09	2.500.000,00	420.532,09	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RN	contrato de repasse	-	08016.005000/2007-13	0281073-07	31/12/08	20/11/10	Construção da Cadeia Pública de Macau	23/1/2009	2.834.847,93	2.551.363,14	283.484,79	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RO	contrato de repasse	-	08016.000798/2008-98	0279129-27	31/12/08	30/12/09	Construção da Penitenciária em Porto Velho	9/1/2009	16.942.792,73	15.248.513,46	1.694.279,27	Secretaria de Estado da Justiça	00.394.585/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RS	contrato de repasse	-	08016.000728/2008-30	0269394-37	31/12/08	30/12/09	Reforma da Triagem Ambulatorial Transitória (Porto Alegre)	-	162.588,51	130.070,81	32.517,70	Secretaria de Estado da Segurança Pública	87.934.675/0001-96	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
SE	contrato de repasse	-	08016.003793/2008-17	0278192-81	31/12/08	31/12/10	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza, em Tobias Barreto	13/1/2009	3.490.812,33	3.141.731,10	349.081,23	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.128.798/0001-01	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
SE	contrato de repasse	-	08016.003792/2008-72	0281072-94	31/12/08	31/12/10	Construção da Cadeia Pública em Estância	-	3.712.091,00	2.841.750,87	371.209,10	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.128.798/0001-01	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
TO	contrato de repasse	-	08016.005942/2008-82	0278193-95	31/12/08	31/12/10	Construção da cadeia Pública de Araguaína	12/1/2009	16.208.591,24	14.708.591,24	1.500.000,00	Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado	04.3124010001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
TOTAL									326.028.279,02	282.696.053,87	32.976.974,10			

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Tabela 105 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

ANO	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	123	17.250,00	111	26.815,00
2007	251	41.357,56	180	52.268,00
2008	175	35.402,34	14	7.425,00

Tabela 106 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

2006		
Limite de utilização total da UG: R\$ 59.000,00		
Natureza dos gastos permitidos: 339030, 339036, 339039, 339047 e 339033.08		
Limites concedidos a cada portador		
Portador	Nº Sup. Fundos	Limite
RONALDO URBANO	001/2006	R\$ 8.000,00
RONALDO URBANO	002/2006	R\$ 8.000,00
WILSON SALLES DAMÁZIO	003/2006	R\$ 8.000,00
WILSON SALLES DAMÁZIO	004/2006	R\$ 8.000,00
RONALDO URBANO	005/2006	R\$ 800,00
MARCO LUÍS GUIMARÃES	006/2006	R\$ 3.000,00
MARCO LUÍS GUIMARÃES	007/2006	R\$ 3.600,00
ROGÉRIO DE ARRUDA BAICERE	008/2006	R\$ 8.000,00
ROGÉRIO DE ARRUDA BAICERE	009/2006	R\$ 3.600,00
2007		
Limite de utilização total da UG: R\$ 112.000,00		
Natureza dos gastos permitidos: 339030, 339036, 339039, 339047 e 339033.08		
Limites concedidos a cada portador		
Portador	Nº Sup. Fundos	Limite
RITA DE CÁSSIA GOMES A. TAQUARY	001/2007	R\$ 8.000,00
MARCO LUIS GUIMARÃES	002/2007	R\$ 8.000,00
MARCELO MARQUES MIRANDA	004/2007	R\$ 8.000,00
MARCELO MARQUES MIRANDA	005/2007	R\$ 8.000,00
MARCO LUIS GUIMARÃES	006/2007	R\$ 8.000,00
RITA DE CÁSSIA GOMES A. TAQUARY	007/2007	R\$ 8.000,00
CLAUDIR CAMACHO MENDES	008/2007	R\$ 18.000,00
ALESSANDRO COSTA DA SILVA	009/2007	R\$ 22.000,00
GIULIANA TOMASSINI MELO	010/2007	R\$ 8.000,00
MARCEL MOTTA VIEIRA	011/2007	R\$ 8.000,00
RICARDO YOGI OGAWA	012/2007	R\$ 8.000,00

2008		
Limite de utilização total da UG: R\$ 109.800,00		
Natureza dos gastos permitidos: 339030, 339036, 339039, 339047 e 339033.08		
Limites concedidos a cada portador		
Portador	Nº Sup. Fundos	Limite
MARCO LUIZ GUIMARÃES	001/2008	R\$ 8.000,00
ALESSANDRO COSTA DE SOUZA	002/2008	R\$ 8.000,00
CLANTON J. OLIVEIRA MACHADO	003/2008	R\$ 8.000,00
EGILDA LORENA DUARTE DINIZ	006/2008	R\$ 8.000,00
ALFREDO CARLOS C. ARAUJO	007/2008	R\$ 4.000,00
ALFREDO CARLOS C. ARAUJO	009/2008	R\$ 1.000,00
MARCO LUIZ GUIMARÃES	010/2008	R\$ 800,00
RICARDO YOGI OGAWA	011/2008	R\$ 8.000,00
RONALDO VLADIMIR COELHO	012/2008	R\$ 8.000,00
SIDNEY ALEX SILVA DOS SANTOS	013/2008	R\$ 8.000,00
CARLOS HENRIQUE DA SILVA	014/2008	R\$ 8.000,00
ALFREDO CARLOS C. ARAUJO	015/2008	R\$ 4.000,00
MARCEL MOTTA VIEIRA	016/2008	R\$ 4.000,00
JANDER SANTIAGO FROTA	017/2008	R\$ 8.000,00
RONALDO VLADIMIR COELHO	018/2008	R\$ 4.000,00
CLANTON J. OLIVEIRA MACHADO	021/2008	R\$ 4.000,00
ALEXANDRE F. DE SOUZA	022/2008	R\$ 8.000,00
MARCELO STONA	023/2008	R\$ 8.000,00

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Todas as informações referentes a este item estão contidas no Relatório de Gestão do DEPEN, considerando que a citada Unidade Jurisdicionada agrega o presente Relatório, e que o conteúdo é comum às referidas UJ's.

13. DETERMINACÕES E/OU RECOMENDACÕES DO TCU

Todas as informações referentes a este item estão contidas no Relatório de Gestão do DEPEN, considerando que a citada Unidade Jurisdicionada agrega o presente Relatório, e que o conteúdo é comum às referidas UJ's.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE, E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Todas as informações referentes a este item estão contidas no Relatório de Gestão do DEPEN, considerando que a citada Unidade Jurisdicionada agrega o presente Relatório, e que o conteúdo é comum às referidas UJ's.

16. INFORMACÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Todas as informações referentes a este item estão contidas no Relatório de Gestão do DEPEN, considerando que a citada Unidade Jurisdicionada agrega o presente Relatório, e que o conteúdo é comum às referidas UJ's.

**18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)**

Considerações Finais

O presente “Relatório de Gestão 2008” é parte integrante do Processo de Tomada de Contas do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, tendo sido elaborado em conformidade com o disposto nas Decisões Normativas TCU nº 93 e 94, de 03 de dezembro de 2008, Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008 e Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

Brasília, 31 de março de 2009

AIRTON ALOÍSIO MICHELS

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL